



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

**A “MODERNIZAÇÃO” DA CIDADE RURAL:
ESPAÇOS DE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DA CIDADE DE ALAGOA
NOVA – PB (1920 -1960)**

**CAMPINA GRANDE – PB
MARÇO - 2012**

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

**A “MODERNIZAÇÃO” DA CIDADE RURAL: ESPAÇOS DE RUPTURAS E
PERMANÊNCIAS DA CIDADE DE ALAGOA NOVA – PB (1920 -1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, Área de concentração em História, Cultura e Cidades, Campina Grande, 2012.

Orientador :Profº. Drº. Gervácio Batista Aranha

**CAMPINA GRANDE – PB
MARÇO de 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237m Santos, Luiz Carlos dos.

A "modernização" da cidade rural : espaços de rupturas e permanências da cidade de Alagoa Nova - PB (1920-1960) / Luiz Carlos dos Santos. – Campina Grande, 2013.

135 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha".

Referências.

1. Alagoa Nova - PB (1920-1960) – História. 2. Alagoa Nova - PB – Modernização. 3. Postura Municipal e Lazer. I. Aranha, Gervácio Batista. II. Título.

CDU 94(813.3)(043)

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

**A “MODERNIZAÇÃO” DA CIDADE RURAL: ESPAÇOS DE RUPTURAS E
PERMANÊNCIAS DA CIDADE DE ALAGOA NOVA – PB (1920 -1960)**

AVALIADO EM: ____/____/____

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr. Gervácio Batista Aranha
Orientador

Profº Dr. Severino Cabral Filho
Examinador interno – UFCG

Profª Drª Patricia Cristina de Aragão Araújo
Examinador Externo –

Profº Dr. Luciano Mendonça de Lima
Suplente interno

Dedico esse trabalho a minha família: a minha esposa Edinete; aos meus filhos Paulo Neto e Carlos Felipe; e a minha mãe. Todos eles importantes na minha vida e que ao longo desta caminhada vêm me apoiando para que eu possa realizar os meus projetos.

Agradecimentos

- Agradeço a Deus por ter me dado forças suficientes para que eu pudesse concluir este trabalho, principalmente nos momentos mais difíceis quando eu pensei que ia fracassar, mas ao me pegar com o mesmo consegui forças para realizar tal tarefa. A ele meu eterno agradecimento e devoção;
- Agradeço a minha esposa, Edinete Imperiano dos Santos, que me apoiou ao longo desta caminhada dando-me força. Ela que tem sido uma pessoa extremamente importante na minha vida e que tem acompanhado as minhas dificuldades e vitória no meio acadêmico. A ela meu sincero amor;
- Agradeço ao meu orientador Gervácio Batista Aranha, aquele que tem sido um grande mestre, uma pessoa que se esforçou bastante para me ajudar, para me orientar. Um profissional exemplar na sua conduta, sempre atento aos seus orientandos. Enfim, um professor que acreditou em mim e não deixou que eu desistisse de lutar por essa vaga no mestrado. A ele meu muito obrigado;
- Agradeço a Ivanildo José Martins, uma pessoa com quem trabalho há quinze anos e que ao longo destes anos sempre me ajudou em toda a minha caminhada acadêmica, desde a graduação, especialização e agora mestrado. Ivanildo, na medida do possível e nos momentos mais difíceis, nunca se opôs a me ajudar. Direta ou indiretamente ele também ajudou para que eu pudesse chegar a mais esta vitória;
- Agradeço a minha mãe Lindalva, que, apesar das inúmeras dificuldades pelas quais passamos, nunca deixou de me apoiar em todas as decisões que tomei na minha vida que acabaram sendo fundamentais para que eu pudesse ser a pessoa que sou hoje em dia;
- Agradeço aos professores Severino Cabral e a professora Patrícia que fizeram parte da minha qualificação e que, neste momento, fizeram importantes considerações que me ajudaram para que eu pudesse melhorar a minha dissertação;
- Agradeço aos senhores e senhoras que se dispuseram a contribuir direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho, às pessoas com quem realizei as entrevistas: José Adilino de Lira, Osvaldo de Lima, Alípio Bezerra de Melo, Erivan de Aquino Moraes, Aluizio Vieira, Josefa Deodata, Alcides, Elias Quirino, Inacia Matias, José Amaro, Maria Odemia e João Rodrigues já que elas se tornaram fontes importantes para a realização desta pesquisa;
- Agradeço aos funcionários da Câmara municipal de Alagoa Nova que contribuíram para que eu pudesse ter acesso às atas e alguns documentos importantes da casa. Em nenhum momento colocaram dificuldades para a minha pesquisa, meu muito obrigado;
- Agradeço ao Juiz de Alagoa Nova, Dr. Eronildes, e aos funcionários do Fórum que permitiram o acesso a alguns documentos que se tornaram importantes fontes documentais para a realização da pesquisa;
- Agradeço aos meus colegas Edilson, Gardênia e José, os três acompanharam as minhas dificuldades e na hora que foi preciso, me deram apoio e força para a realização deste trabalho;
- Agradeço aos colegas de mestrado, todos os alunos da turma 2010. Juntos fomos verdadeiros vitoriosos nessa caminhada tão difícil e cheia de atropelos, essa turma que se tornou um exemplo de superação, todos guerreiros e, em alguns

momentos, contrariando algumas expectativas negativas, souberam dar a volta por cima de todos os problemas e dessa forma são todos verdadeiros vitoriosos;

- Meus sinceros agradecimentos aos alunos da linha de pesquisa Cultura e Cidades. A todos aqueles com quem criei vínculos de amizade, pessoas corretas e extremamente responsáveis com aquilo que fazem: Auriane, Bruno, Cida, Iane, Iordan, João Paulo, Lielia, Welton, Romerino, Rômulo e Sâmala. São verdadeiros mestres sem que precisem do título ao qual perseguimos;
- Gostaria de agradecer a dois camaradas que ao longo desse curso foram parceiros nas horas de maiores dificuldades, nas horas em que saímos para o campo de pesquisa, um ajudando o outro. Cada um contribuindo para o desenvolvimento do outro. Foram contribuições no sentido de pesquisar juntos, de apoiar, dar força e estimular o trabalho do outro. Agradeço a Bruno, um rapaz simples, escritor competente; e Iordan, o grande parceiro dos eventos que participamos juntos como apresentadores de artigos sobre as nossas cidades, como na USP, UFPB, UFPE, UFCG e ministrantes de mini-cursos e proponentes de grupo de trabalhos na UFCG, Campus de Cajazeiras;
- Agradeço ao Padre João Afonso por ter me auxiliado a ter a oportunidade de acessar alguns documentos da paróquia, me proporcionado ter uma visão de como a Igreja pensava a cidade, qual o pensamento dela em relação à época aqui estudada. Sem falar que fomos colegas de disciplina ao longo do mestrado.

RESUMO

O trabalho é sobre a cidade de Alagoa Nova do período de 1920 a 1960. A proposta do trabalho é fazer uma análise da cidade de Alagoa Nova no momento em que percebemos um período de crescimento para a cidade. O nosso trabalho não é sobre nenhum grande centro, mas é um trabalho sobre a experiência de uma cidade pequena do interior da Paraíba. São experiências que se dão a partir do momento em que a cidade passa a conviver com alguns ícones modernos. Começamos nossa discussão em torno da década de 1920 onde percebemos que existiu uma tentativa por parte do governo federal a abertura das estradas de ferro por quase toda a Paraíba e um desses ramais viria a passar pela cidade de Alagoa Nova. Dessa forma identificamos como é que a cidade esperou por tal elemento e como foi que as pessoas passaram a imaginar a cidade em sintonia com o moderno. Neste primeiro momento além da presença da construção da linha do trem na cidade, inaugura-se o fornecimento da energia elétrica a motor, uma energia que tem hora para ligar e hora para desligar. A cidade vivia uma experiência no meio das comunicações com a implantação da difusora municipal. Sendo assim, fizemos uma investida na discussão acerca do rádio e sobre a difusora local que transmitia as notícias. Seguindo essa ordem de crescimento e sintonia com os símbolos do moderno a cidade ainda passa pela elaboração do Código das Posturas Municipais. Com base nesse Código procuramos ver como é que era tratada a saúde, a higiene e a limpeza pública de Alagoa Nova. E num terceiro momento percebemos que a cidade se moderniza e se organiza. Portanto, as pessoas moram nesta cidade em sintonia com o moderno e assim fizemos uma investida no fato de percebermos como é que as pessoas moravam nesta cidade e como era o divertimento dos moradores.

Palavras chave: Cidade, modernização, Postura Municipal e lazer

ABSTRACT

The work is about the city of New Alagoa the period 1920 to 1960. The purpose of this study is to analyze the city of New Alagoa when they perceive a period of growth for the city. Our work is not about any great center, but is a work about the experience of a small town in the interior of Paraíba. These are experiences that occur from the time the city goes to live with some modern icons. We begin our discussion of the 1920s where we realized that there was an attempt by the federal government the opening of railways for almost all of these extensions Paraíba and would pass through the city of New Alagoa. Thus we identify how the city waited for this element and how it was that people began to imagine the city in tune with the modern. In this first moment and the presence of construction of the railway line in the city, inaugurated the supply of electric power motor, an energy that has time to connect and time to hang up. The city was an experience in the middle of communications with the deployment of municipal diffuser. So we made a foray into the discussion on the radio and diffusing local broadcast news. Following this order of growth and harmony with the modern symbols of the city still goes for drafting the Municipal Code of postures. Based on this code look to see how it was dealt with health, hygiene and cleanliness of public Alagoa Nova. And a third time we realized that the city has modernized and organized. Therefore, people living in this city in tune with the modern and so we made a foray in fact realize how people lived in this city was and how fun the residents.

Keywords: City, modernization, Posture Municipal and leisure

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Fachada da Igreja do Rosário. -----	37
Imagem 2- Coreto Municipal, ao fundo a antiga Igreja Matriz -----	38
Imagem 3- Prédio das Escolas Reunidas -----	43
Imagem 4- Grupo Escolar Professor Cardoso -----	45
Imagem 5- Turma de alunos do Professor Cardoso anos 50 -----	45
Imagem 6- Cacimba da Caridade -----	48
Imagem 7- Feira Central. Rua João Pessoa -----	59
Imagem 8- Trecho de obra da linha do trem abandonada-----	62
Imagem 9- Trecho de obra da linha do trem abandonada -----	63
Imagem 10 - Trecho de obra da linha do trem abandonada -----	64
Imagem 11 - Usina de luz -----	74
Imagem 12 - Antiga Vila Helena anos 50-----	77
Imagem 13 - Antiga Vila Helena anos 60 -----	78
Imagem 14 - Antigo mercado público-----	118
Imagem 15 - Cemitério São Miguel-----	122
Imagem 16 - Enterro de criança anos 40-----	125
Imagem 17 - Praça Central, antigo manteigueiro-----	128
Imagem 18 - Praça Santa Ana -----	129
Imagem 19 - Praça Santa Ana ajardinada -----	131
Imagem 20 - Praça Santa Ana arborizada -----	133
Imagem 21 - A moça da Praça -----	135
Imagem 22 - Festa de 15 anos -----	143
Imagem 23 - O baile -----	143
Imagem 24 - Festa de carnaval -----	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	11
CAPITULO 1	
ALAGOA NOVA E OS SÍMBOLOS DO MODERNO -----	33
1.1 –Alagoa Nova do século XX -----	31
1.2 – Do sonho à frustração: Trem de ferro ou um ramal “fantasma”?-----	51
1.3 – Apaguem os candeeiros e acendam o bico de luz, uma experiência com a luz dita moderna -----	68
1.4 –A difusora Municipal de Alagoa Nova: sem o rádio a difusora faz a vez -----	86
1.4. 1 – A voz do povo: Pedro, o locutor -----	92
CAPITULO 2	
MORAR E VIVER NA CIDADE DE ALAGOA NOVA	
2.1 – Dos códigos de postura -----	97
2.2 – Da saúde pública nos anos de 1930/1940-----	101
2.3 – A cidade e os problemas de saúde e a higiene pública -----	109
2.4 – Da limpeza pública -----	115
2.5 – E os Mortos como vão? -----	122
CAPITULO 3	
OS ESPAÇOS DA DIVERSIDADE, SOCIABILIDADE E DIVERSÃO NA CIDADE EM MODERNIZAÇÃO	
3. 1 – As praças, um novo espaço da diversidade e da sociabilidade -----	124
3.2 -Das festas populares -----	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	145
FONTES ORAIS -----	148
DOCUMENTOS OFICIAIS -----	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	150

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a sensibilidade moderna na cidade de Alagoa Nova-PB¹ a partir do advento de equipamentos modernos, chamando a atenção para a estrada de ferro, luz elétrica, difusora e uma nova arquitetura para a cidade, chegando a interferir no cotidiano de seus moradores, identificando as mudanças de hábitos e costumes por eles provocados e a recepção do novo gerando expectativas de mudanças. Mostrar como é que ao mesmo tempo em que o município convive com o moderno, na fronteira entre o urbano e o rural e, sendo assim, também procuramos focalizar como é morar e viver neste espaço urbano, qual a pretensão dos gestores no sentido de ordenar e disciplinarizar a vida cotidiana por meio do Código das Posturas Municipais. O trabalho é sobre a cidade de Alagoa Nova a partir da década de 1920 a 1960, momento em que ela começa a vivenciar as marcas do viver moderno. Um momento de mudanças, de rupturas e recepção de alguns elementos modernos que vão aos poucos interferindo no cotidiano dos moradores, fazendo com que se tenha a busca por uma moralização, disciplinarização e ordenamento da vida.

O objetivo é estudar a temática cidade². Uma temática que vem ao longo dos anos se firmando como um campo vastíssimo de estudos para diversos pesquisadores interessados em analisar este campo temático, cujos enfoques têm se tornado cada vez mais frequentes no meio acadêmico. Alguns trabalhos já tinham sido feitos sobre a temática cidade, a terceira geração da Escola dos Annales se tornou uma geração que não se limitou a transformar a cidade em um objeto para a pesquisa histórica, uma vez que a partir de sua emergência podemos perceber que ela passa a ser vista como objeto de pesquisa histórica e contribuiu para uma vasta ampliação da

1 Alagoa Nova, município do estado da Paraíba (Brasil), localizado na microrregião do Brejo paraibano. De acordo com o IBGE, no ano de 2010 a população esta em torno 19.681 habitantes. Área territorial de 122,255 Km². Uma cidade de pequeno porte e que surgiu a partir de construções precárias com casas de taipa e de tijolos nas proximidades da Lagoa dos Patrícios, ponto de chegada dos que vinham das redondezas a procura dos gêneros aqui produzidos. Atualmente ainda pequena, mas antenada com o mundo todo, tendo a sua disposição os mais importantes recursos que a ligam ao restante do mundo como: TV, Radio, internet, telefonia celular e uma grande frota de carros particulares e outros destinados ao transporte coletivo, e muitos outros recursos importantes para colocá-la no rol de cidade antenada com o mundo.

2 A cidade é uma experiência múltipla, plural que congrega no mesmo espaço a vida humana em toda sua diversidade. Dessa forma tem despertado o interesse de estudiosos das ciências humanas.

temática para os estudos afins. Desta forma foi contribuindo para que esta temática fosse aos poucos se firmando como um campo de estudo importantíssimo no meio acadêmico.

“com a revolução epistemológica desencadeada pela Escola dos Annales, a partir de 1929, e que tem seu auge nos anos de 1960-1989, com a terceira geração dos Annales, as cidades passaram a ser vistas como objetos de pesquisa histórica por comportarem nelas as mais variadas manifestações do espírito e da engenhosidade humanas. Embora antes de 1980 já existissem estudos específicos sobre a cidade na história, como o de Fustel de Coulanges (*A cidade antiga*, 1961)³ e o clássico de Lewis Mumford (*A cidade na História*, 1998)⁴, será com a ampliação dos temas, das fontes das possibilidades de abordagens abertas pelos Annales, que as cidades vão figurar como este repositório de temas e subtemas de inquirição” (Souza, 2010, p. 7).

Sendo assim, podemos analisar a multiplicidade de trabalhos existentes hoje em dia sobre o tema cidade. A escrita sobre este tema tem mudado muito com o tempo, já é visível uma grande diversidade na maneira de se abordar os estudos sobre a história das cidades. São novos olhares que têm marcado a historiografia brasileira nos últimos tempos. Podemos identificar alguns estudos e pesquisas que podem ser vistos como: cidade do progresso, das tensões sociais, cidade do espetáculo, cidade do conforto, etc. Há trabalhos que tratam da cidade enquanto local de moradia, espaços de trabalho, de trocas comerciais e sociais, como locais de espetáculos, espaços de lazer e prazer.

A partir dos anos de 1980, começam a surgir em vários lugares os estudos que vão privilegiar determinados aspectos que vão despertar o interesse dos historiadores. Aspectos que vão se destinar à temática cidade tornando assim essa temática ampla nos anos decorrentes. Desta forma, destaco algumas obras que considero importantes no tocante à temática aqui proposta.

O trabalho da autora Maria Izilda Santos de Matos: *Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho*, 2002. Um trabalho sobre a cidade de São Paulo, onde a

3 COULANGES, Fustel de – *A cidade Antiga*: Editora das Américas S.A. EDAMERIS. São Paulo, 1961.

4 MUMFORD, Lewis – *A cidade na história*: 4ª Ed.. São Paulo, Martins Fontes, 1998 (1ª Ed. 1961).

autora divide a sua obra em três partes: Cidade e Cotidiano; cotidiano e trabalho; e cotidiano porta adentro. Um trabalho que pode ser destacado no campo da história cultural no qual a autora nos remete às diversas possibilidades de fontes a serem acessadas como: fontes médicas e sanitaristas, boletins e estatísticas oficiais, atos, leis e resoluções do município de São Paulo, anais da câmara, crônicas e memórias e fontes orais. Dessa forma a exemplo de algumas fontes aqui citadas, o trabalho da Maria Izilda nos remete a pensar a importância de tais fontes para a realização da nossa pesquisa.

A obra do autor José D'Assunção Barros, *Cidade e História*, publicada no ano de 2007, têm como objetivo mapear algumas das questões fundamentais a partir das quais têm sido analisados os fenômenos urbanos nos últimos tempos. Na verdade, é mais uma obra de introdução aos estudos urbanos. De acordo com o autor, já no século XIX começam a se formar reflexões sobre a cidade, o que não quer dizer que em períodos anteriores como no medieval e no início da Idade Moderna não se tenha tido reflexões sobre o fenômeno urbano. Existiu sim, mas não como campo específico do saber. Já no século XIX esse campo vai se firmando com a presença cada vez maior de pensadores da sociedade, os quais chamamos de historiadores, sociólogos e antropólogos, todos preocupados com o viver urbano⁵.

São muitos trabalhos dedicados a esta temática, a exemplo do trabalho de Fabio Gutemberg, Antonio Clarindo, Severino Cabral e Gervácio Batista. Isto para mencionar apenas alguns dos que estudam a problemática urbana na região.

Trabalhar sobre o crescimento e o desenvolvimento de uma cidade muitos já fizeram. O autor Fábio Gutemberg R. B. de Souza expressa isso muito bem na introdução de sua obra: *Território de Confrontos: Campina grande 1920-1945*, uma obra do ano de 2006. Fábio cita exemplos de cidades como Paris, Berlim, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Campinas, Porto Alegre e muitas outras que podem ser acrescentadas a esse rol.

Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945 é um trabalho onde o autor tem um olhar sobre a cidade de Campina Grande em que analisa as tensões e as mais variadas formas dos moradores viverem na cidade. A cidade inserida num contexto de mudanças no âmbito das reformas urbanas onde sua área central passava por mudanças significativas onde é possível identificar toda uma diversidade do uso dos

5 BARROS, 2007.

territórios. O autor faz uso de uma fonte muito comum nos dias atuais que é o processo crime.

Mesmo não tomando os processos crimes como fonte para a realização do nosso trabalho, a obra de Fábio nos faz pensar como é que a cidade de Campina Grande foi passando por algumas reformas da sua área central e como as pessoas foram fazendo uso desses espaços reformados, analisando as tensões provocadas nesses territórios que se modificaram interferindo, assim, no cotidiano das pessoas que ali viviam. Dessa forma, o pesquisador procura perceber, através desses processos, como era a vida desses moradores, como viviam nestes territórios. No intuito de perceber como é que viviam os moradores de Alagoa Nova pensamos assim tomar como fonte alguns relatos que nos levam a perceber como era viver em Alagoa Nova e também o uso de algumas imagens fotográficas e inventários.

No tocante à utilização das imagens fotográficas percebemos nas leituras do autor Severino Cabral Filho que o mesmo nos coloca a questão do que seriam as cidades sem as suas imagens, estas, que vêm ao longo do tempo desde a criação da fotografia registrando o passado, o cotidiano deste passado e o presente, mostrando o dia a dia dos moradores das cidades.

“As fotografias nos remetem ao passado por mais próximo que esse passado esteja de nós, nos incita a imaginarmos determinadas situações a partir de uma simples paisagem, quer urbana, quer rural; aproxima-nos de modos de vida diferentes dos nossos, de modas, de hábitos, de formas de viver, elas, enfim, tendem sempre a nos colocar a questão: como as pessoas viviam o seu cotidiano, como seria o mundo daquele passado?” CABRAL FILHO, 2009.

Na obra organizada por professores da UFCG, publicada no ano de 2003, podemos destacar uma coletânea de textos importantes que trazem suas contribuições em torno das diversas temáticas, como: doença, escravidão, modernidade, diversão e cidade. Dentre os quais destaco o texto de Gervácio Batista Aranha, *Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)*. Um trabalho que tem por objetivo pensar a modernidade urbana no Norte do Brasil.

O autor faz um trabalho sobre o Norte do Brasil pensando para este Norte uma modernidade. Percebemos que o autor ao falar deste Norte e pensar em vida

moderna, durante o período que se propôs a estudar, é perceber que o mesmo não se remete a uma experiência de vida moderna se caso nos pautarmos nos parâmetros costumeiramente aceitos como sintoma de vida moderna. Mas o importante é percebermos que a partir dessa impossibilidade de pensarmos as cidades nortistas como cidades modernas, segundo os parâmetros europeus que indicam as cidades de Paris e Londres, não quer dizer que cidades pequenas como é caso de Alagoa Nova, deixe de se pensar moderna, pois é um exemplo como tantos outros que vai se modernizando de acordo com a chegada de símbolos do moderno.

No mais, o importante é percebermos que pensar no impacto provocado por certas conquistas materiais, a exemplo do que o autor Aranha nos remete, são os equipamentos de uso coletivo e conquistas materiais que vão aos poucos se fazendo presentes, provocando impactos e rupturas, e a cidade pode ser considerada moderna pela presença de alguns desses equipamentos: energia elétrica, difusora e outros. Dessa forma não é visível uma vida metropolitana agitada, o ritmo social é lento se comparado a grandes cidades, não existe um cenário de vida agitada e é presente a ausência de ritmo frenético

A obra *História da Mídia Regional: o rádio em Campina Grande*, publicado no ano de 2006 e organizado pelos autores Antônio Clarindo, Flavianny Guimarães e Goretti Maria Sampaio, traz textos importantes sobre a experiência do rádio na cidade de Campina Grande, um equipamento que a exemplo de outras cidades brasileiras influenciou por muito tempo a vida cotidiana aonde quer chegasse o sinal de rádio.

Além dessas obras gostaríamos de citar algumas leituras que consideramos importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho e outros ligados a temática cidade: *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*, 2006; *Cidade e Memória*, 2009; *A cidade revelada: Campina Grande em imagens*, 2009; *Cultura e Cidades*, 2009; *Cidades e experiências modernas*, 2010; *Morar e viver na cidade Campinas (1850-1900) mobiliários e utensílios domésticos*, 2010; *Modernidade aos goles. A produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*, 2010; *Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer*, 2011, *Territórios e cidades: projetos e representações 1870-1970*, 2011.

O objetivo é fazer com que se entenda que é nestes espaços que a vida humana se desenvolve de forma mais intensa e é mapeada, inquirida, esmiuçada e profusamente registrada pelas mais diferentes disciplinas, sendo a História apenas uma

delas. Desta forma, procuramos analisar se houve uma sensibilidade moderna a partir do advento de equipamentos modernos e as mudanças de hábitos e costumes por eles provocados, procurando avaliar o momento em que a cidade de Alagoa Nova-PB começa a se problematizar na fronteira tênue do urbano e do rural entre 1920-1960. Devemos lembrar que a vila tinha a feira, um local certo de encontro do mundo rural com o urbano uma vez por semana, o cartório, a igreja, entre outros. O campo, por sua vez, abastecia essa feira. O campo fornecia a base da riqueza dos mandatários do município, quer habitassem na zona urbana ou na zona rural, assim como alguns comerciantes locais. Além de ser a base da riqueza de alguns mandatários também era o local de sustentação de muitas famílias de menor renda local.

O século XX é um século de grandes transformações para a sociedade brasileira que passou por crises, guerras, revoluções, tensões, inovações tecnológicas e um processo de modernização das cidades inspiradas nas transformações que aconteciam na Europa, nas suas grandes cidades, as quais serviam na época como grandes exemplos a serem seguidos: cuidados com a proliferação de doenças, um grande mal à época; cuidados com relação às moradias, mudanças no sistema de transporte, nas comunicações, no padrão de higiene e na aquisição de equipamentos do conforto, enfim com toda uma estrutura que mudará o aspecto das cidades.

Sabemos que na primeira metade do século XX o Brasil, principalmente nas principais capitais, a exemplo do Rio de Janeiro, passou por um processo muito importante de modificações no setor urbano, ou seja, modificação e estruturação da cidade em busca da modernização e organização de uma nova sensibilidade. O exemplo do Rio de Janeiro se espalhou por grandes capitais brasileiras que começaram a pensar da mesma forma, numa tentativa de se modernizar e de se organizar enquanto cidade civilizada e moderna.

São cidades que passaram por uma fase de crescimento, de grandes mudanças urbanas que vão desde a sua arquitetura, até a implantação dos equipamentos modernos. As cidades foram crescendo em tamanho territorial e dessa forma, novos espaços foram sendo desapropriados para que novas construções fossem erguidas. Isso acarretava uma corrida em busca dos melhores locais para construção, de certa forma existia uma valorização de determinados espaços e outros não, gerando assim uma desigualdade na obtenção dos locais de moradia. O mais importante ainda é saber que essas cidades foram e ainda podem ser consideradas como modelos a serem seguidos em termos de modernização, mas não são as únicas experiências.

Reconhecidamente, cidades como Paris e Londres foram exemplos para que cidades brasileiras também pensassem num projeto de modernização. Como não se lembrar das dificuldades apresentadas por Peter Hall em seu texto “A cidade da noite apavorante”, que mostra toda uma problemática presente nas cidades de Londres, Paris, Berlim e Nova York do século XIX desencadeada pela presença dos cortiços nas cidades.

Os cortiços dessas cidades eram verdadeiros antros de miséria, prostituição, marginalidade, lixo e doenças, como diria o próprio autor “são estes pestilentos viveres humanos”, local de horrores onde os sinais de violência urbana e o crime rendem muito mais do que o trabalho. De resto, cortiços que são expostos e se tornam de conhecimento público, parecendo uma séria ameaça ao bom ordenamento urbano. Ora, como pairava sobre estas cidades o espírito de mudanças era preciso pensar em um planejamento que viesse a modificar esses ambientes de horrores e desse a estas cidades um aspecto mais moderno.

Seguindo esta perspectiva não se pode deixar de falar de Sidney Chalhoub quando fala sobre os cortiços do Rio de Janeiro no século XIX. Um trabalho muito interessante que, segundo o autor, de início a preocupação era reconstruir a experiência de negros, libertos e livres nos cortiços cariocas.

A partir do contato com novas fontes de pesquisa, como no caso dos papéis da junta Central de Higiene Pública, que implementava ações do governo imperial para diagnosticar os problemas e sugerir políticas na área de saúde pública, o mesmo passa a despontar para uma nova perspectiva de pesquisa, que seria uma nova relação entre cortiços e epidemias na cidade carioca.

“tornou-se evidente, aos poucos, que cortiços e epidemias de febre amarela eram assuntos indissociáveis para personagens eminentes do tempo de d. Pedro II. Os cortiços supostamente geravam e nutriam “veneno” causador do vomito preto. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença, e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano. (CHALHOUB, 1996 p.8).

Chalhoub trata de um problema urbano muito comum na época, a proliferação de doenças que se encontravam nesses espaços, o lugar ideal para se

propagarem mediante tais problemas apresentados pela falta de estrutura, organização e falta de cuidados com a saúde pública. Um grande problema em finais do século XIX e início do século XX nas cidades brasileiras pela falta de moradias adequadas e higienizadas.

Pesavento, outra referência no estudo do fenômeno urbano no Brasil, problematiza o campo em questão.

“A cidade representa o que se poderia chamar de um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar: trabalham sobre ela não só os historiadores como geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas, antropólogos. O que cabe destacar é a abordagem introduzida pela História Cultural: ela não é mais considerada só como um lócus, seja da realização da produção ou da ação social, mas, sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas. (PESAVENTO. 2003, p.77).

A obra de Sandra Jatahy Pesavento está inserida no que chamaríamos de história cultural do urbano, na qual a autora propõe estudar a cidade a partir de suas representações. Pesavento vai se apropriar das representações literárias como meio de acesso à investigação do passado, percebendo, nas metáforas e nas imagens mergulhadas em seu seio, o imaginário das sensibilidades de uma época que procura se construir a partir do pensare do agir dentro de um parâmetro de urbano.

A estudiosa fala de mudanças na cidade de Paris, onde o Barão de Haussmann é o responsável por melhorias no sistema de abastecimento de água, criação de rede de esgotos, demolição de antigas ruas, pequenos comércios e moradias. Criação de uma capital ordenada sobre a geometria de grandes avenidas e bulevares.

Neste trabalho, a atenção está voltada para a cidade moderna. Não para Paris, Londres ou Berlim, tampouco para a Capital Nacional, Rio de Janeiro, ou qualquer outro grande centro da federação. É para Alagoa Nova que a atenção se volta, a cidade dos anos 20 a 60, do século passado.

Diante de tantas possibilidades de adentrar o espaço urbano, o caminho escolhido está ligado ao campo da Nova História Cultural, o que permite recuperar as sensibilidades e subjetividades dos seus agentes sociais frente às mudanças urbanísticas que se processaram naquele contexto, num movimento denominado por alguns historiadores como modernização.

Reconhecidamente o tema urbano tem sido nas últimas décadas o objeto de estudo de vários estudiosos e, precisamente na década de 1980, uma área temática específica sobre Cidades tem se firmado como linha de pesquisas em universidades brasileiras.

A história, ou ainda, o texto historiográfico, é uma construção narrativa que pode ser feita a partir de diversos pontos de vista. São pontos de vista, como diria a professora Maria Stella Bresciani, que vão construindo uma nova historiografia sobre o tema cidade. A escritora é um grande exemplo, quando procura dar ênfase, nos seus estudos, ao momento em que as cidades se problematizam, e não uma mera evocação às cidades antigas percorrendo os séculos.

A autora nós dá uma pista de como trabalhar essa escrita quando ela faz uma analogia com as cidades antigas referindo-se às sete portas de entrada de uma cidade. São sete perspectivas diferentes que nos fazem refletir sobre o assunto, sugerindo novos olhares a partir de importantes questões de métodos. O texto, mesmo que publicado há duas décadas, continua atual no tocante à problematizações possíveis em termos de história urbana.

Essa problematização das cidades é o momento em que ela percebe que a cidade se transforma, mas junto a essa transformação existem as pessoas que fazem parte desta transformação. A cidade se moderniza e junto com ela vêm os problemas sociais. Existe uma reforma urbana, entretanto existem pessoas que moram nestas cidades, das mais diversas experiências, que se divertem, amam, trabalham, adoecem e morrem. Existem rupturas, permanências, aceitação, rejeição, normas de conduta, modelos a serem seguidos, portanto, a cidade é o lugar de múltiplas práticas sociais.

Ronald Raminelli nos mostra em seu texto “Historia Urbana” que Georges Simmel é um dos primeiros estudiosos a pensar a modernidade, a refletir sobre as transformações que acontecem com o crescimento das cidades. Como podemos perceber, toda cidade quando passa por um processo de mudança e crescimento, começa a se transformar, a se problematizar, como afirma a Bresciani citada anteriormente, as relações sociais se tornam complexas, são sentimentos, desejos e frustrações de uma

sociedade que passa a conviver com o novo, com a experiência do moderno. (BRESCIANI, 2004)

“A cidade por conseguinte, reúne detalhes sobre o real, não sendo apenas um aglomerado onde pessoas fazem trocas comerciais, como defendeu Weber. A cidade é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e de frustrações.” (RAMINELLI, 1997.)

Além de Simmel, podemos fazer referência a Walter Benjamin, que desenvolveu com brilhantismo o mesmo tema tomando Paris como centro de seus estudos, recorrendo largamente aos escritos de Baudelaire sobre Paris moderna (tanto poemas como textos em prosa), acrescidos de um vasto repertório de informações/imagens sobre a capital francesa, e traça um quadro das transformações daquela que é considerada uma capital cultural da Europa à época. Benjamin faz uma leitura da cidade por meio do Flâneur, uma espécie de passeante da modernidade, atento a tudo, o qual capta a cidade tanto no que ela tem de deslumbrante quanto de obscuro, recortando assim a cidade moderna em suas ambiguidades.

Nosso estudo não é sobre um grande centro urbano, é um trabalho sobre essas experiências ditas vivenciadas pelos moradores da cidade de Alagoa Nova-PB. Assim como qualquer cidade no início do século XX, existia uma busca pelo moderno, havia modelos de cidades “civilizadas”, exemplos das que já foram citadas, e as demais queriam seguir, ou deveriam seguir para parecerem “civilizadas”. Tratava-se do anseio da elite letrada e poderosa da terra, embora contribuíssem para destilar esses sonhos de vida civilizada no imaginário local. E talvez esse seja o desafio maior: focalizar as sensibilidades modernas numa cidade com fortes traços rurais. Segundo o autor José Borges de Sales, em sua obra *Alagoa Nova: Notícias para sua História*, os anos de 1920 são marcados por um crescimento, é uma década de prosperidade com o início dos trabalhos de abertura de estradas, denominadas de penetração, com o prolongamento dos trilhos da Great Western (estrada de ferro); a inauguração em 1920 do serviço de fornecimento de energia, as construções da época buscavam fugir do estilo tradicional das casas conjugadas⁶. Ademais, finais da década, Alagoa Nova passa por um certo melhoramento das estradas de rodagem que a liga às cidades de Areia, Alagoa Grande e

⁶ A obra do Sr. José Borges de Sales é tão somente uma fonte importante para percebermos que a cidade estava em mudança. Todavia, não explora a contento essas mudanças; tampouco reflete sobre as mesmas em termos de novas sensibilidades.

Campina Grande, ou seja, a cidade está no caminho da modernização. Um indício de modernização, capaz de mudar hábitos, criar oportunidades de circulação e consumo.

Em face a essas mudanças pelas quais a sociedade passou, o objetivo aqui, como já foi dito, é analisar esses traços do moderno na cidade de Alagoa Nova – PB que, a partir da década de 1920, começa a conviver com um sonho, que é o da construção da linha de trem, uma construção que viria mexer com o ritmo do cotidiano, gerando uma expectativa de mudança e uma representação em torno da novidade. Portanto, é este o momento em que a mesma começa a conviver com as primeiras marcas do viver moderno.

Devemos lembrar que a pesquisa historiográfica, mesmo tomando como objeto de estudo uma pequena comunidade como Alagoa Nova – PB, tem um valor universal em termos metodológicos. Os mesmos são referências amplas quando se trata de sua aplicação em estudos afins. Também há a considerar que Alagoa Nova não é uma experiência isolada, faz parte de um estado, região, país.

Alagoa Nova, nos anos 20 a 60 do século XX, era uma cidade que vivia uma fase de mudanças e crescimento para a época, um momento de rupturas e recepção de alguns elementos modernos, importantes para colocar a cidade pequena no rol de crescimento. Elementos modernos como estrada-de-ferro, luz elétrica passariam a interferir no cotidiano dos moradores dessa cidade.

Uma das questões centrais do trabalho, portanto, é analisar algumas transformações ocorridas no contexto de modernização de Alagoa Nova dos anos de 1920 a 1960 – marcado por novas sensibilidades e novas subjetividades.

A intenção da pesquisa é investigar a cidade a partir de diferentes aspectos: o advento de equipamentos modernos e mudanças de hábitos e costumes por eles provocados, sabendo que não é possível, por exemplo, associar ou comparar o ritmo de Alagoa Nova com o ritmo das cidades que já foram citadas. Dessa forma, o estudo se dá na busca de abordar os códigos de postura que nos possibilitam fazer uma análise acerca da tentativa dos mandatários locais de fazer com que se tenha ordem e disciplina na cidade que busca se modernizar.

Além do código também são analisadas algumas entrevistas de moradores antigos sobre a aplicação do conjunto de leis estabelecidas. Sendo assim, podemos perceber o que as pessoas dizem a respeito do momento em que a cidade passa a conviver com as mudanças que são implementadas pelo conjunto de normas.

A cidade não era um grande centro e não tinha uma quantidade de habitantes consideravelmente alta, se comparada a outras cidades à época. Mas apesar de toda essa distância em relação aos grandes centros no sentido da chegada do moderno, ela não deixa de se imaginar, pensar e conviver com o moderno, as conquistas materiais dos símbolos do moderno vão aos poucos se apresentando, gerando assim expectativas de mudanças na população e sua representação.

“Há a considerar que essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando, com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista, possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado”. (ARANHA. 2003, p. 80).

O autor nos deixa claro que cidades pequenas a partir da década de 1920, independente do seu tamanho, vão convivendo com as conquistas materiais que aos poucos vão mudando todo o cotidiano de boa parte dos moradores que nelas vivem. Dessa forma, a cidade pode ser vista em sintonia com o mundo moderno. Alagoa Nova vivencia as conquistas materiais e ao mesmo tempo vai criando na cidade a ideia de regularizar e normatizar certos hábitos e costumes numa tentativa de manter um controle social.

São mudanças que interferem no cotidiano local à época, em que as pessoas vão consumindo o que a cidade oferece. Na cidade de Alagoa Nova, o impacto da construção da linha de trem criou uma expectativa de melhoria de vida, aumentando a circulação do dinheiro, incrementando a feira. O trem mesmo não chegando a fazer parte desta realidade, porque as obras que levariam o trem a passar pela cidade foram paralisadas por questões políticas, também contribui para uma perspectiva de melhoria na condução de seus produtos ou no próprio encurtamento de distâncias. O historiador Gervácio Batista Aranha, no tocante ao impacto do trem na passagem para o século XX, nos alerta para o fato de que as estações ferroviárias

“tornam-se espécies de portas abertas para o mundo. Os trens que aportam nessas estações – trazendo ou levando pessoas e objetos, além de sonhos a realizar ou desfeitos – tornam-se canais por meio dos quais essas estações se

constituem, enquanto espaços de intensa sociabilidade, convergindo para elas praticamente todos os interesses da coletividade em seus laços com o mundo exterior, sejam econômicos, políticos, afetivos, etc.” (ARANHA, 2003, p.123).

Enfim uma imagem gravada fundo no inconsciente de toda a região, o que leva a crer que os alagoa-novenses também almejavam uma dessas casas de sonho, isto é, uma estação ferroviária.

O trem gerou expectativas na população de Alagoa Nova, entretanto não foi um sonho realizado. Talvez se deva lembrar que a então vila sofreu um rebuliço quando os trilhos começaram a ser construídos, em sua direção, alimentando o sonho coletivo de contar com esse símbolo moderno. Um sonho frustrado logo depois.

O senhor Antonio de Basto, residente na zona rural, Sítio Urucú, onde vive desde que nasceu, em entrevista, afirma: “meu pai contava para mim e meus irmãos que a região ficou cheia de trabalhadores de toda parte do Estado”. Com isto, engenheiros e todo esse povo costumavam fazer suas compras na região, aumentando assim o comércio da feira local, gerando um certo crescimento econômico, assim como a perspectiva das pessoas em conviver com esse trem que viria de Alagoa Grande e passaria pela região, trazendo o progresso e melhorando o tráfego existente entre as cidades circunvizinhas.

O trem é simbolizado, representado como emergência do moderno, algo parecido como a luz elétrica a qual simboliza a ruptura com o passado, cidade eletrificada é cidade diferente, os olhares sobre ela são diferentes. Sabemos que o novo nem sempre gerou total confiança, até porque não é para todos. Mas gera mudanças de comportamento, embora mantendo características de uma cidade pequena, pacata, vivendo na fronteira entre o urbano e rural. A cidade se moderniza, mas continua sendo a cidade pequena, do morador carregando lenha pelas ruas, do homem cavalgando com seu cavalo ou burro, vendendo os produtos de suas pequenas propriedades em seus burros com caçuás de palha, a cidade que dorme e acorda cedo e que mantém também seus traços de cidadezinha, com hábitos considerados tradicionais.

Alagoa Nova está se modificando, o que nos leva a pensar que existem problematizações que geram interesse. Pensando numa cidade que se problematiza são criados códigos de postura. A cidade moderna tem que se educar: escolas começam a ser construídas; o cuidado com a saúde também passa a ter maior interesse por parte das autoridades; a religião também se

utiliza de códigos de moralização e conduta que interferem nos comportamentos das pessoas dessa cidade.

Tendo em vista a amplitude de possibilidades de adentrar a cidade, e na impossibilidade de recompor o passado tal qual ele aconteceu, fazemos uso de algumas categorias que nos ajudarão a reconstituir algumas memórias de Alagoa Nova naqueles anos.

Uma importante contribuição para o trabalho diz respeito ao conceito de representação do historiador francês Roger Chartier. A aproximação com este autor é fundamental para compreendermos as diversas leituras que os indivíduos fazem dos acontecimentos que vivenciaram e vivenciam. De acordo com ele, a cultura deveria ser examinada tomando-se como referência as práticas e as representações dos sujeitos envolvidos em determinado contexto. Para ele, as práticas sociais produzem representações que geram as práticas sociais e/ou culturais. Os objetos culturais assim como os produtores e os consumidores de cultura circulam entre esses dois pontos.

As categorias práticas e representações, ideias que se completam, são fundamentais no campo da História Cultural, pois através de tais noções podemos analisar e perceber de que forma os objetos culturais são produzidos e/ou consumidos pelos diferentes agentes sociais. As teorizações de Chartier explicitam também o poder que têm determinados grupos, de nomear e definir outros grupos. “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, p.16,).

Ao focalizar a pretensão dos gestores no sentido de ordenar e disciplinar a vida cotidiana pode-se perceber que existe um grupo dominante pretendendo impor a uma sociedade uma determinada cultura, tentando nomear e definir o lugar daqueles que são considerados populares. Chartier nos lembra que os realizadores das práticas nomeadas como populares não costumam se definir como tal, o que acreditamos ser consequência da incorporação, por parte dos setores subalternos, de valores e conceitos oriundos dos setores hegemônicos da sociedade e vice-versa.

Seguindo essa linha de pensamento estabelecemos uma aproximação com o historiador Michel de Certeau. Inconformado com o tratamento dado às práticas do homem comum, que era descrito tradicionalmente como um ser passivo, subjugado, conformado à sua situação, o estudioso nos apresentou o homem comum como ser

difícil de ser definido. Isso porque ele é o agente de práticas e discursos que nem sempre estão de acordo com o que se imagina ser próprio dos cidadãos comuns.

A mais importante contribuição de Certeau diz respeito principalmente ao conceito de invenção, a partir do qual revela a existência de uma cultura cotidiana, ordinária, que se apresenta nas formas que os diversos sujeitos e grupos sociais absorvem ou consomem os espaços significando-os e (re) significando-os.

Embora o homem ordinário muitas vezes mostre-se passivo diante das regras, da estratégia⁷, da manipulação das relações de forças em que sujeitos de querer e poder exercem, ele em algum momento acabará rompendo com estas. Os grupos nomeados como dominados sempre encontram uma maneira de fugir às imposições dos ditos dominantes, o que se dá graças ao uso de táticas. Sendo, portanto, as táticas operações mutáveis que se manifestam nos modos de usar, nas maneiras de “fazer com” surgidas das necessidades cotidianas do homem comum.

É exatamente a partir dessas artes de “fazer com” que os homens ordinários se (re) apropriam dos espaços, fazendo-se presente na sociedade, esquivando, burlando os discursos para conseguir resistir às imposições instituídas socialmente e que nem sempre lhes são favoráveis.

Michel de Certeau nos oferece, então, uma visão sobre as diferenças que cerceiam o homem comum e nos permite perceber as suas resistências. Assim sendo, a inversão de perspectiva que fundamenta a invenção do cotidiano, desloca-se do consumo considerado passivo para a criação anônima, surgida das práticas, das burlas, dos desvios nos usos dos produtos.

A partir das perspectivas oferecidas por Certeau é possível reconhecer na cidade de Alagoa Nova as marcas dos conflitos entre os “homens ordinários” e as elites. Ocorre que as “táticas de consumo, engenhosidade do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar em uma politização das práticas cotidianas” (CERTEAU, 2001, p.45). Uma cidade é planejada, porém os usos são particulares.

Outro conceito nesse campo das representações é o de sensibilidades. As sensibilidades procuram capturar as novas maneiras de sentir e perceber a si e ao mundo. Indicam forma de ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção

⁷“Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. (CERTEAU, 2001).

individual a sensibilidade partilhada. Dessa forma, pensar o mundo a partir desse ponto de vista é ir além daquilo que está aparentemente dado.

Para a realização desse trabalho é fundamental o diálogo com os teóricos Michel de Certeau, Roger Chartier e aqueles que têm como objeto de estudo as cidades. São teóricos importantes que nos levam a desenvolver a nossa pesquisa a partir de alguns pressupostos. Michel de Certeau pode ser de suma importância para a parte onde trato sobre os códigos de postura e conduta da cidade Alagoa Nova – PB, usando a tática do homem ordinário, como os populares elaboram e tem seu próprio meio de viverem na cidade, como seriam suas formas de reação ao novo, aos códigos novos que passam a ser impostos, a maneira de se vestir, de se portar, partindo para uma idéia de resignificação do meio em que vivem.

Outra figura importante é Carlo Ginzburg, de grande importância para a nossa pesquisa quando ele abre espaço para que tenhamos a noção de método indiciário, também conhecido como detetivesco, um método importante para todos que querem escrever algo a partir de determinadas fontes que devem ser cuidadosamente examinadas para que não possam ser confundidas com meras cópias, “é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas” (GINZBURG, 2007). O método indiciário na perspectiva do Ginzburg segue três importantes referências que podem trazer ótimas lições de métodos para o trabalho do historiador: Morelli, crítico de arte, que procura analisar os pormenores mais negligenciáveis de uma obra de arte; Conan Doyle, voltado para as tramas do romance policial com a figura do Sherlock Holmes, um detetive que se vale da arte da dedução para desvendar os mais misteriosos crimes; e o psicanalista Freud, cujos diagnósticos resultam de minucioso trabalho de observação da psique.⁸

O método estabelece uma relação para se chegar ao não dito, é aquele que permite exatamente seguir determinados rastros, pistas, sinais, vestígios. O historiador procura nos detalhes aparentemente desinteressantes, desimportantes aquilo que não é

⁸ “vejamos rapidamente em que consistia esse método. Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos-nos frente a obras não-assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições, é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli), é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés.” (GINZBURG, 2007).

dito, que está em linguagem simbólica (codificada), expressa através de códigos para nós e não para os que a utilizam ou elaboram.

O primeiro desafio é dominar o código, é o contato com a língua, é tentar compreender o outro a partir do domínio do campo da linguagem. A chamada linguagem simbólica está para ser decifrada, logo o que está para decifrar pode ser muito mais importante do que o dito. Decifrar os códigos é como se tivesse o tempo todo a desvendar segredos. Desse modo, o método indiciário nos permite fazer qualquer tipo de leitura em toda e qualquer fonte, indo além daquilo que ela oferece em primeiro plano.

Além desses importantes teóricos, também são importantes os autores que problematizam o fenômeno urbano, como no caso da autora Maria Stella Bresciani, com a abertura de uma das portas da cidade, a quarta porta, onde procuramos analisar as sensibilidades modernas. Segundo ela, a abertura dessa porta abre a possibilidade da formação de uma nova sensibilidade, uma reeducação dos sentidos dos habitantes da cidade e é possível perceber uma forma diferente de olhar a cidade, os seus problemas, sentir os odores e, a partir daí, ter uma educação desses sentidos no intuito de mudar os odores, o desconforto, trazendo a tona umas mudanças baseadas na civilidade.

Fazendo uso da metodologia da História oral saímos à caça de relatos de memórias que exprimissem leituras possíveis acerca das mudanças que a cidade passou no campo da modernização, são muitas experiências que traduzem clima de mudanças entre os moradores alagoa-novenses. O novo vai gerando na mentalidade da população local a expectativa de mudanças. Criava-se ali uma possibilidade de crescimento, uma noção de conforto mudando o ambiente destes moradores e criando na mentalidade que era preciso mudar, transformar a cidade para que ela pareça moderna.

Neste exercício atentamos para Certeau, quando este chama a atenção para os usos da memória e a ocasião da fala, onde esta, a memória, “continua escondida (não tem lugar que se possa precisar), até o instante em que se revela no ‘momento oportuno’ de maneira ainda temporal embora contrária ao ato de se refugiar na duração, o resplendor dessa memória brilha na ocasião”. (CERTEAU, 1994, P.158).

De acordo com Sabina Loriga, a memória, assim como a história, visa representar o passado. Uma representação que se dá por conta de que o sujeito se lembra, muitas vezes influenciado por interesses de outros que ajudam o ato da rememoração e dessa forma tem-se a possibilidade de obter a memória positiva, como defende Ricouer, mesmo que atento aos abusos da memória que pode ser obstruída por

conta da evocação dos distúrbios, das manipulações premeditadas do passado e da idéia de uma memória obrigatória.

“De maneiras diferentes, essas três formas de abuso evidenciam a vulnerabilidade fundamental da memória: ora, a relação fundamental da história com a violência impregna a memória coletiva de feridas simbólicas que reclamam curas legítimas. *Memória demais* aqui, *memória de menos* ali tange à compulsão de repetição. As duas sofrem do mesmo déficit de crítica. É nessa perspectiva que Ricouer opõe ao “dever de memória” o “trabalho de memória”, um conceito desprovido de qualquer declinação imperativa, que implica um trabalho de luto “penosamente libertador”: no horizonte desse trabalho, perfila-se justamente uma “memória positiva”.”(LORIGA, 2009).

A memória aparece como uma operação presentificada diante da ocasião torna-se viável mediante a adequada articulação pela metodologia da história Oral, agenciada por uma recorrência ao procedimento de coleta dos relatos através das entrevistas. As referências sobre o método da história oral buscamos nos apontamentos feitos por Alberti (2005) no “Manual de História Oral”, onde a autora lança diretrizes e orientações para a produção de fontes mediante a aplicação dessa metodologia.

“A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.” (ALBERTI, 2005, P. 17-18).

No trabalho de Antonio Torres Montenegro, “*História oral e memória a cultura popular revisitada*”, o autor procurou fazer um trabalho onde ele propôs estudar a cultura popular recente de vinte, trinta até cinquenta anos passados do resgate da

memória realizando entrevistas orais. Dessa forma percebemos que para realizar um trabalho que nos permita tomar como fonte a oralidade, precisamos delimitar esse período de acordo com a possibilidade de termos disponíveis as pessoas com as quais faremos as entrevistas para poder colhermos os depoimentos que nos permitam escrever sobre determinado acontecimento e ou período histórico.

“Através dos depoimentos” é possível analisarmos os elementos simbólicos que são construídos pela população e esses elementos “que se apresentam muitas vezes, como avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida que essa população convive, tolera, assimila, reproduz a cultura oficial”. Mas essa população não faz parte de algo perdido, a cultura dessa população que não é considerada oficial, não é algo perdido, dessa forma, na perspectiva de Montenegro é possível dizer que trilhando a prática cotidianamente dessa população que é considerada menos favorecida, pobre, existem momentos em que é possível se ver as vitórias assim como as derrotas, de união e desunião, onde a força muitas vezes dar espaço para à fragilidade. Muitas vezes essa população quando unida demonstra uma força que se torna até ameaçadora a uma cultura oficial pré estabelecida. Sendo assim, em muitos casos identifica-se vitória sobre a dominação local, mas em outros casos a fragilidade, acompanha de uma desunião que os leva a derrota.(MONTENEGRO, 2010).

Portanto, na medida em que fazemos uso da oralidade, os depoimentos são gravados e depois transcritos. Assim podemos perceber qual a visão que é feita de determinados períodos, como é que as pessoas falam daquele momento que é proposto pelo pesquisador para a realização da pesquisa. O que as pessoas dizem de suas vidas e do que acontece ao seu redor é como se pudéssemos resgatar através destes relatos de memória, através da oralidade, uma vida cotidiana, ou o cotidiano de uma população, de uma cidade.

Na perspectiva de Ricouer, o historiador não deve tratar os vestígios da memória como resíduos arcaicos ou simplesmente como uma ficção que devemos desconfiar o tempo todo. Não, na sua perspectiva o historiador deve reconhecer que existe uma dependência da história para com a memória. Com isto não podemos deixar que se construa um discurso de que somente o documento pelo documento tenha valor. Não, na realidade a memória e o testemunho são confiáveis no sentido de servir como fontes para um determinado tema a ser abordado, embora não devamos deixar de ficar atentos para o fato de que alguns testemunhos podem ser vistos como alvos de dúvidas.

O que não devemos deixar de nos lembrar é de que os testemunhos são fontes possíveis de serem problematizadas.

O estudo aqui proposto não toma unicamente a oralidade como fonte, também fazemos uso de fontes impressas que nos permitem fazer uma leitura de como era a cidade de Alagoa Nova, numa perspectiva de História Cultural, verificar as práticas de representações alagoa-novenses no tocante a aspectos tradicionais e ou modernos.

Nas entrevistas, é possível perceber o que as pessoas pensavam da cidade em busca da modernização. São memórias que compuseram representações acerca das transformações no âmbito da cidade. Reconhecemos assim a memória mediada pelo método da História Oral, e a tomamos enquanto registro disperso e fragmentário que nos falam de um passado recente. Relatos que podem ser transformados em fontes possíveis de serem problematizadas à luz de nossas enquetes.

Analisaremos o discurso dos moradores mais antigos de Alagoa Nova procurando perceber nos seus discursos o que pensavam da cidade da época estudada. Eles contam suas experiências e relatam a importância da presença dos símbolos do moderno na pequena cidade.

Na perspectiva de se ter uma aproximação de como era a cidade notamos que sem as imagens muito pouco poderíamos compreender a respeito. Seguindo uma linha de pensamento direcionada por muitos autores que se dedicam a esta intenção de pesquisa, percebemos nas leituras do autor Severino Cabral Filho que o mesmo nos coloca a questão do que seriam as cidades sem as suas imagens, estas que vêm ao longo do tempo, desde a criação da fotografia, registrando o passado, o cotidiano deste passado e o presente, mostrando o dia a dia dos moradores das cidades.

O papel da fotografia é importante no momento em que as mesmas são acessadas como fontes históricas. Talvez muitos fotógrafos dos fins do século XIX e início do século XX nunca pensaram em ter suas imagens como fontes históricas, entretanto o interessante é observar que os mesmos vão direcionando os seus interesses ou vão sendo direcionados por interesses de alguns gestores públicos a registrarem o cenário urbano, no intuito da publicidade das reformas urbanas. Registrar as reformas e mudanças das cidades era algo que se tornava importante no tocante aos interesses dos gestores locais.

Dessa forma, procuramos fazer uma viagem ao passado a partir das memórias que são avivadas pela presença das imagens fotográficas o que nos permitirá

perceber as modificações do espaço urbano que as pessoas vão consumindo das mais diversas maneiras possíveis, de acordo com as suas disponibilidades e intencionalidades, muitas vezes resignificando-os e transformando-os no espaço aberto às sociabilidades e sensibilidades.

A fotografia, neste sentido, é vista não simplesmente como um registro de um objeto. A imagem fotográfica na perspectiva de Barthes⁹ não rememora o passado, mas afirma que a coisa fotografada de fato existiu, repetindo o que não mais poderá repetir-se existencialmente.

Seguindo essa perspectiva, compreendemos que as imagens nos remetem a um referente passado captando os acontecimentos do dia a dia apresentados pelas imagens. Seguindo essas discussões acerca do papel da fotografia como fonte histórica, percebemos que Boris Kossoy foi o primeiro a tomar as fotografias como documentos possíveis de serem acessadas para se fazer uma análise histórica. Um documento que devemos ter o cuidado de não concebê-lo como uma expressão fiel da realidade.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, pretendemos analisar até que ponto a notícia da chegada dos elementos modernos como estrada de ferro, luz elétrica e a difusora passaram a interferir no cotidiano de Alagoa Nova ao longo das décadas de 1920 a 1960. Procuramos analisar e identificar as sensibilidades modernas, a recepção do novo gerando expectativas de mudanças para a cidade que passa a se ver diferente, os moradores vão percebendo que algumas mudanças neste sentido vão ao longo dos anos se tornando bastante significativas para a cidade.

No segundo, a cidade está se modernizando e passa por alguns códigos de postura e conduta que tentam ordenar e disciplinar a vida de seus moradores, mostrando a reação das pessoas a essa tentativa de disciplinarização. Para tornar-se uma cidade moderna e civilizada tem que seguir determinadas normas que passam pela educação, cuidados com a saúde, limpeza, postura moral. Portanto, neste capítulo, temos uma visão de como era morar e viver na cidade.

No terceiro, a investida é sobre os espaços da diversidade e sociabilidade alagoa-novense: as praças sendo colocadas como um novo espaço dessa diversidade e sociabilidade, que nos permite perceber que os moradores fazem uso desses espaços das mais diversas formas possíveis: o lugar do divertimento, do lazer, do encontro, da religiosidade, da política e etc. Além das praças também nos preocupamos em perceber

9 BARTHES, Roland. A Câmara Clara. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

com era o divertimento dos moradores, para tal estudamos algumas festas populares: a festa da padroeira, os forrós e as festas no Clube XXI de abril.

Portanto, dessa forma como diz o Atoine Prost “não existe fatos, nem história, sem um questionamento”, “não existem fatos históricos por natureza”¹⁰. Sendo assim o valor da nossa história depende do valor da nossa questão e a nossa questão não é ingênua. Questionamos de acordo com as nossas experiências e também quando de contato com as fontes, partimos de nossos questionamentos preliminares e de nossas curiosidades para poder falar-mos das experiências dos alagoa-novenses no período aqui proposto da nossa pesquisa.

ALAGOA NOVA E OS SÍMBOLOS DO MODERNO

ALAGOA NOVA DO SÉCULO XX

Na impossibilidade de mostrar o passado tal como aconteceu tem-se a necessidade de conhecer o local escolhido para se fazer uma análise ousada, encontrar numa vila do interior paraibano traços da modernidade¹¹. Devemos levar em conta

10 PROST, Antoine. Doze lições sobre a História / Antoine Prost; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.

11 ”Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em

inicialmente a diferença em relação a cidades que passaram por um processo mais marcante no sentido de se modernizar. Contudo, não deixa de ser importante notar que nesta pequena cidade, como é o caso do nosso objeto de estudo, as pessoas também passaram a ter contato com os traços da modernidade, os quais, ainda que de forma tímida começaram a interferir em sua vida cotidiana.

Em se tratando de representações daquilo que chamamos de moderno, que desde o século XIX vem fazendo a diferença em determinadas cidades em todo o mundo, criou-se um discurso de que era preciso mudar a configuração das cidades, e essa mudança se dá com base em inúmeros fatores, a exemplo dos modernos equipamentos que vão sendo criados, como o trem. Também na preocupação de organizá-las, no sentido de torná-las mais amplas, limpas e bonitas, um verdadeiro bota abaixo: derrubando casas, abrindo ruas, transformando os centros urbanos num verdadeiro canteiro de obras, trazendo sérios transtornos para a população, tirando aquilo que é velho, feio e problemático para transformar o espaço num lugar moderno, limpo e bonito, mesmo que se retirem destes espaços experiências de vida, onde pessoas são praticamente expulsas do local onde moravam por muitos anos e com o qual já tinham criado uma forte ligação, pois foi onde nasceram e criaram seus filhos, isto é, um lugar onde as pessoas tinham todos os laços de afetividade familiar, assim como a afinidade e afetividade com a vizinhança.

Na perspectiva de Marshall Berman, reconhecer uma cidade como moderna ou pelo menos que aparente estar em sintonia com o moderno, é observar que as coisas ao seu redor vão mudando, se transformando e se destruindo. Isso pode se configurar como algo bom, inovador, no entanto ao mesmo tempo pode significar uma ameaça que vai corroendo aquilo que se sabe ou que se tem, não importa o lugar, não importa a cor, a religião, ao mesmo tempo em que ela aparenta ter esta unidade, por ser algo em que todos os lugares ou classes possam experimentar, também gera os problemas causando mudanças, mal estar e contradição.

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as

todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”.”
(BERMAN, 1986. P. 9).

fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade na desunidade: ela despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é solido desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p.9).

Podemos perceber na leitura de Berman que o ser moderno não só transforma o seu ambiente ao redor, o que vai gerando mudanças na cidade, ou podemos dizer ainda que as mudanças na cidade é que vão transformando o ser. O que pensa o ser moderno é inovador a tal ponto que pode anular experiências antigas, criando experiências novas, o que não quer dizer que se tenha um rompimento total com o que era considerado atrasado, arcaico ou tradicional. Na realidade as coisas vão se transformando, vão se moldando de acordo com o que se está acontecendo.

Apresentamos ao leitor uma Alagoa Nova que surgiu de uma doação de terras pertencentes aos índios Bultrins, que se originou de uma Sesmaria concedida pelo governador Francisco Xavier de Miranda, em fevereiro de 1763, ao Alferes José de Abreu Tranca, que residia na comarca de Pombal. As terras que foram concedidas localizavam-se no Olho D’água da Prata até o limite com Aldeia Velha, uma área ocupada pelos Índios Cariris, os quais vieram para esta localidade na busca de terras para garantir sua sobrevivência, onde fixaram moradias e ficaram conhecidos por Bultrins. Daí a denominação de Esmeralda dos Bultrins, um local valioso que permitiu a esses novos moradores sobreviverem e terem direito a viver através do que conseguiam produzir, já que a região era muito propícia a quase todo tipo de plantação necessária à sobrevivência do homem.

Sabe-se que a formação de Alagoa Nova começou de um aglomerado de casas, nas proximidades de uma lagoa conhecida como a Lagoa dos Patrícios, hoje denominada de Parque da lagoa “Manoel Pereira”. Devido à seca em algumas áreas do Sertão, o brejo se transformou num celeiro para as regiões sertanejas. Em face dos problemas climáticos, muitos migraram para a região em busca de terras, contribuindo para o seu crescimento populacional. Uma vila pequena foi se formando a partir da construção de casas de taipa e de tijolos nas proximidades da Lagoa dos Patrícios, ponto de chegada dos que vinham das redondezas à procura dos gêneros aqui produzidos. Em 1778, já havia um povoado denominado de Alagoa Nova, e em 1790 passou a distrito da

Vila Nova da Rainha, atual Campina Grande¹², emancipando-se em 1850 adquirindo o estatuto de vila¹³, voltando a pertencer em 1900 e desmembrando-se definitivamente em novembro de 1904. Em 1938 teve seu nome substituído por Laranjeiras, mantido até 1943, quando o decreto 520 de 30 de dezembro restituiu à antiga denominação, Alagoa Nova.

Quando da instalação da Vila, em 1850, a população do município era de 6,975 habitantes, mas em 1872, com a realização do primeiro censo no Brasil já havia 12,592 pessoas. De acordo com o anuário estatístico do governo do Estado da Paraíba, o município já contava com 35.239 habitantes em 1920, 51.332 habitantes em 1931, isto em relação aos limites territoriais da época, já que a mesma tinha: ao Norte Areia, a Leste Alagoa Grande, ao Sul Ingá e Campina Grande e a Oeste Campina Grande e Esperança, uma área bastante ampla se comparada aos dias atuais.

Alagoa Nova aos poucos foi se desenvolvendo e crescendo, tudo de forma bem lenta, visto que estamos falando de uma cidade pequena cujas experiências com o novo e moderno se dão de acordo com as proporções do município. Guardada a sua proporção, ela também passa pelo processo de crescimento sem que se tenham grandes mudanças, como acontecera em determinadas cidades brasileiras que em meio a este contexto também se modificavam em busca de se modernizar, e eram estas cidades, a exemplo do Rio de Janeiro, que serviam como modelos a serem seguidos.¹⁴

O moderno chegava a cidades como no caso Rio de Janeiro, talvez o maior exemplo a época, uma cidade que crescia e se desenvolvia remodelando sua

12 Campina grande foi elevada à vila, em 6 de abril de 1790 e o povoado Alagoa Nova passou a constituir parte integrante da Vila Nova da Rainha (CAMARA, 18, p.25)

13 Em 1850 Alagoa Nova foi elevada a Vila em 05 de setembro pela lei provincial nº 10, desmembrando-se de Campina Grande e passou a pertencer à freguesia de Santa Ana. A instalação da Vila aconteceu em 27 de fevereiro de 1851. O município foi criado desmembrando-se definitivamente do de Campina Grande, através da Lei nº 215 de 10 de setembro de 1904.

14 “no alvorecer do século XX, a cidade do Rio de Janeiro vivia grandes mudanças. O barulho e a poeira das demolições anunciava o progresso e a busca de novas representações para a cidade significava a condenação das tradições. A modernidade abria seu caminho numa voracidade sem limites, vencendo a topografia acidentada, ela traga morros, pântanos e lagoas, definindo mudanças sensíveis no ser, no ter, no fazer e no sentir”. (MENEZES, p.109, 1999).

fisionomia, melhorando suas estradas, iluminando suas ruas, desenvolvendo os meios de transportes, etc. São esses tipos de mudanças que vão aos poucos fazendo parte do desenvolvimento do município de Alagoa Nova, as ruas não eram alargadas, contudo passavam a ser iluminadas, mesmo que fossem poucas, os serviços públicos como limpeza, iluminação e saúde eram já recursos que nesta década de 1920 traziam uma certa comodidade ao município, ainda que o atendimento não fosse para todos. Os poucos que tinham acesso a essas mudanças já demonstravam a importância das mesmas e dessa forma meso que alguns moradores ainda não tivessem o acesso a elas a experiência ia se propagando pela vila.

Apesar de sempre ligada ao campo, possuindo inúmeros traços daí herdados, a vila procurava se desenvolver e esta busca pelo desenvolvimento a colocava como uma pequena cidade que estava em sintonia com o moderno. Já em finais do século XIX, se via a necessidade do desenvolvimento, o município precisava de cuidados com a saúde, educação e meios de transportes, uma vez que na dificuldade encontrada pela falta de estradas e meios de transporte adequados a necessidade aumentava. “As estradas que buscavam Areia, Campina Grande e Alagoa Grande, eram sinuosas, estreitas, com ladeiras bastante íngremes” (SALES, 1990, p38). Isso dificultava a locomoção local, mas quando se tem a possibilidade de melhorar as estradas no imaginário local se cria as expectativas de um dia melhorar a locomoção local.

Falar em carências de estradas, não significa que a vila não contasse com uma ou outra marca do moderno. A vila já contava com um cemitério, o sistema de correios e a Casa da Caridade, que funcionava como uma espécie de ambulatório e outros. A carência das estradas era notória, entretanto era algo que não isolava totalmente o município dos demais, a dificuldade era superada com os transportes em lombos de animais, cavalos e ou burros. Meios bastante utilizados em quase todo o século XX e quase superado no final do mesmo, já que nestas últimas décadas o transporte em lombo de animais foi sendo substituído pelas motocicletas.

Já no início do século XX a vila estava estruturada na sua principal artéria, com algumas casas feitas de tijolos, mantendo o estilo de casas conjugadas; contava com duas igrejas na rua central, uma destinada a um público menos abastado como era o caso da Igreja do Rosário¹⁵, também conhecida como a igreja dos negros,

15 Era de contextura suntuosa, onde José Gonçalves e os pretos das serras da Caiana e do Juá, todos os anos exibiam suas combinadas e cortes reais que alegravam as ruas da vila com trajés

demolida no ano de 1923. A outra bem próxima à praça central e que permaneceu por muitos anos como a principal, enquanto não se construía a atual matriz de Santa Ana.

IMAGEM 1



IMAGEM 2

típicos e cerimoniais cadenciado ao som de músicas de ritmos contagiantes, (SALES, 1990).



Esta segunda imagem nos permite ver o que de importante se tinha na cidade, dois prédios distintos, ao fundo a igreja matriz mencionada no parágrafo anterior. Como se observa, era uma construção simples e de acordo com alguns relatos de pessoas mais velhas não era muito grande, ou seja, era larga e pequena no comprimento.

De acordo com as referências no livro de tombo da Igreja matriz de Alagoa Nova, encontramos os seguintes trechos referentes ao que os padres diziam a respeito dessa igreja:

“A Matriz é por demais incômoda para os fieis, pelo seu tamanho deficiente e arquitetura antiquada”. (Livro de tombo. Inventário da Matriz. Vila de Alagoa Nova 26 de março de 1915, vigário João Borges de Sales).

“A atual Matriz de Alagoa Nova nos convida a fazer um reparo sério, pois nela não há o menor conforto para os fiéis, as grandes paredes que formam a capela mor tomam toda a vista e espaço na atual capela mor não comporta trinta pessoas.” (Livro de tombo. Inventario da Matriz, Alagoa Nova 10 de fevereiro de 1924. O pároco Severino Cavalcante de Miranda).¹⁶

16 Estes tipos de reclamações encontradas no livro de tombo da Matriz foram encontrados ao longo das décadas seguintes. Os padres que passavam pela cidade todos reclamavam do tamanho da Igreja e da falta de comodidade para os fiéis. Portanto, o sonho de construção de

As imagens são datadas do início do século XX, mas não foi possível encontrar o nome de quem fez estas imagens. Elas nos foram fornecidas a partir de arquivos pessoais, todavia na impossibilidade de saber quem foi o fotógrafo, resta especular sobre sua intenção na hora de clicar a objetiva. Provavelmente a imagem foi produzida para demonstrar que a igreja do Rosário era uma ruína e que deveria realmente ser demolida para dar lugar a um prédio novo, já que estava localizada na rua central. Como podemos ver já tinha o aspecto de ser uma rua larga e que, ao mesmo tempo, ainda se encontrava sem calçamento.

Sempre muito ligada à religião, Alagoa Nova, que já havia desde o tempo do Império, 1837¹⁷, criado sua paróquia, contava com essas igrejas simples suficientes na época para abrigar seus fiéis. Nesse tempo, muitos padres viviam desligados do ministério, e exercendo diversas outras atividades que consideravam mais rentáveis; outros ainda eram fazendeiros e muitos se entregavam à política. Eles procuravam aproximações com uma elite intelectual local e pouco se preocupavam com a religião do povo, praticada mais no âmbito familiar. Em casa se ensinava as orações próprias e se transmitia o essencial da fé.

A cidade contava com um coreto¹⁸, um local destinado a alguns eventos importantes e ponto de encontro dos seus moradores. De acordo com entrevista realizada com seu Osvaldo de Lima, este coreto era destinado às retretas, bandas de músicas tocando semanalmente aos finais de semana, fazendo com que as pessoas se reunissem ali em frente e fizessem aquela festa. Alguns poetas, violeiros e seresteiros da terra ali se apresentavam. Na verdade, era uma construção que permitia que ali em frente as pessoas se sociabilizassem, se encontrassem e colocassem os assuntos da política e economia local regional e nacional, bem como os problemas da sociedade local, em dia. Localizado em frente à igreja, permitia que as pessoas se

uma nova igreja começava a fazer parte do sonho coletivo dos fiéis de Santana. Este sonho começou a ser concretizado com a chegada de Monsenhor Borges de Carvalho que deu início a construção da nova Matriz no ano de 1939 e concluiu no ano de 1943.

17 Foi ainda no tempo do Império que a paróquia foi criada, 22 de fevereiro de 1837, e isso aconteceu por Decreto provincial. A igreja era dirigida pelo Estado e o catolicismo era a religião oficial. A paróquia de Santana foi desmembrada da freguesia de N. S. da Conceição de Campina Grande com aprovação do bispo, que neste tempo era o bispo de Olinda, dom João da Purificação Marques Perdigão.

18 Tratava-se de um elegante coreto, em autêntico francês, no largo da matriz. O piso do coreto era de mosaico, avultando bem no centro a legenda “Feita pelo povo”. (SALES, 1990.)

reuniram ali quando as missas acabavam nos finais de semana e assim se transformava no ponto de encontro dos moradores alagoa-novenses. Hoje em dia só resta a saudade de alguns moradores, dos tempos em que se reuniam em torno dele para apreciar as músicas e as danças. Em poema, o Sr. Osvaldo de Lima expressa essa saudade, de um tempo vivido que não volta mais. A experiência do coreto se foi com o tempo, com a perspectiva dos gestores em transformar o espaço urbano em um novo espaço e dar a eles uma nova sociabilidade. Destruuiu-se o coreto e o que resta são as recordações que são reavivadas a partir dos relatos de memória que se eternizam através do poema.

Ao Coreto

I

Saudade infinda de eterna lembrança
Que se consagra dentro de meu peito,
A recordar a linda estrutura,
De amplo acabamento – o velho coreto.

II

Na Praça João Tavares, recordo bem,
Tão Majestoso em tempo obsoleto
Até peregrinavam os adolescentes
Afogando a saudade em volta do coreto

III

Hoje por acaso, vejo só a fotografia,
Única testemunha do símbolo perfeito,
Mas... esta saudade que me atrofia
É ver restaurado o velho coreto.

IV

Imploro, com força, esperança e fé
Em ver reerguido por força de direito
Infra-estrutura que até hoje ainda é
Nosso patrimônio velho coreto.

V

Tantas clarinadas na ampliação da rua
Se concatenava em tempo obsoleto
Infinita melodia ali se escutava,
Embevecendo-nos em volta do coreto.

Autor: Osvaldo de Lima, 1980

A cidade ainda contava com uma “Escola Reunida”, destinada à educação de alguns poucos, já que a maioria das pessoas estava ligada ao campo e de certa forma existia uma mentalidade de que o trabalho era mais importante do que o estudo. Nesse caso, muitos pais não ligavam muito para a educação dos filhos, ou seja, a educação muitas vezes era o cabo da enxada. O fato de ser uma cidade pequena, as dificuldades em relação à educação eram muitas e, desta forma, muitas pessoas optavam em educar seus filhos para o trabalho, além da função de agricultor existiam outras profissões com as quais os jovens e adultos poderiam se ocupar: marceneiros, sapateiros, feirantes, pedreiros, barbeiros, e outras mais.

As profissões podiam variar e, mesmo não tendo emprego na cidade, muitos acabavam arrumando trabalho na zona rural, onde trabalhavam de dia e voltavam no final da tarde para a cidade, ao reduto de suas casas, à procura do descanso noturno, para que no outro dia voltassem à rotina de mais um dia de trabalho.

Educação, então, era para muito poucos e expressamos aqui exemplos distintos de uma pessoa que teve contato com as primeiras letras e de outra pessoa que pela dificuldade e outras circunstâncias não pôde estudar.

“Trabalhei desde os 9 anos de idade, meu pai ensinou o trabalho desde cedo com o cabo da inchada, só não fazia moer mandioca. Não estudava porque meu pai dizia que a moça que ia para escola ia aprender a escrever carta para noivo, minha mãe dizia que a escola era a inchada e assim fui criada, limpando mato, tirando tarefa em roçado, como de fato fiz isso até já velha, só parei depois que me aposentei. Só depois de velha é que eu fui tentar aprender a fazer o nome, só foi o que consegui”. (Josefa Deodata, dezembro de 2011).

“Quando jovem eu aprendi estudando em casa. Escolas praticamente não existiam. Eu não cheguei a estudar com ele, mas existia Clodomiro Leal que fazia o primário aqui, era muito bom aqueles que faziam com ele não precisavam de fazer teste de admissão no Liceu paraibano, pois quem estudava com ele já estava passado. Pedro Gondim foi aluno dele. Meu pai gostava muito de ler e vinha tomar lição de matemática, as quatro operações e aí eu fui aprendendo com meu pai o pouco que sei”. (Osvaldo de Lima, Janeiro de 2012).

Como podemos perceber, são duas realidades distintas onde o segundo exemplo fazia parte de uma pequena parcela da população alagoa-novense. Dona Josefa fazia parte de um grupo de pessoas que mesmo não tendo a educação escolar, teve na sua simplicidade a educação moral, a educação profissional, como as pessoas costumam dizer em Alagoa Nova quando uma pessoa não é educada no sentido de ter estudos, mas educada no sentido de ser uma pessoa responsável, sem que criasse problemas, ou seja, na expressão local, era gente.

Seu Osvaldo pertencia a outro grupo que não era de uma família rica, mas de uma família que tinha outra instrução não tão diferente da família de dona Josefa só que valorizava a educação, mesmo que valorizasse o trabalho. É como seu Osvaldo diz em depoimento, escolas quase não existiam, por isso eram poucos os que estudavam, sem falar que ainda tinha o fator financeiro que falava alto, poucos podiam estudar fora. Ele mesmo aos 14 anos já era barbeiro, já cortava cabelo como profissional, profissão que exerceu até 2011.

Como ele afirma, ainda que também tenha tido muito pouca infância, pois aos 7 anos já ajudava o pai na agricultura, sempre ao lado do pai, foi como aprendeu a ler e escrever, assim como a profissão de barbeiro que o pai exercia, sempre curioso e o acompanhando, foi aos poucos aprendendo a prática e se tornou um dos mais antigos barbeiros da cidade, junto a João Dila. Ele se aposentou em 2011 e João Dila ainda continua, mesmo tendo dificuldades na visão e que depois de uma cirurgia voltou para dar continuidade a sua carreira.

Voltando à educação alagoa-novense podemos dizer que data de 13 de outubro de 1831 a criação da primeira escola pública de Alagoa Nova, onde José Soares Alves de Almeida ministrou as primeiras letras de ensino vulgar.¹⁹ No início do século o então prefeito da época, Dr. João Tavares, construiu um prédio destinado às aulas públicas.

“Bem planejado para a época em que foi construído, abrigou até 1945 as Escolas Reunidas da Localidade. Lecionaram nos salões de aulas das Escolas Reunidas, Miguel da Rocha Filho e os professores diplomados Francisco Sales de Albuquerque e Luiz Alexandrino”. (SALES. 1990. P.151).

IMAGEM 3

19 SALES, 1990. P. 149.



De acordo com o Anuário Estatístico do estado da Paraíba, o coeficiente de população do município segundo o grau de instrução, de acordo com o recenseamento de 1º de setembro de 1920, a cidade de Alagoa Nova se apresentava assim: em cada 1.000 habitantes de 7 a 14 anos, 79 sabiam ler e 921 eram analfabetos; de 15 e mais anos, 130 sabem ler e 870 não sabiam ler; já no ano de 1929 existia uma escola reunida, nenhuma escola elementar, uma escola rudimentar do sexo masculino e 5 escolas mistas; e uma escola noturna do sexo masculino, ao todo 279 matrículas e 184 frequências.

No ano de 1931, somente na zona urbana, a cidade contava com cinco escolas no total, cinco professores, sendo um homem e quatro mulheres. Matriculados tinha num total 256 alunos sendo 144 homens e 112 mulheres, com uma frequência no geral de 126,2 no total. Enquanto isso na zona rural tinha seis escolas, onde ensinavam seis professoras, tinha 294 alunos matriculados, sendo 116 homens e 178 mulheres, com uma frequência de 151,9 no total. Percebemos certa diferença nos números entre a zona urbana e a zona rural do município de Alagoa Nova, na rua os homens são mais assíduos do que as mulheres enquanto que na zona rural as mulheres são a maioria, sem falar que no total estudavam mais pessoas na zona rural do que na zona urbana. Devemos levar em conta que nessa época o número de habitantes do município de Alagoa Nova era muito mais elevado na zona rural do que na zona urbana, e o fato de muito menos homens estudarem na zona rural talvez estivesse ligado ao fato de no campo eles estarem mais ligados aos trabalhos na agricultura.

No ano de 1945, em 16 de Agosto, inaugurou-se o grupo escolar Professor Cardoso, edificado na gestão do interventor Rui Carneiro, nessa época o prefeito era Arlindo Colaço. A cidade buscava um desenvolvimento ligado à educação e, dessa forma, se a cidade ainda amargava deficiência na área da educação a construção de mais uma escola viria a melhorar as condições para que muito mais pessoas pudessem estudar, mudando assim o quadro. Mas é provável que o Grupo escolar não tenha melhorado de forma eficaz as condições da educação formal local. Todavia, isto não significou a redenção de Alagoa Nova, as dificuldades permaneceram.

Mesmo com a construção do Grupo Escolar Professor Cardoso as dificuldades continuaram. Muitos jovens ainda tinham dificuldades em ir à escola, ainda era muito comum na mentalidade dos mais velhos a ideia de que era preciso trabalhar, o que acaba que por afastar muitos desses jovens das escolas. Já em finais da década de 1950, o ensino ainda era bastante precário e o professor Clodoaldo dos Santos Muniz, de acordo com Borges Sales, era uma figura cheia de ideais, propondo melhorias para o ensino alagoa-novense fundando no ano de 1959, o colégio Comercial Tabajaras, posteriormente denominado Colégio Comercial Cenecista.²⁰

IMAGEM4



Grupo Escolar Professor Cardoso

IMAGEM 5

²⁰ SALES, 1990.



Turma do Professor Cardoso. Vemos jovens com suas fardas impecáveis, na sua grande maioria, uma turma composta por mulheres, o que confirma tendência já percebida no Anuário Estatístico anos antes.

Nas imagens acima, provavelmente todas encomendadas pelo governo local, numa tentativa de manter viva, através das imagens, uma cidade que não existe mais, a cidade que vai permanecer apenas nas recordações dos mais velhos e a cidade que vai sendo imaginada pelos mais novos a partir do que é visível através das fotografias.

Muitas vezes vai surgindo o desejo de se preservar algumas dessas construções, não que se deseje voltar ao passado, mas o desejo de manter viva a lembrança do passado. Dessas construções apenas o prédio das Escolas Reunidas ainda permanece de pé, resistindo ao tempo e aos prefeitos que por Alagoa Nova passaram. Na época das demolições nas décadas de 1920 e 1940 no desejo de modernizar a cidade, os governantes não pensavam em preservação, pensavam em mudar o aspecto da cidade construindo novos prédios, bonitos e modernos para os padrões da época. Sendo assim consciência voltada para a preservação ainda não era assunto em pauta das autoridades locais. O que importava era acabar com o que se chamava de atraso, pois existia uma concepção de que o velho simbolizava o atraso, por isso a preocupação em mudar o aspecto das cidades derrubando os prédios antigos e construindo os prédios novos.

A figura 3 é uma imagem da década de 1950, foi colocada no texto com intuito de mostrar ao leitor o prédio das Escolas Reunidas. Embora não tenhamos o ano,

dia e fotógrafo, percebemos que já não mais se tinha a presença da Igreja do Rosário mostrada na figura 1 acima. No local onde estava localizada a igreja percebemos que esta localizada uma casa e só anos mais tarde foi ali construído o prédio que viria ser a sede da prefeitura de Alagoa Nova, isto na primeira metade da década de 90 do século passado.

De acordo com as suas condições e proporções, a vila de Alagoa Nova em finais do século XIX, já contava com um cemitério edificado por empenho do padre Ibiapina²¹ quando de passagem pela vila, que também se empenhou na construção do primeiro hospital da cidade, que logo depois foi transformado na Casa de Caridade, que havia sido inaugurada no ano de 1862. Ela foi construída em prol dos indivíduos que fossem acometidos da epidemia reinante (a cólera). A casa abrigava também crianças órfãs e pobres, ensinava as primeiras letras e proporcionava dentro da conjuntura da época muitos benefícios à comunidade.

Por não possuir um sistema de abastecimento de água, a vila se valia das fontes próximas do centro urbano, que serviam para o abastecimento de todos os moradores. Uma das principais era a Cacimba da Caridade, com água puríssima que estava localizada em terras do engenho Olho D'água. Por ser mais próxima da cidade foi a principal fonte para o abastecimento local. Portanto, para ter água em casa era preciso uma longa caminhada com as latas d'água na cabeça para que pudessem desfrutar do líquido tão precioso, muitos também transportavam a água em lombos de animais e em muitos casos se pagava para que se tivesse a água em sua casa. A cidade sempre foi muito rica em água, no entanto sempre enfrentou dificuldades no seu abastecimento. Ter o líquido precioso custava a muitas pessoas longas caminhadas que proporcionavam aos moradores locais espaços de uma sociabilidade, pois muitas pessoas se aglomeravam em torno de uma cacimba, ou qualquer outra fonte de água e ali conversavam sobre quase tudo tipo de assunto recorrente na cidade.

A imagem seguinte é um exemplo de como as pessoas conseguiram realizar seus abastecimentos, pessoas com burros, pontes na cabeça, até carro de mão, todos se virando do jeito que podiam para conseguir sua água e até para vender para aqueles que

21 Foi chamado para pregar na vila de Alagoa Nova e achando ali que a pobreza enferma estava em abandono, falou ao povo sobre a vantagem de fazer-se ali um hospital para refrigério dos pobres enfermos que viviam desprezados dos humanos. Pôs mãos à obra e concluiu-a com cômodos para enfermos de ambos os sexos, tendo por enfermeiras almas piedosas que ele atraía das vaidades do século para o caminho da virtude. (CARVALHO, 2008, p. 44)

não podiam se deslocar para pegar a água ou aqueles que por condições melhores podiam pagar pelo seu abastecimento.

O Sr. Adilino

“a água aqui era carregada na costa de burro, era jumento que só o diabo carregando água da cacimba da caridade, ela era considerada grande, mas existiam outros locais de onde se retiravam a água. Quando era para construção o povo pegava na lagoa, água encanada aqui só em 1960 mesmo só algumas casas tiveram água encanada que passou a vir do açude de Pauferro.”²²

IMAGEM 6



Cacimba da caridade. Esta fonte foi de fundamental importância nestes anos como uma das muitas fontes que fornecia água para a cidade. Durante muitos anos estes homens abasteceram a cidade de Alagoa Nova.

A cidade ainda contava com uma biblioteca municipal, fundada em 8 de abril de 1915, destinada aos letrados e poucos estudantes da época, um local que servia ao conhecimento que no momento era para poucos, pois como já foi dito o sistema educacional ainda era precário, e a vila contava com poucos locais para a educação dos seus filhos. Os filhos das famílias abastadas iam estudar nas capitais, como era o caso dos senhores de engenhos; os mais pobres ficavam na pequena vila à mercê da precariedade existente. Apesar de tudo isso, os poucos que se dedicavam aos estudos se

²² José Adilino de Lira em entrevista concedida no dia 27 de julho de 2011.

orgulhavam num futuro próximo de ter aprendido as primeiras letras, algo que viria facilitar a vida posteriormente.

O sistema de Correios que fora inaugurado na cidade no ano de 1850, importante meio de comunicação à época, aproximava os moradores desta vila com outras regiões, um dos poucos meios disponíveis para se saber notícias do mundo. A não ser quando alguém mais abastado viajava e chegava de viagem trazendo as novidades das cidades ou regiões por onde andara.

As notícias de jornais também demoravam muito a chegar à vila, pois a circulação se dava de forma lenta, muitas vezes demorava a chegar, com certo atraso em relação à data de publicação. Enfim, dificuldades proporcionadas pela falta de uma estrutura adequada no sistema de transporte que pudesse facilitar esta vinda de jornais para a vila que na sua maioria era feita em lombos de animais. Provavelmente, outro teria sido o impacto cultural desses impressos caso a vila contasse com um transporte moderno, a exemplo dos benefícios de uma estrada de ferro. “São inúmeros os exemplos acerca das facilidades obtidas com o trem de ferro para fins de divulgação desses materiais impressos, facilidades que vão diminuindo à medida que se distancia da última estação de trem”²³. Logo, como a vila de Alagoa Nova não contava com o privilegio de ter o trem passando nas suas terras, ficava mais difícil se “antelar” com o mundo.

Era este, portanto, o ambiente da vila sobre o qual nos dispomos a pesquisar: uma localidade pacata, extremamente ligada ao campo, onde as pessoas praticamente dependiam do que conseguiam produzir. Uma vila simples e pacata se comparada a outros centros, mas que apesar de toda essa distância em relação ao mundo exterior passava a pensar em desfrutar daquilo que de mais moderno existia no mundo lá fora. Por exemplo o trem, era algo ainda tão novo e deslumbrante aos olhos do então cidadão alagoanovense, que poucos na vila já haviam tido esta oportunidade. Talvez os senhores de engenhos e seus familiares, pessoas que desfrutavam de melhores condições e podiam viajar mais, tendo assim a oportunidade de desfrutar desta maquinaria do moderno e do conforto em outras regiões, a exemplo de suas viagens à cidade de Paraíba (atual João Pessoa), ao Recife, etc.

É provável que muitos filhos da terra, a partir destas viagens, imaginassem que a vila pudesse conviver com inúmeros desses equipamentos

23 ARANHA, 2003, p92.

modernos, que eles conheciam através de suas viagens: o trem de ferro, o cinematógrafo, a luz elétrica. Não só os equipamentos, como também a maneira de se pensar a cidade moderna, transformando as suas ruas e a sua arquitetura.

O novo vai gerando na mentalidade da população local a expectativa de mudanças, causando espanto, medo, desconfiança. Criava-se ali uma possibilidade de crescimento, uma ideia de conforto mudando o ambiente destes moradores, trazendo o conhecimento e criando na mentalidade que era preciso se modernizar para parecer uma cidade moderna.

Sabemos que no início do século XX, não só Alagoa Nova, mas muitas outras cidades ainda mantinham uma forte ligação com o meio rural e que essa ligação foi aos poucos se esvaziando na medida em que as cidades foram convivendo com uma vida urbana mais intensa. Desta forma, não encontramos ainda para este período dedicado para a pesquisa uma vida urbana tão intensa, mas encontramos e identificamos aquela ideia do conforto proporcionado pelos equipamentos modernos, os quais faziam com que a cidade se pensasse enquanto cidade que estava se modernizando.

DO SONHO À FRUSTRAÇÃO: O TREM-DE-FERRO OU UM RAMAL “FANTASMA”?

A década de 1920 foi um momento emblemático para a história de Alagoa Nova pelo fato de chegar à cidade algumas novidades que passariam a interferir no cotidiano de seus habitantes. A cidade não tem muito a oferecer se pensarmos em

grandes equipamentos modernos ou grandes transformações no sentido de fazer mudanças radicais no seu centro urbano. Nada comparável como a Londres e Paris²⁴ que no século XIX são referências no tocante à experiência da modernização fora do Brasil. Tampouco comparável a várias cidades brasileiras que neste momento já conviviam com mudanças significativas no setor urbano, como é caso do Rio de Janeiro²⁵. Sendo assim, mesmo não tendo muito há a oferecer o pouco que se tem e que se apresenta já é motivo de fazer com que os moradores pensem em mudanças, e pensar em mudanças é pensar em mexer com os costumes, com o cotidiano dos moradores da vila. Um filho da terra rememora: “Sem iluminação elétrica, até 1920, a vida em Alagoa Nova era bastante pacata e de diversões raras”. (SALES, 1990).

“A Cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente” (PESAVENTO, 2007)²⁶. Visitamos uma cidade que não mais existe, a Alagoa Nova dos anos 20 aos anos 60. Percebemos que foi possível neste momento as pessoas pensarem em uma nova configuração para a mesma por conta daquilo que se imaginava chegar à cidade: o trem, uma maquinaria bastante emblemática que simbolizava o moderno assim como a energia elétrica, neste caso a energia a motor.

24 Paris torna-se numa experiência significativa quando a partir da reforma implantada pelo Barão de Haussman, o famoso prefeito responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, tornou-se conhecido na história do urbanismo e das cidades. Transformou a cidade em modelo de metrópole moderna, “foram as intervenções do barão Georges-Eugene Haussman, em 17 anos de gestão na prefeitura de Paris (1853-1870), que transformaram a cidade – já centro mundial de cultura e civilização – no modelo acabado da metrópole do século XIX. O alcance dessas intervenções foi tão grande – para Paris e para o mundo – que o fenômeno se prestou a múltiplas considerações”. (PESAVENTO, P.89)

25 “No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro sofreu uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura urbana”, “pela primeira vez o Rio de Janeiro foi objeto de uma política urbana formulada num plano sistemático, abrangendo um amplo leque de iniciativas que repercutiram como um terremoto nas condições de vida de sua população. Milhares de prédios foram demolidos, deixando ao desabrigo um incalculável de pessoas. A secular estrutura material herdada da colônia – mas já transfigurada em sua função desde a desagregação do escravismo – foi posta abaixo, criando-se uma nova paisagem que tentava dar ao Rio de Janeiro o aspecto imponente das metrópoles do Velho Mundo, e uma nova estrutura mais compatível com as atividades econômicas e as relações sociais radicadas no espaço urbano.” (BENCHIMOL, 1985, P.599)

26 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira Historia, janeiro-junho, año/vol. 27, número 053, Associação Nacional de Historia São Paulo, Brasil PP.11-23.

Essas mudanças para o município de Alagoa Nova, neste período, eram quase impossíveis lembrando que, o objetivo aqui é mostrar que essa cidade a qual nos dedicamos a estudar é uma cidade que, apesar de ser tão pequena quando comparada às cidades citadas anteriormente, não deixa de conviver com alguns símbolos do moderno.

Existiam modelos de cidades “civilizadas”, a exemplo das que já foram citadas, e as demais queriam seguir, ou deveriam seguir para parecerem “civilizadas”. Segundo o autor José Borges de Sales, em sua obra *Alagoa Nova: Notícias para sua história*²⁷, os anos de 1920 são marcados por um crescimento, é uma década de prosperidade com o início dos trabalhos de abertura de estradas, denominadas de penetração, onde prolongavam os trilhos da GreatWestern (estrada de ferro), assim como a inauguração em 1920 do serviço de fornecimento de energia elétrica, e uma nova arquitetura, cujas construções procuram abandonar o estilo tradicional das casas conjugadas.

“A sede está urbanizada com 450 casas mais ou menos confortáveis, dividida em ruas e praças pouco regulares, sendo as principais: Avenida Presidente João Pessoa, Rua Juarez Távora, e Praça Dr. João Tavares. Os edifícios importantes são: Palacete da Prefeitura, Escolas Reunidas e as casas dos Srs. Joaquim Cavalcante, Cícero Guimarães e residência paroquial; a sua arborização é regular e composta de árvores adaptáveis ao clima, na maioria mangueiras.” (SALES, 1990, p. 186).

Vale ressaltar que é um momento muito significativo para a história desta cidade, pois é aí que vai se configurando a importância dessas ruas, visto que é nestes espaços que encontramos o comércio ativo da cidade e é onde vão chegar às novidades que irão interferir no cotidiano local.

Temos aí uma preocupação existente em torno de um conforto maior para as pessoas, certa privacidade quando estas casas vão deixando de ser conjugadas, já que as pessoas praticamente sabiam da vida dos outros, pois as conversas eram escutadas pelos vizinhos e rapidamente o que aparentemente era um assunto familiar, passaria a ser socializado por todos, uma vez que as conversas eram passadas adiante. Não é uma idealização do autor, é algo pertinente ao cotidiano de Alagoa Nova, as pessoas que se

27 SALES, 1990.

tornaram os informantes, ou seja, os entrevistados para a realização desta pesquisa confirmam que isso era muito comum, pois era parede com parede, e era muito fácil ouvir o que acontecia na casa do vizinho.

As praças nesse período, entre os anos de 1920 e 1960 têm um sentido de embelezamento da cidade e aos poucos vão se tornando também o ponto de encontro dos moradores. Idosos, crianças, jovens, adultos e casais de namorados, todos usufruindo deste espaço trocam experiências, contam histórias, discutem política, problemas sociais e pessoais, marcando o primeiro encontro. É o espaço aberto as mais diversas experiências de vida dos alagoanovenses, local de sociabilidades.

Das mudanças das casas às experiências das praças, o novo se configura em outros âmbitos, o que acontece no município torna-se importante para o seu crescimento, para o seu desenvolvimento. E pensar em abertura de estradas é pensar na possibilidade de uma melhor ligação com o mundo exterior.

Alagoa Nova nos anos de 1920, passa por melhoramentos extremamente importantes no tocante às estradas de rodagem, ligando-a às cidades de Areia, Alagoa Grande e Campina Grande, um indício de que a cidade está no caminho da modernização, capaz de mudar hábitos, criar oportunidades de circulação e consumo.

Na verdade, o que podemos perceber ao longo deste trabalho é que a experiência que se passa na cidade de Alagoa Nova é de extrema importância para entendermos que ao falar de modernização não podemos ficar apenas com os exemplos de cidades grandes, pois como já foi dito, as cidades pequenas fazem parte de todo este contexto, pois não são experiências isoladas, elas pertencem ao estado, ao país.

Se pensarmos em cidades marcadas pelo “bota abaixo” que marcaram profundamente suas fisionomias, com a construção de novos prédios, uma nova arquitetura, além de grandes e largas avenidas então não encontramos essa experiência em Alagoa Nova. Pereira Passos, assim com Haussman, procuraram mudar o visual das cidades que administravam, procuraram tirar dos centros de suas cidades aquilo que consideravam inestético e impróprios de experiências consideradas modernas, civilizadas. Pessoas tiveram que deixar essas ruas centrais, muitos de forma forçada, sendo transferidos para locais não tão adequados assim, procura-se resolver um problema gerando outro que é o da falta de moradia e estrutura nos locais para onde essas pessoas foram sendo alocadas.

Enquanto Haussman trazia para a sua cidade a presença da natureza “recriando cascatas, montanhas, pontes, lagos e bosques em plena cidade, uma natureza “artificial” era alocada na metrópole, que retomava assim, simbolicamente, os seus laços com o campo do qual se separara.” Na vila de Alagoa Nova não se tinha uma distancia do campo, a vila era naturalmente arborizada. Neste período, a vila mantinha uma aproximação com o meio rural, as ruas pequenas se estendiam até as estradas já que as mesmas não tinham calçamento e sendo assim o seu término era o início das estradas que ligavam a vila à zona rural. Portanto, muito próximo a elas era possível perceber a presença de certa arborização.

Estamos diante de uma vila onde as experiências de vida eram extremamente importantes no tocante a um estilo muito diferente do ritmo de cidades grandes e modernas. Uma vila convivendo na fronteira entre o urbano e o rural, tradicionalmente com costumes ligados à vida do homem do campo. Com isto era possível andar pelas ruas de Alagoa Nova e encontrar, talvez, o congestionamento de animais para lá e para cá nos dias de feira; moradores dos sítios levando e trazendo suas mercadorias para venderem na feira local; homens, mulheres e crianças andando a cavalo ou burros, praticamente o único meio de transporte à época. O automóvel ainda era um sonho distante para a maioria da população, talvez só os senhores de engenhos tivessem à sua disposição um automóvel, que servia para as suas pequenas viagens nas redondezas, gerando muitas vezes espanto por parte daqueles que nunca tinham visto um.

Era comum encontrar pessoas andando pelas ruas carregando lenhas para as suas casas, já que era muito difícil uma casa que tivesse um fogão a gás. As pessoas cozinhavam nos seus fogões de lenha e carvão, de onde saíam fumaças pelas pequenas chaminés e de suas panelas de barro saíam suculentos pratos típicos. Além da lenha, tinha a água que em nenhuma casa era encanada. Homens andando com enormes facas que levavam para seus afazeres, outros portando espingardas destinadas à caça de pequenos animais e aves para o consumo próprio e homens levando os bois para o abate para que sua carne fosse vendida na feira local. Quando um boi se soltava era aquela festa na rua todo mundo correndo e gritando, “pega o boi”. Mas gostaríamos de deixar claro que estes aspectos serão tratados no capítulo seguinte, onde procuramos abordar como era morar e viver nesta cidade.

Aos poucos se criava no imaginário local essa necessidade de se modernizar, alimentada por um desejo de mudança e de crescimento, mesmo que este não fosse uma coisa homogênea, era um anseio possível de se perceber nos discursos dos vereadores nas seções da Câmara. A vila, ainda que próxima de alguns outros municípios enfrentava uma grande dificuldade de locomoção devido à falta de estradas adequadas. Assim, as pessoas se locomoviam através da tração animal, cavalo, burro e jumento, praticamente o único meio de transporte tanto para ricos ou pobres. Fossem utilizados para o transporte de mercadorias, pessoas, jornais, cartas e outros destinados aos moradores da vila.

Eis aí que surge, na década de 1920, nas conversas dos moradores, rumores de que viriam construir uma linha de trem passando pela vila, se não pela rua central, mas pela redondeza. Rumores concretizados quando começam as construções da mesma. A então vila sofreu um rebuliço enorme devido a esta construção, os trilhos começavam a ser vistos pelos moradores, as escavações demonstravam por onde os mesmos iriam passar. Enfim, o impacto desta construção foi criando no imaginário coletivo uma expectativa de melhoria de vida, o dinheiro circulando, as mercadorias tendo mais facilidade de serem escoadas, tudo decorrente do encurtamento das distâncias²⁸, ou seja, o trem se tornaria uma espécie de porta aberta para o mundo por meio do qual seria possível se pensar no moderno, pois as coisas se tornariam mais fáceis.

Esse tipo de construção estava sendo favorecida por conta de um projeto do governo federal conhecido como “obras contra as secas”, na gestão do então Presidente Epitácio Pessoa. O projeto tinha como objetivo a construção de linhas férreas, estradas de rodagem, a construção de barragens²⁹. Devemos lembrar que a construção de estradas de ferro era algo extremamente lucrativo, razão pela qual despertavam interesses diversos, de grupos poderosos. Muitas dessas construções eram realizadas em regiões que viriam a favorecer as terras de algum poderoso local. Definitivamente políticos e/ou gestores realizavam melhoramentos materiais em troca dos favores³⁰.

28 ARANHA, 2003, p. 123.

29 As obras contra as secas, como se sabe, foram suspensas no Estado em que se encontravam logo que Arthur Bernardes substituiu Epitácio Pessoa na presidência da República.

30 ARANHA, 2006.

Dessa forma, a obra de Gervácio Batista Aranha nos leva a perceber que existia todo um conjunto de interesses particulares quando das reivindicações da construção dessas obras em nome de uma coletividade. Esses interesses particulares em nome do público maior, a coletividade, servem para algumas implantações que por ventura beneficiam primeiro aos seus interesses, como no caso da água, luz elétrica e outros. O trem, por exemplo, faz parte de interesses genuinamente particulares e isso faz com que muitos ramais ferroviários deixassem de passar por determinadas localidades, favorecendo outros lugares, muitas vezes, com menos utilidade ao público em geral, mas por beneficiar certas terras de senhores, a quem as concessões eram concedidas. A esfera pública à mercê de interesses privados.

“No Norte, por exemplo, eram visíveis certos interesses individuais e/ou classistas voltados para as cobiçadas estradas de ferro: dos exportadores de açúcar e/ou algodão, que esperavam ver barateado o custo do transporte visando um aumento em sua margem de lucro; de proprietários rurais, que vislumbravam a valorização de suas terras ou uma vultosa indenização por parte dos contratantes das ferrovias; das companhias ferroviárias ou dos próprios empreiteiros que orçavam ou contratavam o custo quilométrico por um preço, quando, na verdade, sabiam que podiam ser realizados por preço inferior; de certos políticos, que tiravam proveito eleitoral ao se apresentarem como realizadores do “benefício”; dos concessionários, que ganhavam prestígio na qualidade de idealizadores dos projetos ferroviários e faturavam vultosas quantias ao venderem os direitos de suas respectivas concessões aos capitalistas interessados; dos partidos políticos, que transformavam as estradas de ferro, conforme o Gabinete de plantão, em cabides de emprego etc. (ARANHA, 2006, p.131).

Sabemos que muitos foram os benefícios dessas obras para as regiões favorecidas, entretanto é inegável que por traz de tudo isso se gerava uma gama de interesses e favores que faziam parte da política local. Muitas obras foram realizadas em determinadas regiões por que passava pelas terras de um político ou apadrinhado do governo.

Trabalhamos com a documentação de época: atas da câmara e o testemunho de vida de alguns moradores antigos, todos nascidos na década de 1920. Devemos lembrar, contudo, que eles não conviveram diretamente com esta experiência da construção da linha de trem, mas cresceram ouvindo dos seus pais e avós acerca de o quanto aquela construção representou e representaria para o desenvolvimento desta

cidade. É provável que a cidade tomasse novos rumos de crescimento, já que, como já foi dito, o trem não só traria facilidades no sentido do transporte de mercadorias e pessoas, encurtaria as distâncias, uma vez que a cidade fica num ponto privilegiado no sentido daquele que vem de Campina Grande a Alagoa Grande ou vice-versa. Ademais, estrategicamente facilitaria a comunicação com cidades próximas, tornando-se um ponto de passagem bem mais curto para aqueles que desejassem chegar à capital Paraíba (hoje atual João Pessoa). Sem falar que o trajeto que era feito no lombo dos animais para se chegar a qualquer destas localidades ficaria bem mais rápido e confortável se tivessem sido concluídas as obras dessa linha férrea na década de 1920, pois nesta época a cidade de Alagoa Grande já contava com um ramal ferroviário datado da concessão de 1901, portanto a ligação a esta cidade facilitaria por demais a ligação com outras cidades e a capital.

As notícias do mundo chegariam com mais rapidez através dos jornais que eram enviados por meio dessas maquinarias, já que chegavam até com um mês de atraso nas cidades. Viver em Alagoa Nova era viver relativamente isolado do restante do mundo. Se as notícias demoravam tanto assim imaginem o quanto demorariam a chegar os equipamentos considerados modernos, uma eternidade. “O fato é que, na época estudada, povoados, vilas cidades que não contam com a locomotiva têm um serviço postal extremamente moroso, feito por estafetas que dependem exclusivamente da tração animal”. (ARANHA, p. 89, 2003.). O autor Aranha, no seu trabalho, faz uma análise de 1880 a 1925 sobre esse moderno na Paraíba do Norte, o que não deixa de fazer parte do nosso recorte temporal que vai desde 1920 a 1960. Neste caso, percebemos as dificuldades enfrentadas se por ventura esses símbolos do moderno não chegassem às cidades. No nosso trabalho vamos de 1920 a 1960, por isso nestes primeiros anos as dificuldades em Alagoa Nova eram recorrentes.

Como podemos notar na interpretação do autor acima citado, viver em uma cidade desprovida desses equipamentos significava uma dificuldade no campo da comunicação também, além das já apresentadas no setor de transporte. Tudo isso se transforma em um conjunto de coisas que vão distanciando a cidade do que acontecia no restante do mundo, e sobre as quais se viria a ter conhecimento alguns dias depois, assim como alguns símbolos do moderno que só aconteceriam anos mais tarde. No caso do trem era claro que se o mesmo existisse, muitas atividades poderiam ser facilitadas, a exemplo dos serviços postais que era extremamente moroso. Portanto, alguns moradores antigos, nascidos na década de 1920 e 1930, afirmam que quando crianças os

pais comentavam a respeito da estrada de ferro que passaria por Alagoa Nova e alguns deles até lamentam pelo fato de na época a cidade não ter sido contemplada com o término das construções, pois sendo assim a cidade perdeu a chance de um crescimento já que geograficamente o território que ligava a cidade a Alagoa Grande, de onde viria o trem, era bastante íngreme. Seu Alípio³¹ ex-prefeito de Alagoa Nova diz que não sabe o motivo de um empreendimento tão grande não ter sido concluído.

Segundo seu Alípio

“Com relação à passagem do trem por Alagoa Nova mudaria muita coisa, principalmente naquela época que tinha poucos meios de transportes. Olha ainda hoje no quinze tem vários recortes que indicam por onde ia passar o trem, talvez não chegasse a passar pelo centro da cidade, mas passaria nas proximidades e isso ia chamar a atenção, a cidade ia se estender, aumentar o seu comércio. Naquela época existia muitos engenhos produzindo rapadura, aguardente, a região também produzia bastante frutas, eram muitas fruteiras: manga, banana, caju e outras. Tudo isso era carregado através de tropas de animais, de burros daqui ia para o Sertão e para isso havia o desejo da estrada de ferro, era incomparável o benefício dessa construção para o escoamento dessa produção” (entrevista com Alípio Bezerra de Melo, dezembro de 2011).

Em depoimento do senhor Antonio de Basto, residente na Zona rural, Sítio Urucú, onde vive desde que nasceu, ele afirma que seu pai sempre contava para ele e seus irmãos que a região ficou cheia de trabalhadores de toda parte do Estado, engenheiros e todo esse povo costumavam fazer suas compras na região, aumentando assim o comércio da feira local, gerando um certo crescimento econômico, assim como a perspectiva das pessoas em conviver com esse trem que viria de Alagoa Grande e passaria pela região, trazendo assim o progresso e melhorando o tráfego entre as cidades circunvizinhas.

IMAGEM 7

31 Nasceu no município de Galante no dia 01 de junho de 1924, filho de Manoel Francisco de Melo e Amélia Maria Diniz. Os pais são de Alagoa Nova, mas tiveram que se mudar para Galante onde nasceu seu Alípio que um dia voltou ainda jovem para Alagoa Nova onde constituiu uma família e deu início a sua carreira política, sendo eleito vereador e prefeito da cidade por dois mandatos. Cargos que o fez conhecedor de muitas coisas sobre a história do município.



Imagem da feira de Alagoa Nova localizada no centro da cidade, década de 30. Permaneceu por muitos anos sendo localizada nesta rua. Só na década de 1980 é que a mesma passou para a atual Rua Clementino Leite, por traz dessa rua central. Aqui se formou o comércio de Alagoa Nova: padaria, açougue, lojas e outros pontos comerciais e, atualmente ainda é a rua do comércio.

Na imagem acima, vemos o centro da cidade tomado pelas pessoas e as barracas da feira. É o lugar da sociabilidade, as pessoas se confraternizam ao se encontrarem, os comerciantes provavelmente se esforçam bastante para tentar convencer os clientes a levarem os produtos. Neste espaço o comércio local ganha intensidade, os produtos que são produzidos na região são comercializados ali, algumas famílias tiram seu sustento comercializando na feira, onde a presença do rural é muito forte. Na imagem há um aglomerado de pessoas o que indica um comércio forte no qual as pessoas compravam quase tudo que necessitavam. Percebe-se, então, o quanto a cidade está ligada a este universo tão presente na vida de seus moradores, lugar em que se vende feijão, galinhas, bodes, frutas e mais. As barracas de bebidas são bem frequentadas por alguns homens que não dispensam a cachaça, alguns chegando a se embriagarem.

O depoimento do Sr. Osvaldo reforça o que a imagem não mostra de forma clara.

“A feira de Alagoa Nova era muito grande, existia diversos bancos de feirantes que vendiam quase de tudo, vendiam frutas, legumes, existia o açougue, onde hoje é a casa de Careca. Vendiam fumo, roupas, tinha barraca de picado, bebida, barraca de bolo, era muita coisa, era um feirão.” (Osvaldo, 2012)

É interessante observar na imagem acima como era o estilo das construções a época, as casas eram conjugadas, mantendo o mesmo estilo de portas largas e grandes janelões. Percebe-se que apesar de ser uma pequena cidade a rua central é bem larga, proporcionando um melhor deslocamento.

Em meio a esse ambiente simples e urbanizado, o progresso chegou com a expectativa do trem, gerando também a necessidade de se ter cuidado com os trabalhadores que nestas obras exerciam sua força de trabalho. Ademais, se o processo de construção da estrada de ferro necessitava de uma mão de obra disponível a enfrentar as dificuldades do trabalho, era necessária uma preocupação com a saúde dos trabalhadores. E nesse contexto houve uma necessidade da construção de ambulatorios de emergência para atendê-los. O posto foi localizado em Alagoa Nova, mas a sua existência foi passageira, pois no ano de 1922 cessaram as atividades da unidade de saúde.

O terreno por onde se cogitava passar a linha do trem era muito acidentado e muitos cortes deveriam ser feitos em serras, como de fato aconteceu. De acordo com a topografia, são altos que aparentemente eram inviáveis à passagem de linhas férreas, mas que apesar de todas as dificuldades foram sendo feitos os recortes para que se pudesse fazer parte da realidade cotidiana dos moradores das áreas rurais próximas. Isso nos leva a pensar nas dificuldades enfrentadas em levar as ferramentas de trabalho para estas localidades, aonde os caminhos iam sendo abertos por mãos de homens que se aventuravam em um terreno perigoso, no sentido da precariedade da região acidentada, com pouquíssimas estradas onde os animais tinham dificuldades de trafegar, isso no período do verão, imaginemos no período do inverno brejeiro³², com as estradas de barro escorregadias e praticamente intransitáveis. Nada que não pudesse ser vencida pela engenharia, ainda que pudessem custar vidas humanas.

As dificuldades eram enormes, todavia se estava enfrentando uma dificuldade maior para tentar superar quase todos esses problemas de locomoção, melhorando a ligação com outras localidades. E talvez tivesse valido a pena o esforço. Afinal, como ocorreu com Bananeiras, pouco tempo depois, na mesma região paraibana, a estrada de ferro ali se tornou “a única garantia de ligação com o restante do mundo, o trem trazia notícias,

³² Muitos moradores antigos falam que naquele período o inverno em Alagoa Nova era muito grande, chovia quase todos os dias do mês de maio ao mês de julho. As estradas ficavam quase que intransitáveis, em muitos lugares até para andar de burro dava trabalho. Vez ou outra saiam nota no jornal A União informando as abundantes chuvas caídas na área do Brejo Paraibano. (A União, 1931).

o jornal, o político, o visitante, o comerciante suas mercadorias, o estudante em gozo de férias [...]”. (SILVA, 1997:36-37)

Sendo concluídas essas obras, poderia se ter uma forte ligação com o mundo exterior, os alagoanovenses teriam a oportunidade de compartilhar com mais facilidade e rapidez das coisas modernas que se apresentavam ao mundo. Dos jornais poderiam chegar modismos influenciando as mulheres nos seus costumes. Políticos informados sobre os acontecimentos da política nacional, políticos fazendo suas visitas às regiões mais remotas do estado. Os mais ricos fazendo suas viagens com mais facilidade, visitando as capitais e tomando conhecimento do que de moderno nelas existiam. Dessa forma, poderiam chegar à vila essas novidades que passariam a interferir no cotidiano dos moradores. E os pobres tendo a oportunidade de conhecer outros lugares numa composição de 2ª ou 3ª classe.

O mais interessante é que tudo isto não foi possível de ser realizado, não naquele momento, não sendo demais lembrar que o que era sonho ficou só no sonho, o que era de concreto ficou só nas marcas deixadas nas redondezas da zona rural de Alagoa Nova, onde até hoje é possível encontrar estes cortes já cobertos de mato. Só as marcas ficaram, dos trilhos muitos moradores da região se apossaram para utilizarem nos seus afazeres diários nos sítios, outros trilhos foram vendidos por moradores locais no intuito de ganharem um dinheirinho. Uma obra que para os padrões da época era grandiosa, mas ficou apenas no sonho. Para decepção geral dos moradores, a linha do trem chegou bem próximo, chegou às “portas” da cidade e, no entanto, ficou apenas no desejo, uma espécie de trem “fantasma” que saiu do nada para lugar nenhum.

Abaixo podemos observar as imagens de alguns locais em que ainda hoje é possível vermos os indícios, os rastros de que ali passaria o trem. Este traço no centro da imagem é uma estrada no sítio Urucú, seu Basto afirma que por ali iria passar o trem, ele diz que a estrada ficou sendo por ali por conta das obras que não foram concluídas e ficou favorável ao transporte por tração animal e depois os automotores.

IMAGEM 8



IMAGEM 9



IMAGEM 10



Percebemos nas figuras 6 e 7 uma espécie de canal que segundo moradores locais foi construído por onde ia passar o trem. Seguindo estes canais é possível ver que existe um recorte em umas pedras grande e no centro foi criado esta passagem ficando dos dois lados as paredes de pedras e mais adiante esse trecho para de frente a uma pedreira grande onde provavelmente foi onde os trabalhos se encerraram quando as obras foram suspensas. O trecho é bastante ermo, onde o mato tomou conta deixando o acesso bastante difícil.

Este sonho coletivo fez parte do imaginário de várias localidades da Paraíba e/ou Brasil afora, às vezes um sonho que foi alimentado durante anos ou mesmo durante décadas. Daí a expectativa quando se anunciava a chegada de trilhos numa comunidade. Portanto, Alagoa Nova foi um dos muitos ramais ferroviários “fantasma”³³ Brasil afora.

O autor Gervácio Batista Aranha nos mostra em seu texto *“As estações de trem nas cidades do Norte brasileiro como símbolos de um novo espaço-tempo (1880-1930)”*, que este ramal é hoje uma dos muitos ramais existentes na Paraíba que não existiu, ficou apenas no desejo, na expectativa.

O trem se tornou um sonho frustrado, pois a construção das obras referentes ao prolongamento da linha férrea teve de ser parada por questões políticas e, dessa forma, toda aquela expectativa de mudança foi por “água abaixo”³⁴. A cidade não contaria com este moderno meio de transporte que abriria as portas para o mundo afora, no entanto, a mesma não deixou de passar por mudanças significativas influenciadas pelo processo de modernização.

Quando falamos em modernização devemos levar em conta que o que se pensava para a vila não era nenhuma mudança radical no sentido de varrer do centro da cidade casas velhas e abrir ruas largas, era de certa forma mudanças tímidas e ao mesmo tempo significativas, pois o que se apresentava para a cidade viria mudar o ritmo de vida das pessoas dessa terra.

Nos meios de transporte, como já foi dito, não foi possível contar com o trem para facilitar a vida das pessoas de Alagoa Nova. Entretanto, neste período podemos identificar que as rodagens passavam por mudanças e melhoramento, permitindo um melhor tráfego de alguns

33 No trabalho de Francisco Foot Hardman, *O Trem Fantasma: a modernidade na selva*, observa-se que o autor trata do episódio da construção da estrada de ferro Madeira Mamoré nos confins da Amazônia onde muitas pessoas de mais de 40 países trabalharam. Uma obra faraônica que custou a vida de milhares de trabalhadores anônimos. Esta ferrovia também chegou a ser conhecida como a “ferrovia do diabo”, devido à morte de milhares desses trabalhadores durante a sua construção. O objetivo principal era vencer um trecho encachoeirado do Rio Madeira para facilitar o escoamento da borracha boliviana e brasileira. Nunca chegou a ser totalmente concluída, no ano de 1930 foi parcialmente desativada e em 1966 foi desativada pelo presidente Castelo Branco, voltando a operar em 1981 num pequeno trecho de 7 Km apenas para fins turísticos. No caso, exemplo por excelência de uma ferrovia “que partiu do nada para lugar nenhum”. (HARDMAN, 2005).

34 O motivo pelo qual o trem não chegou à vila de Alagoa Nova, nos anos 1920, é o mesmo pelo qual não chegou a inúmeras outras vilas ou cidades, a suspensão das “obras contra as secas” por decisão do presidente da República (Arthur Bernardes), que tomou tal decisão baseado em relatório da Comissão Rondon (Cf. Carta do ex-presidente Epiácio Pessoa ao senador paraibano Octacilio de Albuquerque, publicada em dois jornais cariocas em 05 de agosto de 1923: *Gazeta de notícias e Jornal do Comercio*. In *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, tomo 5, PP 351 .

poucos automóveis para se chegar à cidade. Deste modo, as comunicações entre Alagoa Nova, Campina Grande e outras cidades ficaram mais fáceis, principalmente no período de verão. A vila não tinha automóveis disponíveis que viessem facilitar a locomoção dos alagoanovenses, tudo era feito no lombo dos animais. O Sr. Osvaldo de Lima, um dos entrevistados diz que

“não existia carro, a maioria das coisas eram transportadas em lombos de animais. Tinha um caminhão já há algum tempo só depois por volta da década de 30 e 40, era do galego, pai de Assis de Galego e o outro era do mestre Chico. Esse caminhão ia uma vez por semana para Campina Grande transportando mercadorias. Fazia o transporte dos comerciantes da terra, levava banana e outras mercadorias para serem comercializadas em Campina Grande”. (Entrevista concedida no mês de dezembro de 2011).

Ir a Campina Grande era uma dificuldade ainda que uma distância relativamente pequena separasse as duas cidades. Muitos saíam cedo para tentarem resolver os seus problemas, saíam com seus cavalos ou burros destinados a fazer esse tipo de viagens. Iam cedo pelo fato de que demoravam a chegar e quando chegavam tinham que deixar o animal descansando para voltarem no fim da tarde, e como era tudo difícil tinham que tentar resolver tudo no mesmo dia para não terem que retornar a Campina Grande.

Com relação às cidades de Alagoa Grande e Areia o plano era de ligar Alagoa Nova a Várzea Nova, ponto de entroncamento com a estrada de rodagem de Areia e Alagoa Grande. “O traçado foi estudado. Dispendioso, exigia cortes elevados, aterros com movimentação de terra e uma ponte sobre o Riachão. O projeto aprovado acompanhava o vale do Capim Açú, apresentando um traçado de curvas ousadas para vencer as rampas do espigão de Pau D’arco e de cortes elevados em terrenos alcantilados na altura de Mazagão. Em fim de 1929, essa estrada permitia o tráfego de automóveis, caminhões e de ônibus rústico, que faziam o tráfego diário entre Campina Grande e a capital do Estado, via Alagoa Nova”³⁵.

Existia um Ônibus que fazia as viagens a Campina uma vez por semana, se chamava a “sopa”, “marinete” como disse seu Alcides, “com o passar dos anos o número de viagens aumentou para três vezes, mas até a década de 1960 ainda era muito difícil fazer viagens para outros lugares, pois ainda era muito pequeno o número de transportes em Alagoa Nova”. “Existia já uns carro velhos para fazer o transporte, tinha caminhão, uma tal de uma marinete, jipe, a

35 SALES, 1990, p.137.

sopa, a estrada era de barro, daqui para São Paulo por exemplo o povo ia de pau-de-arara, muito diferente de hoje que o povo vai de ônibus bom e avião”.

Perguntamos ao Sr. Alcides, também conhecido como Xunduca: “O senhor pode me dizer como era esse transporte aqui na cidade?” Nesta hora vejo nos seus olhos a saudade daquele tempo, do qual ele fala com entusiasmo.

“O transporte aqui nas redondezas para chegar à cidade era tudo de burro, a cavalo, quase todo mundo tinha um burro, um cavalo bom, a gente ia para todo canto nesses animais, ia para Campina, e outras cidades”. (entrevista realizado no mês de dezembro de 2011).

Para percebermos o quanto era difícil a presença do automóvel em cidades pequenas do estado, no órgão oficial do Estado, A União, no ano de 1932 segundo informação do serviço estadual de estatística, havia na Paraíba, 1.176 veículos automóbiles, assim distribuídos: autos de passeio oficial, 30; idem particulares, 445; idem de aluguel, 230; ônibus, 23; caminhões, 448; na distribuição por todo o Estado cabiam 415 veículos à capital e 213 a Campina Grande, vindo após Itabaiana com 53 veículos, Guarabira 43, Patos 41, etc., até finalmente, o longínquo município de Conceição com 1 veículo (auto-caminhão).

Para avaliarmos o quanto era difícil se locomover à época, pensemos no quanto as pessoas sofriam para fazer suas visitas ao Juazeiro do Norte, uma localidade já bem visitada por romeiros que viam na figura do Padre Cícero um grande líder espiritual e defensor dos menos favorecidos. Levava-se pouco mais de mês para se fazer uma viagem desta, muitos iam em lombos de animais, descansando de vez em quando os animais, que precisavam se recuperar.

Segundo o Sr. Adilino

“sair daqui para o Juazeiro levava meses, eu acho que com um mês não chegava, andava, andava, tinha que parar por causa dos jumentos, no outro dia o animal estava estropiado, tinha que ficar tratando do animal por uns dias para poder continuar e depois voltar, muita gente queria ir, mas não tinha condições, não tinha carro, eu me lembro que minha mãe foi uma vez já depois, num pau-de-arara, ia muita mulher e mocinha, ora se passasse o trem pela região ajudaria muito”. (Entrevista concedida ao autor no dia 28/07/2011).

No depoimento do Sr. Adilino gostaria de deixar claro que ele fala da época de sua juventude, finais dos anos 1930 e início dos anos de 1940, mesmo se reportando a uma época posterior ao ano previsto para o início da pesquisa 1920, gostaríamos de mostrar que as dificuldades nos meios de transportes eram grandes, ainda neste período.

Quando recuamos um pouco no tempo, nos anos de 1920, vimos que a expectativa era grande, as pessoas sabiam através dos jornais que existiam maquinarias modernas, a exemplo do trem acima citado, algo deslumbrante aos olhos dos alagoanovenses, sendo assim, quando da notícia do mesmo passar pela vila, muitos se alvorocaram, muitos ficaram eufóricos vendo esta possibilidade de melhoria no meio de transporte e comunicação.

Não só o trem, mas as estradas de rodagem também se tornariam fundamentais para este crescimento local, tanto no setor dos transportes como no setor das comunicações. Não sendo um desses sonhos concretizado, restou à cidade conviver com as novas rodagens, mesmo que precárias, mas o suficiente para levar e trazer as notícias, mercadorias e pessoas destinadas a se conectar com outras localidades. Por elas, seja no lombo dos animais ou na carroceria de algum caminhão, ou algum remoto carro de passeio o certo é que depois dessas construções o ritmo de Alagoa Nova aos poucos foi se modificando.

APAGUEM OS CANDEEIROS E ACENDAM O BICO DE LUZ, UMA EXPERIÊNCIA COM A LUZ DITA MODERNA

Se o trem, enquanto representação do moderno significa um novo conceito de espaço-tempo, o mesmo ocorre com a luz elétrica³⁶, que simboliza a ruptura com o passado, uma vez que cidade eletrificada é cidade diferente, os olhares sobre ela são diferentes. Sabemos que o novo nem sempre gerou total confiança, até porque não é para todos e provoca mudanças de comportamento. Embora mantendo características de uma cidade pequena, pacata, vivendo

36 A eletricidade é um dos principais produtos, criados e aperfeiçoados pelo desenvolvimento científico da época, em que se transformam em valiosa mercadoria. Como fonte de energia mais potente e higiênica, se comparada ao vapor e ao gás, incorpora elementos simbólicos de um imaginário fascinado pela ciência e pelo seu “ilimitado” poder. Integra uma rede de significados que remonta ao iluminismo, em que a luz simbolicamente estaria associada a progresso e civilização, fundamentais à sua configuração como mercadoria emblemática da *belle époque*. A eletrificação integra o cenário de reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro na gestão Pereira Passos, um dos expoentes máximos desse processo no Brasil.” (ROCHA, 2000, p.202)

nessa fronteira entre o urbano e rural, a cidade de Alagoa Nova se moderniza, mas continua sendo a cidade pequena, do morador carregando lenha pelas ruas, do homem cavalgando com seu cavalo ou burro, vendendo os produtos de suas pequenas propriedades em seus burros com caçuás de palha, a cidade que dorme e acorda cedo e que mantém também seus traços de cidadezinha que convive com antigas tradições religiosas.

São mudanças que interferem no cotidiano e o que é oferecido neste momento é algo deslumbrante aos olhos de alguns moradores descrentes e ao mesmo tempo outros ansiosos por esta novidade. Se a construção da linha de trem gerou expectativas e frustração, o mesmo não podemos falar da luz elétrica, esse símbolo do moderno veio para transformar a vida das pessoas, que logo se acostuariam com essa novidade já presente em outras cidades.

“Marcou o ano de 1920 um grande melhoramento para a vida, com a inauguração do serviço de fornecimento de energia elétrica. João de Veras, conhecido capitalista local, foi o empresário. A instalação do motor se encontrava adiantada, os postes colocados e parte da rede elétrica estendida. Houve certo alvoroço em face do acontecimento que significaria progresso e conforto.” (SALES. 1990 P.131).

Sem dúvida alguma, a energia a ser instalada era o que a vila necessitava para parecer moderna, pois não só significava o status de cidade civilizada, e sim o de cidade em sintonia com o progresso, e sem dúvida, com aquela ideia de conforto, algo latente no discurso da época por parte de muitos daqueles que programaram mudanças em suas cidades, fazia parte do discurso político da época essa visão do moderno ligado ao conforto e bem estar da sociedade. Sendo assim, não podemos deixar de lembrar que a Paraíba nesta década de 20 do século XX, por influência do então presidente da República, passava por mudanças significativas nos diversos setores da sociedade: nos transportes e comunicações, na aparelhagem de higiene etc. Sabemos que a luz elétrica não tem nada a ver com o governo de Epitácio Pessoa, mas o fato é que neste momento sopravam-se os ventos da modernidade, levando muitas cidades pelo Brasil afora, como já foi dito, a mudarem suas aparências. Logo, a implantação do sistema de fornecimento de energia elétrica também começa a fazer parte do imaginário coletivo das cidades paraibanas. “Na Paraíba, por exemplo, as primeiras experiências com energia elétrica remontam ao ano de 1912”. (ARANHA, 2003, p.115).

Portanto, em Alagoa Nova

“O tema entrava nas conversas, com os descrentes retrógrados vaticinando possíveis perigos. Nas vésperas da inauguração, as principais ruas da urbe amanheceram com uma estranha rede de fios de barbante e à guisa de lâmpadas pendiam dos postes mamão de corda. Na fachada da residência do prefeito José de Cristo e do empresário João de Veras colocaram lâmpadas de maior número de velas representadas por mamão tipo caiana. Toda a vila riu com a pilhéria caricata à iluminação elétrica e José de Cristo, sempre formal e austero, se apresentava confuso e muito sisudo.” (SALES. 1990. P. 131).

Apesar de alguns moradores brincarem e fazerem pouco caso com a chegada da energia, a luz elétrica não deixou de ser inaugurada, era inevitável que um dia a cidade passasse por este tipo de mudança. Em nível nacional, a iluminação pública ou particular de uso coletivo já era uma realidade que trazia transformações para os centros urbanos de várias cidades brasileiras, ganhando as cidades um novo aspecto com a iluminação das ruas centrais, isso também ocorreu na cidade de Alagoa Nova, e em outras cidades paraibanas, a exemplo de Pombal, que também contava, na década de 1940, com este tipo de sistema de iluminação a motor nas ruas centrais, enquanto que o restante da cidade continuava sem luz³⁷. Devemos lembrar que as mudanças e as práticas existentes em Alagoa Nova eram semelhantes a algumas cidades da Paraíba, no tocante ao impacto provocado pela chegada da luz. Ao mesmo tempo, porém, diferia no ritmo de algumas outras cidades do Estado, assim como de algumas capitais brasileiras.

Vale salientar que, a princípio, nem todos da cidade tiveram a oportunidade de usufruir de uma coisa tão deslumbrante aos olhos de uma população meio que descrente e desconfiada com o elemento novo, que chegara ao ponto de fazer chacota com a implantação do equipamento, sem saber ao certo o que aquela maquinaria significava. Uma coisa é certa, com a iluminação pública alguns comportamentos foram mudados, a eletricidade proporcionou que as pessoas ficassem até mais tarde nas portas de suas casas conversando, gerando ali todo um espaço de sociabilidade, onde as experiências eram trocadas e os assuntos do dia a dia colocados em ordem, sem falar que mesmo não sendo uma cidade violenta e perigosa, comparada

37 WANDERLEY, 2010.

a muitas outras que passavam pelo mesmo processo de iluminação, os moradores da cidade se sentiam mais seguros com a luz elétrica.

Como já foi dito, a cidade não era perigosa ao ponto de as pessoas não saírem às ruas à noite de tanto medo, mas existiam alguns rapazes que gostavam de fazer algumas traquinagens, a exemplo de seu Alcides, o “Xunduca”, ele afirma que se juntava com alguns amigos e aprontavam pelas ruas. “Quando a gente encontrava alguém dormindo pelas ruas, aí a gente pegava um palito de fósforo botava nas mãos ou nos pés para pegar fogo, aí o camarada dava um pulo.” Xunduca fazia parte de uma turma de rapazes que gostavam de fazer umas traquinagens, que ele afirma ser coisas que o descontraía, mas que se fosse hoje ele acha que seria bem diferente, “ninguém aguenta mais este tipo de brincadeira não, era briga na certa, hoje em dia é muito violento.”

Em meio a esta cidade, que convivia com algumas perversidades não tão violentas, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que existiam alguns outros tantos delitos mais graves e que se compararmos com a cidade de Campina Grande, também na Paraíba, não eram números tão baixos se levarmos em conta o tamanho do município. Já no ano de 1926, seis anos depois da inauguração da luz elétrica, podemos ver que de acordo com o anuário estatístico do governo do estado da Paraíba foram registrados 11 lesões corporais, 14 homicídios, 4 tentativas de homicídios, 3 furtos e 4 roubos, no município de Alagoa Nova, enquanto que em Campina foram 13 lesões corporais, 24 homicídios, nenhuma tentativa de homicídio foi registrada, 38 furtos e 2 roubos³⁸. São números estatísticos que devem ser levados em conta em relação ao tamanho do município de Alagoa Nova, já que não era tão pequeno se comparado aos dias atuais, no entanto, o perímetro urbano não era tão grande.

Percebemos, portanto, que Alagoa Nova neste momento era uma cidade violenta quando comparamos estes dados com os dados de Campina Grande. Tinha tantos furtos que é de se admirar como uma cidade tão pequena ultrapassava os dados de Campina Grande. Talvezos ladrões não viessem a importunar tanto os moradores na calada da noite, mas sem dúvida se a cidade ficasse iluminada as pessoas se sentiriam mais seguras. A noite alagoanovense reservava a alguns poucos a oportunidade de fazerem o que não era permitido durante o dia, pois facilmente poderiam ser desmascarados. A noite era o espaço dos “arruaceiros”, das prostitutas, dos homens

38 Anuário estatístico do governo do Estado da Paraíba, 1931.

casados que se escondiam às escuras, com suas amantes, ou das próprias mulheres casadas que encontravam nestas horas a oportunidade de trair seus maridos. Claro, que este tipo de caso era muito raro devido à rigorosa vigilância que existia em torno da figura da mulher, e elas eram mais contidas porque tinham medo, tanto dos maridos que poderiam, em nome de um suposto ultraje de sua honra, assassinar as mulheres adúlteras, ou de serem discriminadas perante a sociedade, pois a prática do adultério era uma ofensa a moral e aos bons costumes da cidade.

Em meio a estes problemas que poderiam passar a ter uma visibilidade se a cidade fosse iluminada, a novidade era inaugurada na vila de Alagoa Nova ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de mil novecentos e vinte, como consta em ata da Câmara Municipal de Alagoa Nova do mesmo ano. De acordo com a ata, as principais autoridades estavam presentes para prestigiarem a novidade, o que demonstra a grandeza do fato: o então prefeito, José de Cristo Pereira da Costa, o sócio da empresa de iluminação elétrica, o seu sócio capitão João Ferreira de Veras, as autoridades civis e eclesiásticas. Um momento digno de reunir as principais autoridades da cidade.

“Ata da sessão cívica de inauguração da luz elétrica na Villa de Alagoa Nova. Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de mil novecentos e vinte trigésimo primeiro da proclamação da República nesta Villa de Alagoa Nova presente o senhor prefeito municipal coronel José de Cristo Pereira da Costa sócio da empresa de iluminação elétrica desta Villa o seu consocio capitão João Ferreira de Veras, as autoridades civis e eclesiásticas, grande número de pessoas gradas depois de haver o reverendíssimo padre Joaquim Agra vigário desta freguesia dado a benção canônica sobre a usina elétrica e de ter o doutor Manoel Tavares Cavalcante chefe de policia do Estado proferido um discurso e declarado inaugurada a iluminação elétrica”. (Livro de ata da Câmara Municipal de Alagoa Nova – 1920).

No momento a iluminação pública pode ter sofrido resistência por parte de alguns moradores, mas uma coisa é certa, aos poucos a população foi se conscientizando de que era preciso estabelecer uma relação mais íntima com a iluminação, a qual se tornaria extremamente importante para o desenvolvimento da cidade, embora sem esquecer que a iluminação pública a motor movido a óleo diesel não iluminava todas as artérias da cidade. E mais, a iluminação das casas só era extensiva aos mais abastados, não esquecendo também que o motor era desligado logo

cedo, entre às 9 ou 10 horas da noite, ficando a cidade às escuras. Contudo, isso era o de menos para os moradores que viram neste elemento do moderno uma possibilidade de mudar a rotina, intensificando novos ritmos de vida a partir da instalação do equipamento.

Na verdade, o cotidiano muda para uns e outros não, de acordo com entrevista, seu Osvaldo de Lima diz que a energia não serviu a todos porque não existiam indústrias em Alagoa Nova e, como foi dito, a iluminação não foi para todos, apenas para algumas artérias da cidade. A energia que iluminava através dos postes de madeira também começava a inserir-se na casa de alguns poucos moradores, claro ela era extensiva a aqueles que podiam pagar, mas isso já era motivo de se orgulhar³⁹.

Segundo o Sr. Osvaldo

“O primeiro motor era o de João de Veras, localizado aonde funcionou a antiga oficina de Augusto Moura na Esquina da Igreja Matriz. João de Vera era uma pessoa que emprestava dinheiro a juros, era um homem rico para a época, por isso ele montou o motor de energia, junto com o sócio da época que era o prefeito da cidade José de Cristo. Já na década de 1930 para 1940 existia outro motor onde hoje se localiza a rua por trás do fórum, esse motor era de Virgílio Leal, esse vendeu ações desse motor e o povo foi quem dançou, se pagava para ter energia e aqueles que comprava as ações achavam que iam lucrar com isso, mas não tiveram nada, só perderam. Já na década de 1950, no ano de 1959 estava organizada a rede de Paulo Afonso”. (Entrevista concedida por Osvaldo de Lima em dezembro de 2011).

Abaixo podemos ver a imagem da usina de luz elétrica de Alagoa Nova que funcionava nesta simples casa, localizada na atual Rua Professor Ataíde, por trás do

39 A autora Helmara, em *“O espetáculo da noite em Pombal: a luz dita moderna e as representações sobre a escuridão”* nos dá uma contribuição no sentido de observarmos que além de Alagoa Nova muitas outras cidades da Paraíba também estiveram neste mesmo padrão de que a luz era extensiva a alguns poucos, proporcionando assim uma espécie de exclusão, que se dava não só pela questão da espacialidade, mas pelo fato de não se ter condições que era um dos fatores determinantes, assim como o fato de uns poucos serem beneficiados pelo fato de morarem próximos da usina do motor que fornecia a energia. (WANDERLEY. 2010.)

fórum da cidade. Ficava por trás da rua central e daí se distribuía a energia para as ruas da cidade. O município não era excelência de uma cidade moderna e nem queremos dizer isso, mas isso não a impedia de se utilizar de um recurso tão importante, que era a usina de luz. Nota-se que a rua não tem calçamento e que as casas continuam conjugadas, mas mantendo um padrão de construção semelhantes uma das outras, ao fundo do lado direito vê-se que o contraste aí é recorrente devido as simples casas de taipa ainda presentes em meio a já algumas construções de tijolos e coberturas de telha, ao contrario das casinhas de taipa cobertas com palhas⁴⁰.

IMAGEM 11



Antiga usina de luz

40Com relação a essas casas, seus dias pareciam estar contados, pois existia já em discussão na Câmara de vereadores um projeto que permitia a cobrança de um imposto para aqueles que permaneciam com suas casas de taipa e coberta de tijolos. Sendo assim, as novas construções deveriam ser edificadas com tijolos atendidas a uma exigência das autoridades de plantão. O imposto datava de 1936 e ainda nas décadas seguintes as pessoas continuavam a construir casas de taipa cobertas de palhas. O vereador João Honório de Melo contestava o imposto, no entanto outros vereadores concordavam como é o caso do Presidente da Câmara Joaquim Eustaquio de Oliveira. “Tal imposto tem que permanecer e até mesmo ser aumentado para que assim os proprietários deixassem de construírem casa de palha e sim de telha, para melhor conforto de seus moradores.” (Ata da Câmara Municipal de Alagoa Nova, 1936).

A partir dessa usina e da anterior aqui já citada, a de João de Veras, as ruas eram iluminadas e proporcionavam passeios com um vai e vem das pessoas aumentando a cada dia. São passeios públicos, que se transformam no lazer de alguns alagoanovenses, proporcionando aos jovens passearem pelas artérias principais, bem vestidos à procura de namoradas e as moças também a paquerar.

Por ocasião das festas, a iluminação no espaço público melhorou muito e as pessoas sentiam mais segurança. Mesmo a cidade não tendo os problemas de uma cidade grande, aqui e ali apareciam perturbadores da ordem pública. Seu Alcides José do Nascimento, bastante conhecido na cidade como “Xunduca”, já citado, nos disse que de vez em quando aparecia um camarada metido a bravo, aí ele conta um episódio que aconteceu com ele e seu amigo.

“Olhe eu mesmo numa noite de festa eu estava com um camarada, um colega, aí veio um camarada e deu uma tapa na cara da namorada desse meu amigo, o meu amigo ficou bravo e disse que ia matar esse camarada, aí eu disse para ele, não senhor vamos embora andar nossa noite de festa, andamos a noite todinha de festa. Nessa época mesmo não tendo energia nas noites de festas ficava até tarde com a luz acesa nas ruas. Sim esse camarada era irmão do prefeito que tinha aqui, Rogério Martins, ele se valia por que tinha as coisas, foi inventar de mexer com o padeiro de Antonio Leal, levou uma facada e morreu ali perto de onde hoje é Antonio Vieira, por trás da rua” (entrevista realizada com o senhor Alcides no mês de dezembro de 2011).

O interessante é que a cidade não era, na visão de alguns moradores, tão violenta, muitos afirmam que era bastante pacata, assim como o próprio Alcides diz, “era muito calma não era como hoje em dia, que numa festa sempre tem briga”. Esses casos eram casos que aconteciam de vez em quando, o que nos faz crer é que seu Alcides quis dizer que não existia a maldade e a bebedeira que existe hoje em dia.

O fato é que com essa energia o ambiente da noite se tornava favorável à realização de festas populares que proporcionavam aos moradores entretenimento, gerando assim nesses espaços de festa um lugar para a prática da sociabilidade, do divertimento. Poderia ser considerado entretenimento as noites em que as pessoas arrastavam suas cadeiras para frente das casas e se aglomeravam para colocar os assuntos e as fofocas em dia. Falava-se de política, das campanhas políticas, da filha do vizinho que se “perdeu”⁴¹, do casamento de alguém que não estava dando certo, de

41 Se perder nesta época é o fato de a moça se entregar a um rapaz e perder sua virgindade, tornando-se uma pessoa indigna perante a sociedade. Pois perder a virgindade era um agravo

fulano ou sicrano que estava botando “chifre” no outro, do cachaceiro que ficava o dia todo bebendo pelas ruas, das festas locais, da religiosidade, enfim quase tudo saía nas conversas de calçadas. Estas faziam parte de uma estrutura urbana que deveriam seguir normas propostas pela prefeitura, no sentido de ordenar e disciplinar os espaços destinados aos pedestres, e o espaço reservado aos meios de transportes era a rua onde transitavam as carroças puxadas por animais e, dos anos 40 em diante, com mais frequência o automóvel.

De certa forma a cidade vinha rompendo com antigas tradições e ao mesmo tempo mantendo outras. Apesar desse rompimento não podemos dizer que as mudanças que estavam ocorrendo fizeram grandes estragos na cidade. A luz veio para romper barreiras, mas nem todos podiam ter, ou seja, muitas pessoas permaneciam com suas casas sendo iluminadas com candeeiros, alias uma prática bem arriscada.

A entrevistada Maria Odemia Ferreira da Silva conta

“Era muito arriscado quando as casas eram iluminadas por candeeiros, as casas eram pequenas, muitas delas eram baixas e cobertas de palhas, principalmente nas ruas mais afastadas do centro, na rua do cemitério, na rua do leite e outras. O menor descuido e pegava fogo em tudo. Olhe eu tenho uma filha que quando novinha, ela tinha uns dois anos, subiu no tamborete e ficou com a lamparina levantando até que pegou fogo numas coisas e subiu para o telhado. Olha foi uma agonia para a gente poder apagar o fogo, jogava água e olhe que nessa época também não tinha água encanada ainda” (entrevista realizada com a senhora no mês de dezembro de 2011).

O episódio aconteceu já na década de 1960, contudo isso não importa, porque de acordo com as nossas análises isso era um perigo que já vinha desde antes da cidade ser iluminada, já no início do século XX. Era um problema muito comum de cidades que ainda conviviam com a presença de casas pequenas feitas de taipas e cobertas com palhas. Em Alagoa Nova as ruas do cemitério e a atual rua do leite eram

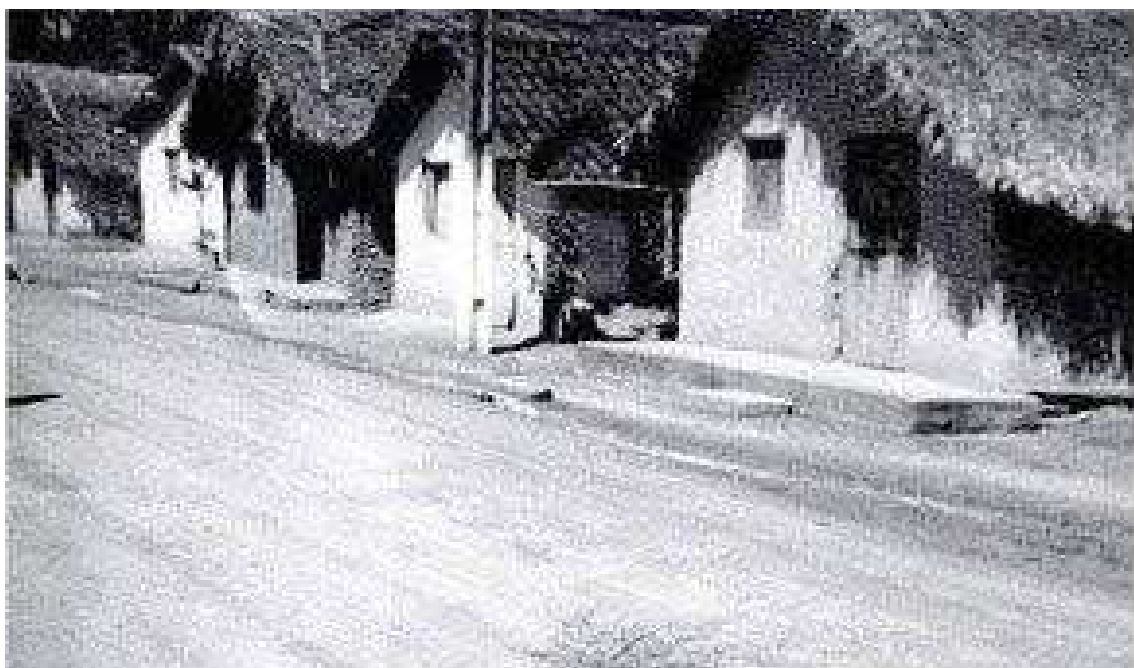
grande, algo que manchava a honra das famílias e em muitos casos as moças eram abandonadas pelos pais e até expulsas da cidade tendo que morar longe dos seus familiares. Em alguns casos as moças quando ficavam grávidas se não fosse feito o casamento a força o que era mais comum porque alguns pais faziam o rapaz reparar seu erro algumas moças eram aconselhadas a passar uma temporada fora da cidade para que a população esquecesse o ocorrido.

ainda desde a década de 1920 até a década de 1960 as ruas com maior número de casas de taipa sem iluminação. No ano de 1958, por exemplo, a energia de Paulo Afonso já se fazia presente na cidade, no entanto essas ruas continuavam a ter casas sem iluminação, a não ser através dos candeeiros e lamparinas, o que indica o que já foi dito anteriormente: a luz era restrita, essas artérias por serem mais afastadas amargaram por quase quarenta anos a falta do benefício. Mesmo depois de ser inaugurado em 1920 ainda permaneceram por mais uns quase dez anos depois da energia de Paulo Afonso como o povo chamava, para que algumas casas começassem a usufruir deste empreendimento.

As duas imagens seguintes são de épocas distintas de uma mesma rua, a conhecida rua do leite. A primeira data de fins da década de 1950. Nela percebe-se que as casas aparentemente eram feitas de tijolos, isto pelo fato de as paredes já aparentarem ser bem mais retas e apumadas, embora com os telhados ainda de cobertura de palha. Em frente de uma das casas há a presença do poste que indica que a rua já estava sendo iluminada, mesmo que seja difícil saber se as casas já contavam com esse recurso. Algo que, com certeza, ainda não fazia parte da realidade desta rua, pois de acordo com alguns moradores antigos da rua, nessa época, nenhuma casa era ainda iluminada, principalmente as casas que passavam da capela de São Sebastião, dali para frente eram todas casas simples. A imagem mostra que a rua era desprovida de alguns recursos importantes, a exemplo da falta de calçamento e o meio fio que não estava pronto.

Na imagem seguinte de finais dos anos 60, a mesma rua já com as casas feitas de tijolos e coberturas de telha, todas bem simples, no entanto percebemos que já existe o meio fio, o que indica que a rua estava prestes a receber o calçamento, um benefício importante para a cidade que queria seguir os padrões de uma cidade moderna. As casas que ficavam na parte de cima contavam com a presença em algumas delas de uma espécie de pequeno poste que recebe a energia dos postes da rua, mas as casas que ficavam na parte de baixo da figura ainda amargavam a ausência da iluminação. Pelas condições da moradia, as pessoas que ali moravam eram simples, provavelmente ganhavam muito pouco e por consequência disto não tinham condições de colocar energia nas suas casas.

IMAGEM 12



Antiga Vila Helena, também conhecida por Rua do Leite, década de 1950

Está é uma das maiores ruas da cidade, de acordo com as narrativas do Sr. Osvaldo de Lima e de acordo com as narrativas do Sr. Elias Quirino, a rua recebeu este nome pelo fato de se vender leite na mesma. Era um pessoal que vinha do sítio e chegavam até esta rua de onde distribuíam o leite que vendiam para os moradores da cidade. Distante da artéria central custou a ter o direito de usufruir dos recursos modernos que se instalavam na cidade. São casinhas cobertas de palha, o que nos indica que as cobranças de imposto e exigência das autoridades de plantão contrastava com as condições precárias de alguns moradores que não podiam construir suas casas com tijolos e cobri-las de telhas.

IMAGEM 10



Antiga Vila Helena, também conhecida por Rua do Leite, década de 1960

A figura 10 nos mostra uma cidade ainda com construções pequenas, longe dos padrões clássicos atribuídos à cidade moderna, mas não podemos negar que, mesmo na precariedade, já haviam sido erguidas seguindo a um padrão de exigência do município, que era de construir casas com tijolos e cobertas com telha. Ao fundo, as pessoas na sua simplicidade sentadas nas calçadas e as crianças espalhadas pela rua, e pela quantidade de crianças subentende-se que naquela época as famílias tinham muitos filhos, as famílias eram numerosas. A foto provavelmente foi clicada por um fotógrafo pago pela prefeitura e é fácil percebermos que as pessoas estão a olhar quase todas para o lado de onde o fotógrafo dirigiu a objetiva, ou seja, as pessoas notaram o registro e provavelmente ficaram curiosas, o que é uma prática muito comum de cidades de interior onde as pessoas muitas vezes chegam a ser incômodas de tão curiosas.

O importante é perceber que de acordo com as entrevistas realizadas com alguns moradores de Alagoa Nova, Sr. Adilino, Sr. João Dila, Aluizio Vieira e Alípio Bezerra, todos concordam em afirmar que as dificuldades na cidade eram pertinentes e contrastantes com o projeto de modernização da cidade. A falta de energia ainda era pertinente. Mas se não houve um total rompimento com o antigo, o arcaico e perigoso, a falta de energia nesta rua é mais um atenuante que indica que não houve um total rompimento como tradicional.

Essa iluminação precária, entretanto, era bastante útil aos moradores. Pelo menos em alguns aspectos o panorama da cidade é mudado, o exemplo são os das calçadas das casas que neste período proposto pela pesquisa ficavam cheias ao anoitecer, por conta da iluminação pública a motor que durante os quase quarenta anos de sua inauguração trazia para os moradores uma possibilidade de manter as suas casas iluminadas até aproximadamente às 10 horas da noite. Logo, também devemos lembrar que este hábito sempre foi muito comum nas cidades pequenas do interior paraibano. A autora Helmara Giccelli, nos mostra através de seu texto *“O espetáculo da noite em Pombal: a luz dita moderna e as representações sobre a escuridão”*, que essa prática de ficar nas calçadas era comum também em Pombal onde “sob a luz enfumaçada dos lampiões à querosene, ou em noites de lua, se reuniam nas calçadas para debulhar o feijão, “contar histórias de mau assombro”⁴². A autora nos mostra que o uso dos lampiões em Pombal, a exemplo de Alagoa Nova, portanto, quando a iluminação chegou aos postes das ruas essa prática proporcionou um tempo maior, até as 10 horas, horário em que o motor era desligado.

Como em toda cidade pequena de interior, os “fuxicos” e fofocas eram muitos. Como quase todos se conhecem, qualquer problema parecia ser problema de todas as pessoas e as notícias corriam logo. Acrescente-se que não precisava andar muito, em pouco tempo se fazia um passeio pela cidade, daí a facilidade das notícias circularem mais rápido. O que importa é que este tipo de experiência é muito comum a esses pequenos exemplos de cidades em busca de uma modernização. Bem diferente dos grandes centros que, ao contrário, pareciam ficar mais próximos de um isolamento individual, pois como já foi dito, os ritmos eram diferentes, as cidades se modernizavam e os ritmos se tornavam muitas vezes frenéticos, com o vai e vem das pessoas que mal tinham tempo de parar para conversar ou se conhecer. Basta lembrar-se do passeante da modernidade que encontra o seu amor à primeira vista e ao mesmo tempo a última vista, pois aquela figura que passou e o fez se apaixonar ele nunca mais a veria.

Levou muito tempo para que a maior parte dos moradores da vila pudesse ter o direito de ter em suas residências algo aparentemente tão mágico. Por toda a década de 1920, adentrando a década de 1930, percebemos que muito pouco mudou, muitas pessoas continuaram sem ter o merecimento da energia. Nesta década, é possível destacar que nos discursos de alguns vereadores, o que era para se ter orgulho de falar,

42 Wanderley, Helmara Giccelli Formiga. 2010, p.23.

passa a ser alvo de críticas, onde muitos sentem o dever de reclamar. Ou estrategicamente demonstrando fazer parte de uma luta por interesses coletivos em nome do bem comum, muitos representantes do povo usavam da sua posição para reclamar das permanências no sentido do descaso em relação ao bem coletivo, que nesse caso era a energia elétrica a motor. Sem falar que a figura que reclama é um padre, um homem que de acordo com as práticas existentes naquele momento e em razão do poder que lhe era atribuído, não podia deixar de lutar pelos interesses da comunidade.

“O vereador Padre João Honório de Mello; disse que a Câmara tem o dever de zelar pelo interesse do município, e que passava a falar sobre a luz; que (tinha) dependia o município de uma verba de 640 contos de reis para o pagamento de luz, que no contrato feito com a empresa e o município tem a mesma a obrigação de fornecer luz de 6 horas da tarde a onze horas da noite, e lembrava a Câmara que a empresa vem fornecendo luz somente de 6 horas da tarde às nove e meia da noite, sendo assim a empresa é devedora ao município pela importância de alguns contos de reis que lhe vem roubando, pela falta do cumprimento do contrato. (livro de ata da câmara municipal de Alagoa Nova-PB, do dia 11 de junho de 1936 à 19 de junho de 1937).

Devemos salientar que, pouco mais de 10 anos se passaram, e a cidade, apesar de conviver com este símbolo do moderno e da mudança, ainda sofria pela falta de compromisso por parte da empresa e da prefeitura, que na verdade não estava zelando pelo bem público, além de não estarem cumprindo com o devido contrato, uma vez que estavam recebendo para fazerem um serviço que estava deixando a desejar. Isso perturbava o cotidiano já que existia a expectativa do conforto, da comodidade, as pessoas desejaram tanto e agora reclamavam do que eles achavam precário, o fornecimento da energia.

Para esclarecimentos desta situação vejamos o que diz o então prefeito:

“Comparecendo o Sr. Prefeito a presença da Câmara, passe a dar a explicação seguinte: que o município paga a empresa a importância de 640 mil contos de reis e que a mesma está ainda em Alagoa Nova, por ter o mesmo muita contemplação para com ela e tendo entendimento com o povo, responderam que queriam a luz até as nove e meia”.

No discurso do parlamentar presenciemos uma tentativa de fazer com que as pessoas se sentissem responsáveis pelo o que estava acontecendo com a energia da cidade. Ele joga a responsabilidade para a população dizendo que os mesmos estavam conformados com a situação pelo fato de terem medo de perderem definitivamente o direito de usufruírem deste recurso tão moderno que era a energia elétrica.

O seu discurso, porém, não exprime o que realmente pensava a população local, as reclamações eram constantes e para ganhar fôlego elas se canalizaram na figura do vereador Padre João Honório de Mello, que teimava em cobrar o cumprimento do contrato. “O vereador Padre João Honório de Mello disse que a mesa quer saber é o seguinte: se o contrato é facultativo voltar à luz de onze horas para nove e meia e que a população está a reclamar à luz as nove e meia”. Tendo a possibilidade de desfrutar do propalado equipamento moderno os moradores não aceitavam de bom grado o que acontecia, e estariam a reclamar, pois já se havia criado uma necessidade em torno dos costumes adquiridos com o uso da iluminação.

O prefeito que insistia em defender a empresa, talvez estivesse lucrando com esta situação, ou na realidade estivesse mesmo com medo de o empresário tirar da cidade essa maquinaria. Ele alega medo de perder o contrato com a empresa, mas isso não justificava prejudicar os moradores da vila.

“Respondeu o Prefeito, que se for forçado, terá que desaparecer a mesma. O vereador Manoel Pereira da Costa, aparteando o Prefeito disse, não se podia reclamar por não ser atendido e que este defeito já vem de atrás, o senhor prefeito disse não é sua a não dar trabalho ao empresário retirar a mesma daqui ficando assim o município sem luz“.

O discurso do parlamentar expressa uma falta de respeito para com o direito do povo que desejava conviver com este recurso. Dessa forma, João Honório continua com as suas indagações e o prefeito e seus aliados na tentativa de se justificarem, tentando convencer o mesmo de que era preciso zelar pelo bem estar da população local. Segundo o prefeito a cobrança exagerada em querer fazer cumprir o contrato ao pé da letra só traria desconforto para a vila, dessa forma vejamos como se deu o discurso em ata na tentativa de se chegar a uma solução que viesse a agradar a todos.

“Perguntando o vereador Padre João Honório de Mello: se o contrato era feito pela companhia e o município, ou com o empresário e a companhia, pedindo o mesmo que viesse a mesa o referido contrato; O Im. Prefeito perguntou ao vereador Padre João Honório de Mello, se tratava de política ou das atribuições da Câmara, o que foi respondido que não se tratava de política, mas de interesse do município. Em seguida pergunta o Im. Prefeito: ficar sem luz ou com a mesma até as 10 horas. O vereador Padre João Honório de Mello disse que o gerente da mesma devia mandar a Mesa um relatório das despesas e receitas para ser estudado pela mesa. O vereador Alfredo Cavalcante de Andrade disse, que fazer cumprir o contrato é o meio de fazer desaparecer a luz, e que o vereador Padre João Honório de Mello que não tinha má vontade e que tudo fazia para o bem estar do município e que procuraria uma solução conciliatória ao bem do município”

Essas discussões se fizeram presentes em outras seções da Câmara e isso de certa forma foi assunto discutido por muito tempo, já que continuavam com a precariedade e falta de compromisso por parte das autoridades locais. Na busca de uma solução era preciso se fazer algo de concreto para que a população não sofresse com a diminuição do tempo em que a energia permanecia ligada.

O então Prefeito Antonio Leal da Fonseca não queria se passar por uma figura que teria dado pouca atenção a um benefício tão significativo para a vila e no intuito de assegurar sua reputação perante a sociedade, procurou, através do discurso na Câmara, se justificar, alegando que estava a favor do desenvolvimento e que se preocupava em ser muito exigente com medo de perder a atuação da empresa de energia elétrica nesta vila. Demonstrando ter já solucionado o problema, admite que “o empresário do dia 1º de janeiro em diante faria obedecer ao contrato”. (Ata da primeira reunião da segunda sessão ordinária da Câmara Municipal de Alagoa Nova. 15 de dezembro de 1936)⁴³.

Viver em Alagoa Nova neste período não era nenhuma experiência tão desconcertante, mas era interessante pensar como as pessoas reagiam às coisas modernas, de início a notícia da chegada da luz elétrica causou certa desconfiança e medo. As pessoas estavam acostumadas a terem em suas casas os seus candeeiros à base

43 Tudo isso pode ser indicativo de que interesses privados capitalistas colocavam-se acima do bem público.

de querosene, recursos usados por muitos anos, mesmo depois da chegada da energia da CHESF. O fato é que com o uso do motor muito poderia ser mudado. Só de pensar em não ter a preocupação de comprar o combustível para o abastecimento e ter a praticidade de desfrutar da energia, ainda que com horário reduzido, isso já era um avanço extraordinário. Ligava às seis e era para desligar às onze como já vimos nas reclamações e embates entre os representantes políticos desta vila. Pena que o contrato não era cumprido desde a sua inauguração. Assim, viver em Alagoa Nova significava conviver com um dos símbolos do moderno, ainda que tenha ficado restrito às artérias principais e tenha demorado a chegar à maioria dos lares alagoanovenses, tendo passado pouco mais de 40 anos para que pudesse atingir um número maior de pessoas. Os moradores, em sua maioria, não tinham condições de pagar por este recurso e ficavam na dependência de que o poder público pudesse contribuir no sentido de ajudar para que mais pessoas pudessem fazer uso da energia, ou que pelo menos as ruas pudessem contar com tal empreendimento. As ruas eram da responsabilidade do governo municipal que, na medida do possível, ia aumentando a distribuição. Sendo assim, aos poucos ia atingindo ruas mais distantes do centro da cidade. Deve-se levar em conta que em Alagoa Nova tudo parece centro, pois a cidade não tinha tantas ruas assim e as que tinha eram uma extensão da rua central. Só alguns anos depois é que novos bairros foram sendo construídos para atender a demanda de uma população em crescimento.

Sabemos que a energia elétrica da CHESF só chegou à cidade em finais da década de 50 do século passado e que com essa melhoria a cidade passaria a dar passos mais largos no sentido de se modernizar, pois a energia proporcionava que as pessoas pudessem usufruir de alguns equipamentos que viriam a mudar os comportamentos das pessoas. Um exemplo maior é quando chega à cidade a TV, o que só ocorre no final da década de 60 e início da década de 70. O deslumbramento tornou-se um atrativo à parte ao qual pouquíssimas famílias tinham acesso, com exceção dos senhores de engenho e algum comerciante abastado da cidade, na casa do prefeito e outros. O interessante é que os poucos que tinham acesso de poder comprar um aparelho de TV viam em suas portas uma grande quantidade de pessoas, que por não ter o acesso à mesma, tinham pelas portas e janelas dos seus vizinhos a oportunidade de ver o mundo na tela da TV. Alguns vizinhos não ligavam, mas outros não gostavam, achando que sua privacidade estava sendo invadida. Com a privacidade sendo invadida ou não, o certo é que os moradores de Alagoa Nova viam o mundo através da tela da TV e isso fazia com que as famílias se reunissem em torno deste aparelho moderno para se

divertirem e sofrerem influência de modismos, como no caso das mulheres que mudam seus penteados e roupas para parecerem com as atrizes etc. Mas, além disso, também podia se ter notícias de todo mundo de uma forma cada vez mais rápida, ou seja, a cidade estava “antenada” com o que de mais moderno e importante acontecia mundo afora.

É perceptível que a cidade, desde os anos 20, convivia com a presença de ícones da modernidade, o trem e a luz elétrica, símbolos de mudanças na cidade real que passava a pensar num ideal de cidade nova, moderna e desenvolvida. A cidade desejada tinha que estar em sintonia com mudanças no setor urbano, nos meios de transportes, na arquitetura, e nos meios de comunicação.

Nesta primeira parte do nosso trabalho, portanto, procuramos observar como é que a cidade passou a conviver com a presença dos símbolos do moderno e até que ponto esses símbolos do moderno passaram a fazer parte de uma realidade local. Sonhar era preciso e os alagoanovenses tiveram um sonho que se transformou numa frustração e que de concreto muito pouco ficou, o trem da esperança se transformou no trem fantasma, o ramal ficou perdido e o que apenas sobrou foram as escavações em regiões de difícil acesso.

O sonho que se transformou em realidade aconteceu em 1920 com a presença do simples motor de fornecimento de energia que veio para ficar na história de Alagoa Nova e fazer com que pesquisadores possam hoje em dia fazer uma leitura de como foi a recepção e o desenvolvimento desse recurso na cidade. Foi o que tentamos fazer, mostrar um pouco do que foi a importância de tal empreendimento. Talvez não de imediato, mas algumas décadas mais tarde podem perceber o quanto foi importante tal empreendimento. A presença da energia fez com que não só as ruas e casas fossem iluminadas, percebemos que através dela outros benefícios chegaram à cidade proporcionando uma comodidade para os seus filhos. Nas décadas seguintes à cidade pode contar com outro empreendimento que a partir da década de 1940 chegou a cidade para mudar significativamente o sistema de comunicação local. Na cidade não existia nenhum sistema de comunicação, a não ser o sistema de correios que já atuava na localidade desde o século XIX. Só que agora, além do correio que na época era um elo com o mundo exterior, a cidade passaria a contar com o sistema de difusora local que passaria a comunicar aos alagoanovenses as notícias locais e a nível nacional e internacional.

Seguindo essa linha de desenvolvimento, gostaríamos de mostrar ao leitor que a cidade vem mantendo esse ritmo de desenvolvimento lento com a implantação desse novo sistema de comunicação, proporcionando o elo necessário para que esse ritmo pudesse se tornar mais rápido nos anos seguintes. O município estava agora entrando na onda de uma comunicação mais rápida e acessível ao povo, pois a difusora estava aberta e mais próxima da população. Veremos agora como foi a recepção desse mais novo equipamento moderno que os alagoanovenses passaram a usufruir a partir dos anos de 1949.

A DIFUSORA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA: SEM O RÁDIO A DIFUSORA FAZ A VEZ

Em pesquisas realizadas nos arquivos da Câmara Municipal de Alagoa Nova encontramos uma lei muito importante que nos informa a respeito de uma difusora local, que de certa forma fora bastante influenciada pela implantação da luz elétrica, esta sancionada no dia 28 de agosto do ano de 1949.

A lei nº 9, de 28 de agosto de 1949 autoriza o prefeito Antonio Leal da Fonseca adquirir por meio de compra uma difusora e de outras providências. O prefeito municipal de Alagoa Nova: faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - fica autorizado o prefeito municipal a adquirir por meio de compra, uma difusora que se destina a divulgar os boletins informativos da prefeitura local.

Art. 2º - a referida difusora denominar-se-á Difusora Municipal e será localizada no salão contíguo ao da prefeitura.

Art. 3º - será permitido para recreio ou diversão, ocupar o microfone da difusora qualquer pessoa que queira cantar ou declamar poesias de poetas nacionais ou estrangeiros.

Art. 4º - ainda será permitido propaganda de casas comerciais, indústrias, fábricas, anúncios, etc. mediante contrato mensal com o prefeito.

Art. 5º - não será permitido ocupar o microfone, pessoas que venham cantar hinos ou cânticos religiosos, sem prévio consentimento do prefeito.

Art. 6º - o prefeito gratificará ao locutor da difusora, com a quantia de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) mensais.

Art. 7º - ainda é proibido cantar ou declamar poesias que ofendam a moral e os bons costumes.

Art. 8º - revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alagoa Nova, em 28 de agosto de 1949, 61º da Proclamação da Republica.

Essa difusora é uma maquinaria moderna que para a época marcou por muitos anos o campo da comunicação local. Estamos falando de um período em que o rádio ainda era algo muito distante da realidade do lugar, pois muita gente não sabia nem da existência de tal recurso. O fato é que a referida difusora fazia às vezes do rádio, haja vista fazer chegar diariamente as notícias locais através dos alto-falantes localizados nos pontos estratégicos da cidade. Em cada recanto de rua estava lá um alto-falante levando as falas do locutor oficial do município de Alagoa Nova.

De acordo com uma entrevista realizada com o Sr. Adilino o aparelho de rádio era algo que pouquíssimas pessoas possuíam, era um equipamento de poucos,

“rádio só o de Joaquim Eustaquio e o da prefeitura que dava notícias do estado e do restante do país. Ainda me lembro, em 1934 foi quando morreu o

Padre Cícero e na época eu morava no sítio e na data da morte eu vim para a rua com minha mãe, quando cheguei na Baixa da Areia vinha uma velhinha muito devota do Padre Cícero, foi não foi ela ia ao Juazeiro, era Dona Inez, ai vinha eu e mamãe, tinha que passar na frente da casa dela. Ai mamãe perguntou – é verdade que o Padre Cícero morreu? Uns diziam que ele tinha morrido outros diziam que não, ai ela disse – minha filha eu não digo com muita certeza não, mas parece que é, me disseram que em Areia tem um rádio e pegou, o rádio falou nisso, o padre tinha morrido. Eu me lembro disso naquela época, isso em 1934, nessa época não tinha o rádio aqui em Alagoa Nova. (entrevista realizada com o Sr. Adilino no dia 28 de julho de 2011).

Continuando com as indagações sobre a sua experiência em relação ao rádio, podemos perceber que na década de 30 o aparelho de rádio ainda era um recurso muito restrito, pertencente a poucos e a Rádio emissora também era algo que levou muitos anos para que a cidade pudesse usufruir de tal recurso⁴⁴, só no início do século XX é que a Rádio Pirauá de Alagoa Nova foi inaugurada.

De acordo com Nicolau Sevcenko em seu texto *“A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”* com relação à introdução do rádio no Brasil, o mesmo afirma que:

“o rádio teve um desenvolvimento defasado e mais tardio no Brasil que nos países industrializados, onde as pesquisas sobre a radiotransmissão foram aceleradas sobretudo no contexto da Primeira Guerra. Sua introdução aqui só se deu no início dos anos 20, mas tantos eram seus problemas técnicos, que só a partir dos anos 30 é que ele traria um impacto decisivo para a transformação da cultura brasileira”.

Em Fortaleza, por exemplo, “as “primeiras experiências” da “radiotelephonia” datam de 1924 com a criação do Rádio Club Cearense”. (MARIA.

44 A radio Tabajara, de João Pessoa, foi inaugurada em 1937. Antes disso, porém, já se captava sinal de radio proveniente do Recife. Campina Grande, por exemplo, só entra definitivamente na “Era do rádio” no ano de 1949. “Tentando dar mais qualidade à radiofusão na cidade, ainda naquele último ano da década de 40, o Sr. Hilton Mota tentou montar uma outra difusora, a “VOZ DA CIDADE” ou “VOZ DE CAMPINA GRANDE”, mas foi somente com a inauguração da Rádio Cariri – PRF-5, em 13 de maio de 1949 e da Rádio Borborema, ZYO – 7, em 08 de dezembro de 1949, que Campina Grande entrou definitivamente, e com um pouco de atraso, na “Era do Rádio” (SOUZA, 2006,P.36).

2011. P. 67). Ou seja, na década de 1920 a experiência com o rádio pelo Brasil afora era muito tímida e bastante precária.

Em Alagoa Nova só a partir da década de 1940 em diante é que algumas pessoas com melhores condições de vida puderam adquirir um aparelho de rádio, mas na sua grande maioria o restante da população, quando sabia de alguma notícia era através dessas pessoas que já possuíam o rádio e/ou jornais que circulavam na cidade, neste último caso com muitos dias de atraso⁴⁵.

Em 1944 o Sr. Adilino tinha 20 anos de idade e, segundo ele, outra experiência que ele considera marcante na sua história de vida e na história de Alagoa Nova é quando alguns dos filhos da terra foram convocados para irem à Segunda Guerra mundial. Sendo ele um desses ex-combatentes⁴⁶, falou da dificuldade que se tinha em se comunicar com seus familiares. Este narra que muitos conseguiam ter notícias através do rádio, onde os combatentes tinham oportunidade de falar para as famílias e não com as famílias, sendo impossível uma comunicação direta. Portanto, o rádio era uma forma de saber como estavam seus filhos na Guerra. Sr. Adilino, em depoimento, afirma ainda que em Campina Grande⁴⁷, por exemplo, existia um sinal de rádio destinado para isso, as famílias iam para lá em um dia determinado e lá sabiam notícias dos seus filhos. Ora como para a sua mãe era difícil se locomover até Campina Grande a mesma ficou todo o tempo que ele foi para a Guerra sem notícias suas.

45 Apesar de se ter uma melhoria no sistema de transporte ao longo dos anos seguintes, com a construção das estradas ainda era muito difícil o acesso a outras cidades, portanto essas difíceis condições faziam com que tudo fosse dificultado, os exemplos são a demora de se chegar a outras cidades, as mercadorias que tinham dificuldades de serem destinadas a outras cidades por conta do meio de transporte que era escasso, a não serem os lombos dos animais, mais aí era muito demorado e a comunicação que era morosa chegando os jornais a cidade com dias de atraso. Jornais atrasados as notícias também eram noticiadas em atraso.

46 De acordo com depoimento seu Adilino diz: “daqui de Alagoa Nova eu fui o único que chegou ao campo de batalha, passei nove meses, completei meus 20 anos na guerra, era novo demais”. O Sr. Adilino lembra o tempo em que serviu ao exército brasileiro e das dificuldades que ele enfrentou na Guerra. (entrevista realizada em julho de 2011).

47 “Claro que em Campina Grande já se ouvia rádio muito antes de 1949, quando duas das três Rádios locais foram inauguradas. Ouvia-se, por exemplo, a Rádio Clube de Pernambuco, que fora criada como um clube de ouvintes de rádio numa das salas do Diário de Pernambuco, em 1919. Esta foi uma das primeiras emissoras de Rádio do Brasil. Os sócios deste clube tinham uma mesa enorme cheia de parafernália eletrônica e se reuniam todas as noites para captar mensagens de outros locais do Brasil e do Mundo.” (SOUZA, 2006, p. 25).

“Eu não falei para minha mãe porque não tinha rádio. Não consegui de maneira nenhuma, ela tinha que ter o rádio para me ouvir, como não tinha fiquei sem dar notícias pelo mesmo. Mas eu não fiquei sem dar notícias diretamente por que tinha o sistema dos correios que eu achava mais rápido, para me ouvir ela tinha que ser avisada antes, o correio com quatro dias ou seis chegava às cartas. Mas o rádio era uma forma de aproximar o soldado da família. Mas tinha uma coisa, o soldado não podia avisar nada do que estava acontecendo lá com ele, ele podia tá morrendo, mas ele tinha que dizer que estava tudo bem. As cartas passavam por uma inspeção, lá no correio tinha um oficial do exército para censurar, ela era aberta pela censura, tanto as que iam como as que vinham, se o soldado teimasse era detido.” (entrevista com o Sr. Adilino no dia 27 de julho de 2011).

Feita uma pequena explanação da necessidade de se ter uma emissora de rádio ou de as pessoas possuírem o aparelho de rádio na cidade, pela dificuldade de comunicação existente naquele momento, notemos o quanto seria interessante e importante a presença de uma difusora.

Nos primeiros anos de sua inauguração a difusora ficou instalada em um salão contíguo ao lado da prefeitura, anos mais tarde passaria a localizar-se ao lado do antigo prédio das escolas reunidas, onde chegou a funcionar até finais da década de 1980 e início da década de 1990, tendo em vista que nesta década o rádio já se fazia presente em muitas das residências do município. Anos antes, porém, a difusora era o veículo de comunicação do município que levava tanto as notícias do mundo exterior quanto as notícias locais. A partir da década final do século XX a cidade passa a contar com uma rádio comunitária denominada de Pirauá, a qual atualmente faz às vezes da difusora de forma muito mais moderna e eficiente.

O importante é perceber que uma difusora numa cidade como Alagoa Nova viria para impactar o cotidiano das pessoas, fossem elas humildes ou abastadas, pois de certa forma todas se sentiam privilegiadas ao se depararem com os alto-falantes nos postes próximos às suas casas.

A proposta da difusora, de acordo com a lei que a instituiu, era de que a mesma serviria para o recreio e diversão de qualquer morador da vila, qualquer pessoa que quisesse declamar poesias para as suas namoradas, que quisesse cantar ou oferecer músicas para seus queridos, etc. Sendo assim, neste espaço destinado ao recreio e

divertimento das pessoas existiam muitos jovens com seus respectivos talentos para o meio artístico e alguns deles se apresentavam no espaço da difusora com esse fim.

A difusora, todavia, não se limitava só a isso. Mesmo não tendo um comércio tão grande, já que as casas comerciais mais importantes eram a loja de seu Oscar, Miscelânea, a padaria e umas tantas bodegas⁴⁸, tais pontos comerciais usufruíam deste espaço da difusora para anunciar seus produtos e divulgar o seu ponto comercial.

Existia uma espécie de controle social, pelo qual não eram permitidos determinados tipos de anúncios e cânticos, todos tinham que ter um prévio consentimento por parte do prefeito. Com isto, muitos alagoanovenses não podiam dizer o que gostariam, muito embora saibamos que várias pessoas, mesmo não tendo a oportunidade de desfrutar da difusora como local de protestos e reclamações, reclamavam ou protestavam assim mesmo.

“quando exigiram que fosse preciso colocar portas nas casas, as pessoas mais simples sem muitas condições, com licença da palavra, amanheceram com um penico cheio de bosta na porta da prefeitura, o povo com raiva. Criou-se aqui uma lei para prender os cachorros que ficavam soltos nas ruas, no outro dia o povo amanheceu com uma raposa amarrada na frente da prefeitura, como o povo não podia falar o que queria na difusora então essa era a forma que eles encontravam de reclamar.” (entrevista realizada com seu Osvaldo em janeiro de 2012).

Percebemos nos artigos 4º e 5ª que o então prefeito acaba sendo colocado como uma figura acima de tudo e de todos, aparentemente ele é o dono da difusora, pois tudo que tivesse que passar pela difusora teria que ter um consentimento de sua parte. Desse modo, a difusora se torna um autêntico aparato de uso coletivo para fins próprios, como no caso interesses políticos⁴⁹. Até o contrato mensal teria que ser feito

48 Um tipo de estabelecimento comercial que persistiu por muito tempo como uns dos principais estabelecimentos da cidade. As bodegas eram como se fossem os mercadinhos de hoje em dia, nestas os comerciantes vendiam de tudo. Dos gêneros alimentícios a higiene pessoal. Poderíamos citar várias, mas destacamos as de Paulo Imperiano, Manoel Enedino, Chico Lima e outras mais.

49 Na cidade pequena qualquer recurso destinado á comunicação poderia ser favorável aos interesses políticos, portanto nesse caso de Alagoa Nova a difusora, não foi aprovada por acaso, ela foi uma proposta e aceita justamente pela facilidade que os governantes locais teriam para fazer o seu jogo político. O locutor foi uma pessoa escolhida por um apadrinhamento e o mesmo trabalhava de acordo com os ditames do prefeito local. Ou seja, tudo que passava na difusora passava por uma espécie de censura, alguns artigos nos incitam a pensar assim, quando confirmadas algumas situações quando seu Osvaldo afirma em depoimento que “não era todo

com o prefeito, claro que o prefeito estava administrando a prefeitura e oficialmente ele era o representante do povo, por isso é que mesmo de acordo com interesses próprios também teria que fazer valer alguns dos interesses coletivos. Essa prática da difusora ser administrada pela prefeitura permaneceu nos anos seguintes nas administrações dos prefeitos que sucederam Antonio Leal. Manteve-se o controle do que poderia ou não ser apresentado na difusora e o locutor oficial tornou-se um funcionário da prefeitura e por muitos anos permaneceu assim até se aposentar.

Percebe-se nitidamente uma vontade e tentativa de organização no sentido de não haver ofensa moral quando nos deparamos com o 7º artigo da Lei, que proíbe ofensas morais e tudo aquilo que venha atentar aos bons costumes da cidade. Moral e bons costumes mereciam extrema atenção da parte do legislador local. Assim, palavras de baixo calão ou frases de duplo sentido, contrários ao sistema político e ou religiosos⁵⁰, eram delitos graves que poderiam marcar o indivíduo como pervertido, imoral e sem caráter.

Tendo começado a funcionar já na década de 1950, esse empreendimento fez com que a cidade contasse com mais um artefato moderno. De acordo com as palavras do Sr. Osvaldo de Lima

“A difusora é da década de 1950, o locutor oficial desde o início era Pedro Leovelgido. Nessa difusora passavam programas de músicas, anúncios de comércio, passavam cantores da região, muitos com seus violões. As pessoas iam cantar músicas românticas, dedicavam as suas amadas, a seus familiares, recitavam poesias. Eu ainda não era muito dedicado à poesia não, mas gostava de tocar um violão, já meu irmão também gostava de tocar e ele tocava na difusora, se apresentava lá na difusora”. (entrevista realizada com seu Osvaldo de Lima em janeiro de 2012).

O equipamento era gerenciado pela prefeitura que tinha o prefeito Antonio Leal como a figura que queria não só manter o controle social e moral como mundo que podia recitar, cantar, tocar e falar qualquer coisa não as pessoas iam para ali, mas tinha que ter o respeito, esse negócio de palavrão e outras palavras feias não eram permitidas.” (entrevista realizada em janeiro de 2011).

50 A cidade era muito ligada ao cristianismo Católico e nessa época existiam padres rigorosos por toda a Paraíba. Em Alagoa Nova, por exemplo, tinha a figura do padre Borges que procurava exercer seu poder local como representante da religião e procurava repreender aqueles que ofendiam a moral e os bons costumes.

também utilizar deste espaço para a divulgação das suas ditas benfeitorias. No período era muito comum nomear pessoas para os cargos a exercer no município, cargos destinados a pessoas que tinham certa proximidade política com as autoridades locais e, dessa forma, não era qualquer um que ocupava tais cargos. Dessa forma assume Pedro Leovegildo, o locutor oficial da Difusora Municipal.

A VOZ DO POVO: PEDRO O LOCUTOR

Pedro Leovegildo nasceu no dia 26 de fevereiro de 1921 e faleceu no ano de 1998. Nasceu em um período da história da cidade onde as marcas do viver moderno começavam a se anunciar. Se estivesse vivo talvez pudesse informar sobre a experiência do trem e da luz elétrica inaugurada na década de seu nascimento. Conviveu com todas estas transformações e, na medida do possível, sempre foi uma figura que se destacava dentre seus irmãos, sempre despojado para a época. Foi considerado um menino traquinas e brincalhão, características que levou para a sua juventude e fase adulta. Conta seu filho que nos momentos íntimos com ele e seus irmãos, o pai de vez em quando contava suas traquinagens, que ia desde mexer com as meninas na igreja dos “crentes”⁵¹ amarrando cadarços de sapatos e saias das moças, levando as mesmas a caírem fazendo aquela bagunça, a tentar agarrar as meninas na igreja. Isso ele levou para o resto de sua vida, o lado extrovertido que muitas vezes podia não agradar a alguns.

Entrou na profissão de locutor da difusora por conta de uma insatisfação com o pai. Em uma entrevista realizada com Erivam de Aquino, filho de Pedro Leovegildo, o informante assegura que seu avô era um funcionário da prefeitura de Alagoa Nova, e por ser um funcionário público fiscal do município teve sua força perante algumas decisões. Exercendo certa influência junto aos mandatários locais, conseguiu empregar seu outro filho, irmão de Pedro, o que levou este último a ficar insatisfeito com a situação, razão pela qual começou a ameaçar o pai em deixar a cidade. É que o mesmo se achava o braço direito do pai e ficou chateado por que o

51 Pedro era de uma família tradicional do protestantismo. Como em Alagoa Nova e em todo o país também conhecidos simplesmente por crentes. Ele cresceu junto às doutrinas cristã evangélica protestante, mas isso não impediu que se tornasse uma figura meio que ovelha desgarrada pelo fato de nunca ser tão devoto. Ele gostava mesmo era de brincar, de mexer com as meninas e quando foi ficando mais velho também era metido a namorador.

mesmo empregou seu irmão e não ele, insatisfação explicada anos depois quando seu pai revelou que o queria próximo dele para tomar conta das propriedades que a família possuía. Como ele tinha plena confiança no filho, achava que se o mesmo fosse empregado o perderia, algo que aconteceu logo depois quando da primeira vez que Pedro assumiu a direção da difusora sendo o locutor oficial, onde permaneceu até a década de 1980.

Não era um profissional formado para o meio das comunicações, tinha apenas o primário no currículo, mas indiscutivelmente adquiriu um talento para o negócio, e em quase todos os dias fazia a abertura dos seus trabalhos com a seguinte vinheta: “Senhoras e senhores ouvintes, boa noite, com esse prefixo musical entra no ar a PRH3 amplificadora municipal de Alagoa Nova levando para os ouvintes músicas, notícias e utilidades públicas aos quatro cantos do município.” (entrevista realizada com Erivam, no mês de agosto 2011).

A difusora do início da década de 1950 funcionou por muitos anos levando notícias às artérias da cidade, gerando tamanha expectativa na população que muitas pessoas chegavam a juntar as cadeiras nas calçadas para ouvir o que havia de novo nesse noticiário. O locutor procurava manter a população informada, se informando por sua vez através de rádio e jornais que eram adquiridos em outras cidades. Dessa forma, como ainda eram poucas as pessoas que possuíam aparelhos de rádio, a maioria da população ficava esperando o Sr. Pedro entrar no ar para saber dos últimos acontecimentos no restante do Brasil.

Se na década de 1920, quando da instalação da luz elétrica, as calçadas se tornaram um espaço da sociabilidade, o mesmo ocorre com a difusora, as pessoas continuam se juntando nas calçadas onde ali naquele espaço podem colocar as fofocas em dia, instigadas pelas notícias aí veiculadas. Moças e rapazes oferecendo músicas para os seus paqueras, gerando todo um clima romântico com a difusora servindo de estímulo ao universo afetivo alagoanovense.

Enfim, a difusora prestava serviços muito importantes à sociedade alagoanovense: as notícias de falecimento, de missas e eventos religiosos. A festa da padroeira, por exemplo, era um deles, considerado na época como um dos mais importantes eventos do município, tinha uma cobertura antes e durante toda a festa. Os anúncios eram referentes ao que ia acontecer, missas e novenas, leilões, divulgações das atrações e também de utilidade pública.

Conta Erivam em entrevista, rememorando casos contados pelo pai, que num dia de festa de padroeira, uma criança se perdeu dos pais, lembrem que a cidade não era tão grande, mas era que nos dias de festa da padroeira as ruas ficavam lotadas ao ponto de se ter dificuldades em encontrar alguma pessoa, provavelmente entretida com algum dos brinquedos do parque de diversão. Os pais, naquela angústia de tanto procurarem e não a encontrarem, tiveram a ideia de fazer o chamado pela difusora, comunicando o desaparecimento da criança. Bastaram alguns instantes de anúncios, dizendo as características da criança, para a mesma ser encontrada. Bastante contente, o pai da criança falou “danadinho essa difusora, todo mundo procurando e não encontrou, bastou à difusora falar e o menino foi encontrado”. (entrevista realizada com Erivam no mês de agosto de 2011).

Foram muitos os serviços prestados por esta difusora à cidade de Alagoa Nova. Num momento em que a dificuldade nos meios de comunicação era grande, a mesma desempenhou um papel muito importante neste setor. Mesmo que o locutor não fosse uma pessoa formada na área, ele se empenhava em manter a difusora no ar. Tornou-se um funcionário da prefeitura e, dessa forma, teria que seguir suas normas, ou seja, muito embora existisse um documento que dava direito ao público utilizar o equipamento, o mesmo sofria um severo controle, onde poucos poderiam falar. E da mesma forma o senhor Pedro também não podia colocar tudo o que queria, teria que colocar no ar principalmente aquilo que interessava aos gestores municipais, ou mais diretamente ao prefeito Antonio Leal na época.

Narra o entrevistado que já em décadas posteriores à inauguração da difusora eles tinham muitas dificuldades em manter tudo àquilo em ordem, era um espaço pequeno, mas requeria recursos e, muitas vezes, a prefeitura não investia, não colaborava o suficiente. Ele conta que em muitos casos ele, seu pai e seus irmãos se esforçavam muito para mantê-la funcionando. Conta ainda que conseguiram montar e organizar uma quantidade bastante considerável de compactos de músicas de sucesso na época. Como sua família sempre esteve ligada ao campo e seu pai tinha a herança dos pais, a propriedade era dele e dos irmãos. Sendo assim Erivam juntava castanhas, para vender e poder comprar os compactos de sucesso na época. Às vezes, as músicas do compacto faziam tanto sucesso que em poucos dias eles tiravam o dinheiro do mesmo. (entrevista realizada com Erivam no mês de agosto de 2011)

Apesar de a difusora ser um bem público, isso não impedia que o Sr. Pedro e seus filhos tirassem alguma vantagem para benefício próprio e para a própria difusora,

sabemos que a mesma foi concedida através de uma lei municipal, assim como a aprovação da compra dos equipamentos para a montagem de tal empreendimento, e o pagamento do funcionário que a administrava. Porém, eles conseguiam uma pequena renda fazendo alguns serviços particulares, a exemplo da grande procura de músicas, os sucessos que saíam na época, e eles tinham a oportunidade de receber para que elas pudessem ser tocadas na difusora.

Na Paraíba, a exemplo de Patos, no ano de 1930 já existia uma difusora que pertencia a um particular, Sinfrônio de Azevedo e que depois a mesma foi vendida a Manoel Cabral da Nóbrega, conhecido na cidade por Mané Lino. Percebemos que a difusora de Patos é um bem particular desvinculado do poder público, ao contrário da difusora de Alagoa Nova que é extremamente ligada ao poder público como assinalamos anteriormente.

Na leitura do autor Josinaldo, percebemos que existia uma forte ligação do fornecimento de energia elétrica a motor pelo fato de a difusora ligar no horário em que as luzes da cidade eram ligadas e só parava de funcionar quando a mesma apagava, por isso é inegável que um empreendimento estivesse ligado ao outro.

Na cidade de Alagoa Nova esse tipo de experiência também se assemelhava, muito embora se tenha levado mais tempo para que fosse adquirida uma difusora para a cidade quando comparada com a difusora de Patos. É inegável que mesmo que 30 anos separem o início do fornecimento da energia a motor e a inauguração da difusora na cidade, foi a chegada da energia que proporcionou benefícios para os moradores, ao contribuir com a ligação dos equipamentos da difusora.

Os moradores mais antigos, como no caso de seu Osvaldo, afirmam que para a cidade foi um bem muito grande ter adquirido a difusora, por ela ter passado a receber notícias de todo o mundo. A difusora movimentou vários setores da sociedade, gerando impacto no dia a dia dos moradores. Todos os dias a expectativa era grande em baixo dos postes onde foram instalados os vários alto-falantes, nos variados cantos da cidade, onde as pessoas ficavam à espera de notícias.

Ela também gerava reclamações por parte de alguns moradores que reclamavam do volume alto, outros reclamavam porque não podiam fazer reclamações da administração local, outros porque não tinham oportunidade de cantar ou declamar poesias, e alguns reclamavam das músicas que se ouvia na difusora.

Na década de 1960, o Brasil entra em um período bastante conturbado devido à ditadura militar iniciada no ano de 1964, a partir desse momento o que acontecia na capital brasileira acabava refletindo em outros estados. Se na capital começava uma década de censura e perseguição por parte dos militares, na Paraíba o mesmo acontecia, não de forma

tão contundente como fora no Rio de Janeiro, mas as imposições eram presentes no campo político. Portanto, cidades pequenas sofriam os impactos do sistema de governo da época.

Nesta década o sistema de comunicação ainda era precário, mas isso não impedia de alguns moradores, estudiosos, pessoas ligadas a movimentos sociais e religiosos tomarem conhecimento do que acontecia no país e, sendo assim, se colocarem contrários a alguns desmandos em nome do regime. Existia uma tentativa por parte de algumas pessoas em fazerem isso na difusora, entretanto como já foi dito pelo Sr. Osvaldo em entrevista, “nem todos podiam usar deste espaço, se tinha um controle, ninguém podia ir ali falar besteira não, alguns até que queriam, mas não era permitido. No tempo da ditadura é que ninguém falava muito”⁵². Ele ainda falou que no tempo da ditadura já na década de 1970, a mesma ficou um tempo desativada, voltando a funcionar até a década de 1980 quando alguns jovens da cidade passaram a assumir os trabalhos na difusora.

CAPITULO II

MORAR E VIVER NA CIDADE DE ALAGOA NOVA DOS CÓDIGOS DE POSTURA

52 LIMA, 2011

No capítulo anterior pudemos ver uma cidade em sintonia com o moderno, dessa forma volto a lembrar ao leitor que a intenção deste trabalho não é mostrar que a cidade de Alagoa Nova, dos anos de 1920 a 1960, é uma cidade moderna se seguirmos os parâmetros utilizados para as cidades grandes. Não, a nossa intenção é mostrar que ela é moderna de acordo com o que de novo vai se apresentando na cidade, mesmo que seja moderna só porque adquiriu um equipamento ou outro. Dessa maneira, passamos para o leitor que mesmo não sendo uma grande cidade, deixa de estar inserida no contexto de mudanças que se apresentam em quase todo o país e, deste modo, a cidade é moderna por estar em sintonia com as mudanças e conquistas materiais de centros urbanos mais avançados em número de pessoas e desenvolvimento.

Ainda que não portasse um ritmo frenético acompanhamos o desenvolvimento desse pequeno aglomerado urbano. As experiências de Alagoa Nova com os símbolos do moderno são tão importantes quanto às que aconteciam em Campina Grande, Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo. Quando pensamos na História do Brasil tomamos esses grandes centros como referências do que acontecia no país como um todo, dessa forma talvez nunca ouvíssemos falar de tais experiências em cidades pequenas como é o caso de Alagoa Nova.

A abertura deste leque historiográfico nos permite hoje falarmos de Alagoa Novae, sendo assim, procuramos fazer esta ligação com o que acontecia fora deste universo alagoanovense e perceber que o que acontecia no restante do país também podia acontecer nesta cidade. Por isso, se Alagoa Nova estava tendo contato com estes ícones do moderno, passemos, a partir deste momento a observar como é que os alagoanovenses viviam, como é que eles moravam, quais as suas relações com os mais diversos aspectos pertencentes a este universo urbano, isto é, quais eram as conveniências urbanas que deviam seguir para morar e viver na cidade em questão.

O ano é o de 1949, mesmo ano em que foi instalada a difusora, estudada acima. Nada referida acima foi elaborado o Código de Postura Municipal da cidade de Alagoa Nova. De acordo com o Art. 142 deste código, o mesmo entraria em vigor, na data de sua publicação no órgão Oficial do Estado.

Assinaram a aprovação deste código no dia 22 de julho de 1949 os seguintes representantes do povo: Clementino Cavalcante Leite, Presidente da Câmara; Oscar Veloso Freire, vice-presidente; Alfredo Cavalcante de Andrade, 1º secretário; Manoel Pereira da Cunha assinou substituindo o 2º secretário, José Rodrigues Coura; os seguintes senhores Severino Itamar; Manoel Felix da Costa; Joaquim Francisco de Medeiros; o então prefeito Antonio Leal da Fonseca e o seu secretário José Casado de Oliveira.

“Prefeitura Municipal de Alagoa Nova, Estado da Paraíba, lei N° 7. O prefeito constitucional de Alagoa Nova faz saber que a Câmara Municipal de Alagoa Nova decreta e eu promulgo a seguinte lei: Código das posturas municipais de Alagoa Nova”.⁵³

O código, no seu art. 1º, estabelece: “o Município de Alagoa Nova, do Estado da Paraíba do Norte, que tem por sede a cidade do mesmo nome, reger-se-á por este código e as leis que adotar, nos limites de sua competência, obedecendo aos preceitos da Constituição da República do Estado, a Lei Orgânica dos Municípios e as Leis Federais e Estaduais”⁵⁴. O código é um documento não muito extenso, que se torna uma lei municipal pelo qual os moradores desta cidade deveriam se orientar. Trata-se de determinações que permitem aos gestores uma tentativa de organização do município, no sentido de manter um ordenamento em vários setores indispensáveis ao bem comum. Uma coisa curiosa notada ao longo das entrevistas foi que somente o Sr. Alípio Bezerra e o Sr. Aluizio Vieira, dentre os entrevistados, tinham conhecimento desse documento, talvez pelo fato de terem suas vidas ligadas à política local.

Neste código é possível encontrarmos leis que tratavam, por exemplo, do ordenamento urbano, onde as casas teriam que manter um padrão, seguir normas para que as devidas construções não fugissem a um padrão determinado de modelo arquitetônico, existindo um item direcionado às edificações e reedificações.

”Art. 22 – As construções das casas térreas, tanto na cidade como nas vilas, obedecerão às seguintes normas:

- a- Da soleira ao respaldo, terão, pelo menos quatro (40) metros;
- b- As portas, quer de casas residenciais, quer de armazém, ou casa comercial, terão altura mínima de dois e sessenta (2m, 60) ou noventa (90) cent. De largura respectivamente, podendo adotar a altura de três (3m) para as portas de armazém ou casa comercial;

⁵³ Queria deixar claro que fomos informados, na Câmara Municipal de Alagoa Nova, que existia um documento semelhante referente há anos anteriores, no entanto, pela má conservação e manutenção dos documentos municipais, o mesmo já não mais foi possível de ser encontrado. Portanto, o que nos restou foi este documento que estava jogado no meio de um monte de papel velho “sem importância”, como afirmou o funcionário, eis aí que nos deparamos com este documento, a partir do qual nos foi possível indagar alguns moradores da cidade para ver se o que era proposto em lei teria realmente acontecido. Não nos deteremos a todos os artigos do código, apenas tomaremos alguns como suporte para que possamos compreender como viviam os moradores de acordo com o que se planejava para a cidade.

⁵⁴ Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

- c- As janelas se elevarão, desde a distância de um (1) metro da soleira, até o nível superior das portas, observando a mesma largura destas;
- d- As soleiras terão, no mínimo, dez centímetros (0,10) acima do meio fio;
- e- As construções que formarem ângulos nas ruas ou praças, deverão ter duas frentes, uma para cada lado;
- f- As calçadas dos prédios, no alinhamento das ruas principais da cidade e das vilas, serão de cimento e uniformizadas, obedecendo a largura determinada pela prefeitura;
- g- Na cidade e nas vilas, a largura da calçada será determinada pela fixação do meio fio.⁵⁵

Ao todo são dezesseis artigos destinados ao item edificações e reedificações. Dessa forma de acordo com o que estava dito neste item do código, a cidade buscava se modernizar. Mas isso não indicava que as mudanças tivessem ocorrido com êxitos em toda a cidade, na verdade existiam muitas edificações fora dos padrões exigidos pelo código.

Ainda é possível encontrarmos leis que proibiram determinadas ações dos moradores assim como também aquelas que puniam aos que fugiam dos padrões morais e éticos. Assim, a lei dispensava cuidados relacionados à saúde e higiene pública, à segurança e tranquilidade pública, da ofensa moral e aos bons costumes, das conveniências urbanas e outros. Era um conjunto de normas que se complementavam no sentido de fazer com que se tivesse uma melhor comodidade e ordenação no perímetro urbano.

Seguindo esta perspectiva de moralização e ordenação, o capítulo trata desta tentativa de moralização e mudanças no sentido de fazer com que a cidade parecesse organizada. A cidade estava se modernizando e passava por algumas mudanças no sentido de ordenar e disciplinar a vida de seus moradores. Dessa forma, procuramos mostrar a reação das pessoas a essa tentativa de disciplinarização. Mesmo não admitindo determinadas leis, se colocando contrários ou até não dando a mínima para tais exigências legais, as pessoas teriam que perceber que para tornar-se uma cidade “civilizada”, elas teriam que seguir determinadas normas que passavam pelos cuidados referidos acima.

Quando procuramos focalizar a pretensão dos administradores municipais no sentido de buscar um ordenamento e uma disciplinarização da vida dos moradores no seu dia a dia, interferindo no cotidiano dessas pessoas, podemos perceber que existia um grupo dominante que tinha o poder de impor a esta sociedade uma determinada forma de se viver e ver a cidade, que procuravam nomear e definir os lugares da gente comum. De acordo com Certeau, os populares muitas vezes não

55 Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

costumam se definir como tal, às vezes eles incorporam alguns valores e conceitos que são oriundos de uma elite, de um grupo hegemônico e assim conseguem se diferenciar ou se assemelhar aos grupos hegemônicos. Dessa forma, esses grupos conseguem se sobressair diante das classes dominantes. Muitas coisas que eram determinadas em Alagoa Nova para que houvesse uma mudança nem sempre aconteciam porque as pessoas insistiam no jeito em que faziam anteriormente.

Surgia na cidade uma preocupação com relação à saúde pública e que, apesar de se fazerem necessárias algumas mudanças, muitas práticas antigas vão permanecer não só pela falta de estrutura e sim pela resistência de alguns em manter viva a sua crença em determinadas práticas, a exemplo dos cuidados com as doenças e os doentes.

A partir dos discursos médicos, vê-se, que outros discursos sobre o social foram influenciados e que esse pensamento médico passou a orientar algumas práticas urbanas. Portanto, o saber médico, através do discurso médico, tenta explicar e ao mesmo tempo tratar dos males que assolam o organismo humano, mas também os da sociedade, dessa forma a organização do espaço urbano transforma-se em função do discurso médico higienista.

O mesmo vinha fornecendo os elementos ideológicos que justificavam as intervenções e reorganizações urbanas, que eram operadas e, sendo assim, transformadas as cidades.

De acordo com Maria Clélia, a cidade passa a ser tratada como um corpo humano e para ser comparada como tal, é preciso que a mesma tenha os cuidados necessários para que possa se manter viva, é preciso cuidar de cada órgão, ou seja, de cada artéria principal para que se possam fazer os diagnósticos para perceber os males que destroem a cidade. É preciso cuidar da cidade como quem cuida do corpo, às vezes é preciso realizar cirurgias radicais para que, aquilo que é denominado de mal, seja extirpado. Mas assim como o corpo humano, em muitos casos o que é chamado de mal já tem tomado conta de outras partes do corpo e, sendo assim, os problemas acabam se deslocando de um lugar para o outro⁵⁶. Através do discurso médico se tenta explicar e ao mesmo tempo tratar dos males que assolam o organismo humano, mas também os da sociedade, dessa forma a organização do espaço urbano transforma-se em função do discurso médico higienista, como já foi citado anteriormente..

56 Costa, 2002.

DA SAÚDE PÚBLICA NOS ANOS DE 1930/1940

Cidade que pretendia ser moderna à época tinha que parecer cidade limpa e educada, os moradores desta passavam a ser vigiados nos simples gestos que pudessem fugir ao controle social. Existia uma preocupação em manter a ordem e foram criados recursos com vistas a mudanças importantes. Quando no ano de 1936 houve a preocupação em construir um mictório público, entendemos assim que existia uma preocupação com a limpeza pública, um cuidado com a higiene, uma postura moderna, um cuidado em se ter um ambiente limpo e longe do mau cheiro que exalava das urinas que eram feitas pelas redondezas das ruas centrais, algo muito feio para uma cidade que buscava mudar o seu aspecto e os seus maus costumes. A fedentina era inconcebível, as pessoas não aguentavam o mau cheiro, portanto cabia aos representantes fazer com que esse mal não mais se fizesse presente nas proximidades do centro urbano. Uma espécie de pedagogia dos sentidos em termos dos odores aceitos por certos narizes sensíveis⁵⁷.

Mais uma vez vimos à presença do Padre João Honório de Mello, aquele que reclamava do problema da luz que era desligada cedo demais, prejudicando o povo. João apresentou na Câmara Municipal, “em nome do vereador Valdevino Benigno da Rocha, o projeto sobre a construção de um mictório público e que a falta do mesmo diz muito mal de nosso meio”⁵⁸.

A construção de um mictório se tornava importante, pois era a perspectiva dos gestores de manter a cidade limpa com base em discursos higienistas que pairavam sobre a sociedade. Esses discursos tão importantes fizeram com que se pensasse em limpeza pública, logo era anti-higiênico, para não falar em comportamento antissocial, pessoas urinarem nas ruas, e para que a cidade não permanecesse com essa falta de higiene, de acordo com o projeto do vereador Valdevino, foi aprovada a construção do mictório público.

A construção do mictório não impediu que as pessoas continuassem a urinar nas redondezas das ruas centrais, contribuindo para que se exalasse uma fedentina

57 No trabalho de Alain Corbin podemos ver que a partir da segunda metade do século XVIII, acontece uma revolução olfativa. Os cheiros passam a ser analisados e os maus odores que aparentemente eram tolerados, passam a ser classificados como insuportáveis. Esse mau cheiro é considerado o causador da proliferação das doenças e dessa forma surge uma preocupação de desodorizar e limpar as cidades. (CORBIN, 1987).

58 Livro de Ata da Câmara Municipal de Alagoa Nova, 15 de dezembro de 1936.

inconcebível. Quando das noites de festas esse fedor aumentava por conta da quantidade maior de pessoas que frequentavam as ruas centrais.

A Senhora Josefa Deodata afirma que mesmo na década de 1950 essa prática de urinar nas pontas de rua ainda permanecia

“Quando tinha festa, era muita gente na rua. Principalmente quando era festa da padroeira, no São João e as festas de fim de ano. Essas eram as melhores festas da cidade, ai viu né, muita gente e pouco banheiro, só tinha um banheirinho no mercado velho, ai muita gente fazia nos becos mesmo, amanhecia aquele fedor.”(entrevista realizada no mês de janeiro de 2012).

Os discursos higienistas foram essenciais para que muitas cidades do Brasil no início do século XX pudessem passar por inúmeras transformações⁵⁹. O Rio de Janeiro foi marcado pela Revolta da Vacina devido a medidas implantadas por médicos sanitaristas. Medidas seriamente contestadas, mas que foram fundamentais, de acordo com certo projeto civilizador, para que o país desse largo passo em direção a um controle melhor das epidemias que acometiam as cidades brasileiras.

Na época, Pereira Passos governava o Rio onde instaurou-se uma verdadeira guerra contra os cortiços que se tornaram alvos ferrenhos dos sanitaristas. Segundo os higienistas da época, nos cortiços estavam os males que prejudicavam a sociedade carioca, iam das doenças que se proliferavam com facilidade pelas péssimas condições de higiene, como também pela aglomeração de várias pessoas em espaços pequenos, contribuindo para que as condições de vida fossem prejudicadas. Os mesmos ainda acreditavam que, nestes lugares, também estavam as pessoas que sujavam, roubavam e prejudicavam os cariocas, não se pode negar, no entanto, que também moravam pessoas direitas que só viviam ali porque não tinham condições de irem para outros lugares. O discurso higienista generalizava, colocando todas as pessoas como o mal a ser retirado, a ser deslocado de um lugar para outro sem que houvesse uma solução de moradia para aqueles que eram deslocados.

59 No final do século XIX, instaurou-se no Rio de Janeiro, uma verdadeira operação de guerra contra os cortiços cariocas, o exemplo maior dessa guerra foi a investida ao Cabeça de porco, um dos maiores cortiços carioca. Foi criado todo um conjunto de aparatos com base nas autoridades higienistas para por fim ao mal indesejado. Fazendo uma alusão à mitologia grega o Cabeça de Porco era a cabeça da medusa, deveria ser cortada. Era preciso purificar a cidade da imundície, era o local dos indesejados, da classe perigosa.

Em Alagoa Nova, no caso, não existiu esse tipo de situação, pelo fato de a saúde local ser muito precária, não tinha o tamanho dos problemas que o Rio de Janeiro enfrentava, principalmente com relação aos cortiços. Não existia esse tipo de moradia na cidade, ainda que existissem moradias precárias, em locais com situação também de precariedade. Ademais, os recursos de Alagoa Nova eram poucos e no setor da saúde a cidade não dispunha, entre os anos 1920 e 1960, um sistema de saúde possível de atender a todos os cidadãos de forma segura e eficaz. Existiam sim pequenos postos de saúde ao longo desses anos com a presença insuficiente de alguns médicos. Quando alguém apresentava casos mais graves e essas pessoas podiam, iam ser atendidas em outras cidades, no caso Campina Grande que era uma localidade que tinha mais recursos e uma presença maior de médicos.

Na maioria das vezes, ainda no início do século XX, alguns médicos vinham clinicar em Alagoa Nova, atendendo a chamados, a exemplo do Dr. Luiz Galdino de Sales, que clinicava em Guarabira, mas quando estava de passagem por Alagoa Nova visitando alguns parentes, o mesmo consultava alguns doentes na cidade. “Clinicava em Lagôa Grande, em 1914, o Dr. Francisco Lima Filho, que atendia chamados para localidades próximas. Veio nessa época a Alagoa Nova, a chamado, para medicar Graciano Esperidião Fernandes que apresentava uma síndrome de paralisia ascendente, tipo Landri. O prognóstico do caso era sombrio e o paciente veio a falecer ainda bastante moço”. (SALES. 1990. P. 143).

Nesse período, eram comuns casos de epidemias pela cidade, como a epidemia de gripe espanhola que levou muitas pessoas à morte entre os anos de 1918 e 1919. Tratou-se de uma violenta epidemia, onde os casos se sucediam e, para atender os pacientes, apenas o farmacêutico Prático Honório Ataíde para aplicar as fórmulas que eram por ele manipuladas⁶⁰.

A Prática do curandeirismo era muito comum entre as pessoas nas cidades paraibanas de então. Desde a época do Império usavam-se métodos de cura à margem da medicina oficial. Portanto, produzir remédios à base de ervas e algumas misturas meio que estranhas transformava a terapêutica bastante fantástica. Muitas dessas tradições já vinham desde a época do período colonial e conseguiam se perpetuar ao longo dos tempos pelo fato de em alguns casos a mistura ter dado certo, seja por sorte mesmo ou pela eficácia do remédio. O que importava era que muita coisa acabava dando certo. Eis aqui algumas dessas mirabolantes misturas dessa fantástica medicina:

“Chá de barata contra asma, chá de excremento de cachorro contra sarampo, chá de grilo para fazer menino falar, urina de vaca preta com leite

60 SALES, 1990. P.143

cru para tuberculose, terra de cemitério para ulcera, bosta de cavalo em pó para feridas, fato de ovelha preta na cabeça para segurar o juízo, purgante de jalapa para estopor, aguardente com café para cólera, garrafadas para quase tudo, menos para cegueira da gota serena, rezas para mal encausado, espinhela caída, sol na cabeça, quebrado e coisa feita...” (O, Alarcon Agra do. In. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultura. 2003).

Em Alagoa Nova, as práticas de cura também se utilizavam de recursos importantes para a cura de algumas enfermidades mais graves, assim como algumas técnicas que serviam para atender as pessoas desde o seu nascimento. Na época estudada, era comum o uso de ervas para fazer lambedores para curar tosse, gripe e resfriado, garrafadas que curavam quase todo tipo de enfermidade assim como o auxílio das parteiras para ajudarem no nascimento das crianças, todas sem diploma, mas isso não era o suficiente para impedir que elas cuidassem dos nascimentos dos alagoanovenses. Quando a criança nascia, de acordo com Dona Elivete Alves

“para cair o umbigo da criança o tratamento era colocar o sarro de cachimbo, nessa época se fumava muito cachimbo, daí as mulheres tiravam esse sarro e passavam no umbigo da criança”. (Entrevista com Elivete Alves em dezembro de 2011).

O Sr. José Amaro da Silva diz:

“foram muitas crianças que tiveram seus umbigos cortados por essas parteiras, todos tratados de forma que os remédios eram feitos de mato, ou sarro de cachimbo. Tinha muitas mulheres que botavam terra quente da réstia do sol, raspavam no chão e colocavam no umbigo da criança para sarar. O meu umbigo ainda é preto eu acho que foi daquela terra, raspava a terrinha e botava em cima para ficar bom e ficava mesmo, ninguém nunca sofreu do umbigo. Quando o povo sofria de coqueluche, uma gripe forte que o camarada ficava vermelho, só curava com cebola branca, se tinha bexiga braba ia para a palha de bananeira, tomava banho de álcool, cachaça, para poder curar”. (Entrevista com José Amaro da Silva. Dezembro de 2011).

No ano de 1920, ano em que começou a construção da abertura da linha de trem, as denominadas estradas de penetração contribuíram para que alguns ambulatórios fossem construídos para atender aos funcionários da obra e, conseqüentemente, alguns moradores também usufruíam do mesmo recurso. “Um posto foi localizado em Alagoa Nova, mas de existência passageira, pois em 1922 cessaram as atividades da prestimosa unidade. Nessa oportunidade, prestou serviços médicos, em Alagoa Nova, o Dr. Otavio Gonçalves Oliveira. Foi o primeiro médico a residir e clinicar na então Vila de Alagoa Nova”. (SALES. 1990).

Percebemos que as dificuldades em relação à presença de médicos eram grandes e as pessoas na época já sentiam a falta de tais profissionais da saúde. Os próprios médicos daquele tempo também faziam este tipo de observação. Segundo Borges, “Não escapou ao Dr. Otavio a observação de que a ausência de médicos nas localidades interioranas levava os práticos da farmácia a suprir essas deficiências”. Foram alguns farmacêuticos que por muitos anos fizeram às vezes dos médicos em Alagoa Nova, essas pessoas contribuíram para que várias doenças fossem curadas através de tratamentos, muitas vezes, não especializados, a exemplo de mulheres auxiliadas na hora do parto. Assim, ao mesmo tempo, que a cidade passava a conviver com alguns ícones do moderno, a mesma sofria para manter seus moradores vivos, quando eles eram acometidos de algumas doenças graves.

Convivia também com fortes tradições herdadas quando o assunto era a saúde de seus moradores. A título de exemplo Honório Ataíde, um proprietário de farmácia, foi muito importante no sentido de não só vender os medicamentos, mas de servir como o médico da cidade sem o ser. “Guarda-se memória da imponência e pimponice com que, nos intervalos de sua fabricação modesta de vinho de caju e jabuticaba, atendia aos chamados que lhe eram formulados por sitiantes de Alagoa Nova e circunvizinhança e de como o cavalgar rumoroso e triunfal, em autêntica promoção, lá se ia o “Dr. Honório” atender de urgência uma parturiente em apuros”. (SALES. 1990).

No início da década de 1930, a cidade passou finalmente a ter um médico residente na cidade e que montou um consultório depois de formado em 1930. Foi o Dr. Alfredo Candóia, ou simplesmente Dr. Candóia, foi o primeiro médico a enfrentar a problemática e as dificuldades num meio pobre e de limitadas possibilidades. Adquiriu experiência, prestou bons serviços à população e se casou com Cirene Caldas de Oliveira, no ano de 1932, era um descendente de Teodósio de Oliveira Ledo, o qual veio passar férias em Alagoa Nova antes de se formar e assim passou a atender alguns pacientes. E logo que se formou achou que poderia lhe ser bom montar o consultório e assim o fez. Mas infelizmente

para a população, em 1932, depois de seu casamento, montou residência em Areia e definitivamente a cidade voltou a ficar sem um médico por um ano. “Em 1933 instalou consultório o Dr. Clovis Baracuhy. Criatura humana de destacadas qualidades, estudioso de medicina regional, Clóvis Baracuhy formou conceito, adquiriu confiança e já residente em Alagoa Grande, sempre atendia chamados de sua vasta clientela da vila”. (SALES, 1990).

Notamos o exemplo desses dois médicos que procuraram viver na cidade. Porém, tendo em vista dificuldades financeiras, tornou-se quase impossível que algum deles conseguisse viver nesta cidade somente às custas do seu trabalho como médico. Apesar de a vila de Alagoa Nova passar por algumas mudanças que indicam modernização, a cidade não avançava quando o assunto era saúde pública. Mesmo que de vez em quando a cidade conseguisse ter um médico para atender seus pacientes, ainda não era o suficiente para a demanda local.

O fato é que a maioria dos alagoanovenses eram pessoas com poucas condições e os poucos que tinham procuravam logo Campina para o atendimento especializado, restavam para Alagoa Nova os casos menos difíceis junto a algumas consultas. Dessa forma, para um médico manter um consultório não era muito viável.

No ano de 1938, por exemplo, chegou à cidade o recém formado José Borges de Sales para montar seu consultório, vinha mantendo bons negócios, constantes atendimentos, realizava consultas, atendia nas casas das pessoas, parecendo que o negócio ia prosperar. Contudo, logo em seguida chega à cidade Dr. Alceu Colaço no intuito de fazer o mesmo, mau negócio para a cidade, não existia espaço para dois, acabou a cidade ficando sem nenhum médico novamente. (SALES, 1990).

Alguma coisa de concreto, todavia, em termos de saúde pública, começa a tomar corpo na Alagoa Nova do fim dos anos 1940.

“Em 1949, durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) firmou convênio com a Diretoria de Saúde Pública do Estado para prestar assistência médica a determinados municípios da Paraíba. Propunha o plano de instalar hospitais regionais em centros populosos e ambulatorios em localidades próximas. Na distribuição das unidades, coube um Hospital Regional para Lagôa Grande e um Posto de assistência materno-infantil para Alagôa-Nova. Construído o prédio, em amplo terreno da Rua Manoel Paulino, foi instalado no dia 1º de abril de 1950. Era prefeito Antonio Leal da Fonseca”. (SALES, 1990).

Podemos afirmar que o ano de 1949 torna-se um momento significativo dessa etapa de desenvolvimento da cidade, pois, como já vimos anteriormente, neste mesmo ano começava a funcionar a difusora, levando comunicação para a cidade, criava-se o código das posturas do município, numa tentativa de fazer com que a cidade desfrutasse de algumas leis e recursos que viessem a melhorar o espaço urbano e a forma das pessoas viverem na cidade. Vai sendo criado um discurso em torno de mudanças neste setor da saúde no qual a prefeitura passara a tomar medidas que eram extremamente necessárias à defesa de uma saúde pública, em que existiria uma estreita, mas importante ligação com o posto de higiene local.

Para manter a higiene pública da cidade algumas medidas importantes passariam a fazer parte da realidade local. Muito embora como já foi dito, as pessoas mais simples de Alagoa Nova talvez desconhecessem o código, por se tratar de uma cidade pequena e não entendendo tal coisa, algumas medidas vão começando a fazer parte da realidade, e as pessoas, também pelo medo de contraírem algumas doenças graves, procuravam manter distância dos infectados. A lei dizia o seguinte no Art. 82: “as pessoas, em cujas casas houver enfermo de moléstias epidêmicas, ou contagiosas, são obrigados a comunicá-lo, imediatamente à prefeitura ou ao Posto de Higiene Local para serem tomadas as medidas profiláticas que o caso exigir”. (Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova – PB 1949).

Desse modo, na casa dos infectados deveria ter um rigoroso processo de desinfecção no intuito de fazer a limpeza e não correr o risco das doenças se espalharem. Em muitos casos era possível perceber que essas famílias que sofriam com determinadas doenças consideradas transmissíveis eram isoladas pela sociedade. As autoridades competentes, por sua vez, faziam valer sua autoridade com base no Código de 1949. A cidade passava por esse processo de mudança no setor da higiene pública com base no que acontecia em outras cidades, de certa forma muitos exemplos de cidades que buscaram ter esse cuidado com a higiene pública se faziam presentes na realidade alagoanovense.

Muitas doenças eram propiciadas pela falta de higiene por parte de alguns moradores, bem como pela falta de cuidados e prevenção, sendo assim as doenças podiam ser resultados tanto do meio físico quanto do meio social. A cidade, que já vinha enfrentado desde muitos anos a dificuldade de se ter na cidade um médico responsável para os atendimentos, convivia com a proliferação de algumas doenças, cujas vítimas, por falta de atendimento, chegavam a óbito em alguns casos. Nesse caso, se as pessoas fossem acometidas de alguma doença infectocontagiosa, tipo tuberculose, provavelmente, sem os cuidados devidos, era morte na certa.

Procuramos fazer uma análise da situação durante este período para compreender como é que algumas pessoas, a partir de suas lembranças, mostraram como era a situação dos moradores de Alagoa Nova em relação aos cuidados com relação à saúde pública. Entrevistamos moradores antigos, todos nascidos entre as décadas de 20 e 40. Tentamos extrair desses depoimentos, com base no código de postura de 1949, como esses moradores antigos viam as transformações e permanências de precariedades nesse setor da saúde pública.

A CIDADE, OS PROBLEMAS DE SAÚDE E A HIGIENE PÚBLICA NOS ANOS DE 1950

A cidade dos anos 50 ainda convivia com uma assistência de saúde bastante precária. Vimos que com a instalação do SESP no município esse setor foi aos poucos tomando rumos mais promissores para a comunidade.

Em entrevista, alguns moradores nos colocaram a par da verdadeira situação. O Sr. Osvaldo fala de algumas doenças e ele lembra que existia uma tal de “boba”, uma doença que era como uma ferida. “Essa ferida tomava conta do corpo da pessoa e ia se transformando numa coisa pior era como se ela fosse comendo a carne da pessoa, dessa forma morreu muita gente”. Alguns conseguiam se tratar, mas muitos morreram com essa doença. O entrevistado ainda narra que seu irmão teve essa doença, mas conseguiu se tratar na farmácia de Virgílio Leal, dessa forma foi curado. Mas enquanto o seu irmão conseguia o tratamento muitos outros não podiam se tratar. Quando isso acontecia, muitos vinham a óbito.

Além da “boba”, outras doenças causavam medo na população, é o caso da tuberculose e da bexiga, que faziam com que os doentes ficassem isolados do restante das pessoas. Hoje em dia doenças fáceis de tratar só que naquele período não era e até a mentalidade das pessoas era diferente. Quando se tentava uma prevenção o povo se revoltava, basta lembrarmos de algumas insatisfações ocorridas em outras cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, no início do século as pessoas se revoltaram contra a vacina obrigatória, isto no ano de 1904.

Muita gente morria assim mesmo, sem o diagnóstico. A cidade parecia estar seguindo os rumos da modernização, apesar de continuar sofrendo com a falta de uma organização melhor no setor da saúde e não podemos negar que, na medida em que leis como o Código das Posturas Municipais começavam a ganhar força nos discursos dos políticos, aos

poucos a cidade ia conseguindo superar algumas dificuldades no setor da saúde. Esse conjunto de normas voltadas para a saúde pública era dividido em três capítulos, cabendo a prefeitura o papel de tomar medidas para que o mesmo pudesse ser cumprido. Consta no Art. 81 que a “Prefeitura tomará todas as medidas necessárias à defesa da saúde pública, em estreita cooperação com o posto de higiene local” ⁶¹.

De acordo com Elivete Alves, moradora antiga da cidade, reforçando o que já foi dito, “nesta época não existia hospital, funcionava um posto de saúde que não dava total atendimento as pessoas. Existia um posto na casa que Lau⁶² morava que servia para apenas algumas consultas sendo elas mais simples, caso mais grave tinha que ser levado para Campina. Quando muito dava o diagnóstico aqui diziam que era amarelidão, pessoas que tinham vermes e doenças do coração. Só que o médico que vinha para atender o povo era de outra cidade. Não sei ao certo se ele vinha como particular ou se era contratado da prefeitura”. (Entrevista realizada com Elivete Alves, janeiro de 2012).

Assim como o Sr. Osvaldo a depoente fala da tuberculose, quando ela afirma

“era um mal hereditário que poderia passar de pai para filhos. Sendo assim, os cuidados eram redobrados, quando se sabia que uma pessoa estava com tuberculose era preciso evitá-la, os cuidados eram ainda mais redobrados quando se sabia que naquela casa tinha um tuberculoso. O isolamento era certo, o mais longe possível daquela família. Só na minha família morreram quatro pessoas num período de quatro anos, o povo tinha medo de passar perto das casas”.

O cuidado que se tinha para evitar uma proliferação desse tipo de doença era o isolamento, evitar contato para não contagiar os outros. Quando as pessoas escarravam procuravam jogar bem longe, em um lugar bem escondido, que era para ninguém manter contato com aquilo, quando se sabia o local em que se jogava o escarro ali se evitava passar.

⁶¹ Código das posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

⁶²Lau, um antigo morador, diácono da igreja católica, se tornou num homem respeitado pela sociedade alagoanovense e contribuiu muito para com os moradores da cidade. Batizou e celebrou muitos casamentos. Era, na ausência dos padres, uma segunda pessoa de renome e fortaleza.

Se fosse no tronco de alguma árvore, ninguém queria comer-lhe a fruta. Elivete conta que na zona rural, onde moravam seus familiares, tinha uma família com um tuberculoso e o povo descobriu onde a mulher jogava o pinico com o escarro do doente, “olhe ninguém comia nenhuma fruta do pé de manga que ela jogava no seu pé aquele escarro, podia ser a manga mais bonita, ninguém queria não, ali mesmo se perdia”⁶³.

Dona Inácia Matias de Albuquerque narra que seu pai, Manoel Matias de Araújo, morreu de tuberculose, ele era destilador de engenho, aquele que experimentava a cachaça. Ele se queixava que tinha pego uma gripe forte porque tinha levado umas pancadas de chuva, (tomou um sereno de chuva) saiu com o corpo quente e isso foi se agravando até ele morrer. “Eu e meus irmãos éramos pequenos e tivemos que tomar uma vacina, isso era caro, fizeram até exame de escarro, a família foi toda vigiada. Até os que estavam por fora quando tinham contato tiveram que se cuidar. Ninguém podia tossir não que as pessoas ficavam logo com medo. Eles achavam que se pegava a doença pelo vento”⁶⁴.

Existia, por assim dizer, uma preocupação com o ar que se respirava, uma vez que ele poderia estar contagiado e sendo assim as pessoas próximas dos que tossiam respirariam o mesmo ar o que ocasionaria uma contaminação. Por isso, era preciso fazer algo para combater o contágio, para desinfetar as casas e evitar que mais pessoas fossem acometidas das doenças. Para isso era preciso combater vacinando as pessoas, desinfetando as edificações e isolando os doentes. Dessa forma, observamos nos artigos seguintes, o que era proposto para que as doenças não se alastrassem tanto.

Art. 82- As pessoas, em cujas casas houver enfermo de moléstias epidêmicas ou contagiosas, são obrigadas a comunicá-lo, imediatamente à Prefeitura ou ao Posto de Higiene local, para serem tomadas as medidas profiláticas que o caso exigir;

Art. 83- A casa que estiver na situação a que se refere o artigo anterior, deverá ser rigorosamente desinfetada, por quem de direito, podendo ser interdita, conforme seu estado sanitário, e somente se lhe permitirá a ocupação, depois da devida inspeção e licença da autoridade competente;

Percebemos em algumas narrativas que as pessoas dizem não ter muito conhecimento do que era proposto pelo código, mas só o fato de saberem de tais doenças,

63 Entrevista realizada com Elivete Alves, dezembro de 2011.

64 Entrevista realizada com Inácia Matias de Albuquerque em janeiro de 2012.

fazia com tivessem os cuidados redobrados, mesmo sabendo que nem tudo aquilo que era proposto saía do papel. Era comum as pessoas se utilizarem de um instinto de defesa pelo medo que tinham de tais doenças, e aí os cuidados eram redobrados.

Sabemos que existiam muitas outras doenças que acometiam os moradores da cidade, entretanto de acordo com os depoimentos essas foram as que mais causavam desconforto. As mudanças eram necessariamente urgentes e a partir da década de 50 este cenário tenderia a mudar com a presença do SESPe do ambulatório embaixo da Igreja onde dona Sofia tomava conta com o aval de Padre Borges. Talvez tenha melhorado um pouco a situação da saúde em Alagoa Nova, o que não significava a resolução do problema.

Dona Sofia era uma parteira bastante conhecida na cidade que junto a dona Maria do Carmo, auxiliaram a vinda ao mundo de muitos alagoanovenses. Na falta de um hospital e médicos suficientes para os partos, dona Sofia ou dona Maria do Carmo estavam lá presentes, com uma bacia de água, uma toalha e muita boa vontade para ajudar as pessoas. Nessa época, a grande maioria dos partos de Alagoa Nova era feitos por essas duas mulheres. As duas trabalhavam sem nenhum aparato moderno, os medicamentos eram poucos, quando tinham medicamentos e muitos eram feitos de ervas não sendo empecilho para que essas duas mulheres realizassem com competência a delicada tarefa. De todos os entrevistados a grande maioria tiveram seus filhos em casa. Seu Osvaldo, por exemplo, afirma que todos os seus filhos foram pegos pela parteira Maria do Carmo.

Podemos ver que as práticas aqui existentes nos indicam que era preciso ter cuidados com as pessoas que moravam na cidade para que a mesma parecesse organizada e moderna. Era fundamental ter uma cidade higienizada.

Era preciso ter cuidado com essas pessoas que eram acometidas de doenças infectocontagiosas, as quais eram consideradas perigosas, conquanto ofereciam um perigo de contágio. Isto lembra aquela ideia proposta por Sidney Chalhoub⁶⁵ de que as classes perigosas do Rio de Janeiro eram as classes pobres que ofereciam perigo à ordem pública, ao contágio, os maus costumes dessas classes poderiam significar para as autoridades competentes, atitudes não condizentes com a imagem de cidade moderna.

Era preciso seguir o que o Código das Posturas Municipais propunha. Quando as famílias eram acometidas de doenças facilmente transmissíveis teriam que ficar afastadas e rigorosamente vigiadas, mesmo depois de todo um processo de tratamento, as casas deveriam passar por um processo de desinfecção, por uma devida inspeção e obter uma

65 CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial – São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

licença da autoridade competente para que pudesse ser novamente habitada. Até as pessoas que se dedicavam a tratar desses doentes deveriam ter que passar por um processo de tratamento, chegando ao ponto de não poder transitar nas ruas, só depois de uma desinfecção, conforme indica o Art. 84 do Código: “As pessoas que se encarregarem de tratamento de tais doenças, somente poderão transitar nas ruas, depois de convenientemente desinfetadas”⁶⁶.

Seguindo essa ideia de mudanças relacionadas à segurança pública voltada para o bem estar da sociedade, observamos a partir da leitura do Código, cujo Art. 87 estabelecia o que era terminantemente proibido:

- a. Conservar nos domicílios, mesmo em tratamento, gatos, cães, ou animais outros atacados de moléstias pestilentas;
- b. A venda de qualquer iguarias ou gêneros alimentícios, por intermédio de pessoas portadoras de moléstias infecto-contagiosas;
- c. Queimar lixo, substância ou detrito, nas ruas ou vias públicas, que pelo seu cheiro ou fumaça, venha incomodar ou prejudicar a população;
- d. Vender nas ruas, bolos, doce ou quaisquer iguarias que não estejam devidamente resguardadas do pó;
- e. Não conservar os aparelhos ou fossas das casas urbanas cuidadosamente limpas e higienizadas;
- f. Tiver no perímetro urbano, chiqueiros ou currais para qualquer espécie de gado, salvo nos locais previamente designados pela prefeitura;
- g. Criar suínos soltos nos lugares onde houver cacimbas, fontes ou açudes, ou que danifique lavouras.

Alguns desses itens poderiam até ser mais fáceis de seguir, mas em alguns casos essas proibições iam enfrentar uma espécie de resistência pelo fato de muitas pessoas manterem algumas dessas práticas. Era algo novo que estava passando a fazer parte desta realidade, contrastando com costumes já antigos. Portanto, para que realmente todos esses itens pudessem ser aplicados, muito estava sendo feito por parte das autoridades que procuravam através de penas ou multas punir aqueles que desobedecessem às normas do Código das Posturas Municipais.

De acordo com os itens acima, podemos perceber nos dois primeiros algo que provavelmente deveria ser mais fácil de seguir pelo fato de encontrarmos já em depoimentos anteriores, que as pessoas procuravam manter distância de quem tinha doenças contagiosas,

66 Código das Posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

quanto mais de animais infectados, esses em muitos casos eram logo mortos, principalmente quando sabia que era a raiva, dessa o povo corria léguas de medo.

Conta seu Alcides que existia aqui muito cachorro doido:

“quando esses cachorros mordiam o povo o camarada tinha que deitar logo cedo, não andava nadinha, as pessoas tinham muito medo desses cachorros, uma vez ali de frente a prefeitura um cachorro mordeu um menino, uma menina e um homem que fazia a limpeza da rua numa carroça, tiveram que ficar de repouso e não podiam comer qualquer coisa, não podiam comer carne de Peru, ai deram carne de peru ao menino e com poucos dias a doença atacou, ele fazia o mesmo grunhido do cachorro e não tinha quem tivesse coragem de entrar onde ele estava. Foi morte na certa, não tinha cura não, a menina se cuidou e não teve a doença, agora o rapaz era coisa feia”. (entrevista realizada em dezembro de 2011).

A queimada de lixo nas ruas não era algo tão comum. Até porque a cidade não era tão grande e não produzia tanto lixo assim, embora isso não queira dizer que aqui ou ali não se queimasse um pouco de lixo nos quintais do povo. Quanto às casas não podemos dizer que as mesmas atendiam certo padrão de higiene não, muitas delas ainda eram muito precárias, principalmente quando saímos do centro urbano. A maioria das casas não tinha tantos cuidados com os excrementos, banheiro ninguém tinha dentro de casa, a maioria era nos quintais, muitos cobertos de palhas com um buraco para que as pessoas ali pudessem depositar seus excrementos, se por ventura precisassem fazer alguma necessidade fisiológica à noite teriam que fazer nos pinicos e no outro dia seria colocada no buraco.

Assim percebemos o quanto era difícil não adoecer, numa cidade sem rede de esgotos, com água suja a correr na frente das casas, juntando sujeira e moscas, onde banheiros praticamente não havia. Imaginemos a situação das casas que conviviam com aquele buraco no quintal, logicamente que era inevitável o mau cheiro. Sem falar que era uma prática comumente algumas famílias criar animais nos quintais das casas, era porco, galinhas, burros cavalos e até gado. Apesar de no Código existir algo referente à proibição de tudo isso, essas práticas duraram por vários anos. Dona Josefa Deodata e dona Maria Odemia são exemplos de quem criou porcos durante anos nos quintais das casas.

DA LIMPEZA PÚBLICA

Durante esses anos, Alagoa Nova estava passando por um lento processo de mudanças que indicavam rupturas com o tradicional, todavia foi muito difícil para os gestores conseguirem implantar na mentalidade das pessoas tais mudanças que poderiam significar que a cidade estava se modernizando. Claro que esse tipo de mudança passava por ideias de políticos que acabavam copiando o que de novo existia em outras cidades. Não podemos deixar de falar que o Código de 1945 era um exemplo de que a cidade nos termos dos gestores de plantão precisava seguir algum padrão para sair do tradicional, do atraso. Esse conjunto de normas se torna fundamental na visão das autoridades de plantão para as mudanças necessárias rumo a uma Alagoa Nova ordenada, civilizada. O que importa é que de acordo com este código o cotidiano dos moradores sofreria mudanças caso tais medidas fossem executadas.

Como vimos, a cidade vinha passando por transformações importantes desde o início dos anos de 1920. Mas o importante é perceber que a partir do ano de 1949 com o Código de Posturas, algumas exigências começaram a ser colocadas em funcionamento. Os cuidados com as doenças graves foram intensificados e muito mais cobrados pela exigência da lei aprovada naquele ano. Todavia como queriam as autoridades, era difícil colocar na cabeça das pessoas que era preciso mudar alguns aspectos na vida cotidiana e algumas práticas permaneciam, era preciso mudar alguns hábitos para que se pudesse manter um melhor controle sobre as causas de inúmeras doenças agravantes na cidade.

O discurso das autoridades de plantão não significava que as pessoas mudariam seus hábitos de uma hora para outra só porque existia agora um conjunto de normas que eles deveriam seguir. Com exceção da artéria central, que já tinha um aspecto mais organizado, nas ruas periféricas era possível ver a desorganização. Falta de iluminação, o lixo sendo jogado nas pontas das ruas, sem falar que os quintais das casas eram lugares utilizados para as criações de porcos, galinhas e outros.

Era preciso exigir dos moradores limpeza, cuidados com o ambiente em que viviam, cuidados com as ruas em que transitavam. Daí as medidas tomadas para que a cidade se parecesse limpa, e que algumas práticas que indicavam certa desorganização e falta de higiene pudessem ser mudadas.

Da limpeza das ruas e casas urbanas os alagoanovenses deveriam seguir o Art. 88 do Código das Posturas Municipais. Assim, era proibido sob pena de multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00:

- a. Deitar lixo ou ruínas de obras demolidas nas traseiras das casas, no leito das ruas, ou nas calçadas;

- b. Jogar animais mortos no perímetro urbano da cidade e das vilas;
- c. Depositar cascas de frutas, águas servidas ou qualquer imundície nas ruas, praças, becos, etc. Ou amontoá-los dentro dos muros ou quintais;
- d. Ter suínos dentro dos muros e chiqueiros no perímetro urbano, a não ser em pocilgas modernas e higienizadas;
- e. Riscar paredes, janelas, portas ou muros das casas;
- f. Danificar ou sujar as placas de numeração das casas ou designativas das ruas

Eram medidas simples, aparentemente fáceis de serem seguidas, o que a cidade de Alagoa Nova não fazia parte de uma rede de costumes, o que levava as pessoas a cometerem, mesmo que depois de estabelecida em Lei, essas atitudes consideradas impróprias ao viver moderno. De acordo com os depoimentos de muitos moradores, detectamos se realmente as pessoas chegaram a pagar algum tipo de multa por cometer tais delitos. Na verdade, o máximo que conseguimos foi saber que realmente existiam algumas denúncias, acerca do desenvolvimento das normas em vigor, fazendo com que chegasse à casa de alguns a polícia para comunicar que fora avisada do delito e que era preciso corrigir a situação para não sofrerem as penas previstas. O Sr. José Amaro e dona Josefa Deodata afirmam que depois disso algumas pessoas começaram a denunciar as criações de porcos, pois dona Josefa afirma que “realmente a gente criava porque queria ganhar um trocadinho, mas que era fedorento, era, era um lameiro nos quintais, os porcos quando se soltavam saíam fuçando tudo, ai era aquela confusão eles às vezes entrando no quintal do povo”. No entanto, até hoje ainda existem pessoas que criam nos quintais seus porcos, suas galinhas, só que com muito mais cuidado e menos intensidade, tudo levando a crer que ontem como hoje as sanções previstas em lei nunca foram efetivamente executadas.

Era preciso manter a cidade limpa, não só o povo deveria se educar, os governantes também começavam a se preocupar com a limpeza das ruas, buscando passar uma imagem positiva de sua administração. Era o momento em que as pessoas deveriam se organizar no tocante ao horário diário da coleta de lixo. No Código de 1949, identificamos algumas medidas importantes para manter a cidade limpa e bonita, pois cidade moderna deveria ser a cidade do conforto, higienicamente falando.

Apesar de muitos moradores falarem que a cidade não era suja, pois o lixo que se produzia era muito pouco, outros reclamam que naquele tempo numa rua próxima à artéria principal, onde hoje é a rua da feira, havia um lixão grande onde todo mundo jogava o lixo da cidade. Claro que se compararmos a quantidade de lixo daquele período para o que é

produzido hoje realmente era muito pouco. Mas se o centro da cidade era conservado limpo, bastava descer no beco do mercado para encontrar a maior imundície da cidade.

A imagem abaixo é do mercado antigo da cidade. Ela é da década de 50 quando o imóvel ainda mantinha uma estrutura bem simples com sua frente voltada para a rua central. Neste período, por trás da principal artéria não existia rua alguma, era tudo mato, um lugar propício para que as pessoas depositassem seus lixos. Depois de alguns anos, já na década de 1970, é que a mesma ganhou uma fileira de Box destinados ao comércio, e depois a feira da cidade, que era na rua central, passou a se localizar nesta nova rua.

Na imagem temos a parte de trás do mercado, com seus três e grandes janelões voltados para um terreno bastante acidentado, que dificultava as novas construções que se pretendia fazer. Devido a isso quando da administração de Alípio Bezerra muitas pessoas criticavam a obra pretendida pelo gestor. Com relação às críticas o Sr. Alípio dizia: “fui muito criticado pelos meus adversários, que diziam que eu era doido em realizar uma obra dessa, num terreno tão acidentado, quando concluiu muita gente dizia que não ia aguentar. Tá aí, construí todos esses Box, destinados aos comerciantes locais e hoje é a rua da feira.” (entrevista realizada com o Sr. Alípio em dezembro de 2011).

IMAGEM 14



Mercado antigo da cidade⁶⁷

O mercado ainda resiste ao longo dos anos, passou por algumas reformas que o deixou mais moderno. Atualmente nesta parte de baixo funciona o açougue da cidade que é aberto principalmente nos dias de sábado, dia da feira da cidade. Este beco ao lado esquerdo ainda existe, o famoso beco do mercado, um local também destinado àqueles que gostavam de urinar às escondidas, contribuindo para a proliferação da fedentina local, como já citamos anteriormente.

De acordo com o Art. 89 – “o serviço de limpeza pública e remoção do lixo das ruas e domicílios, na cidade e nas vilas, será feito em dias determinados e por pessoal contratado pela Prefeitura, e em dias determinados para cada zona”. O poder público se responsabiliza por manter a cidade limpa, no entanto é preciso que as pessoas também

67 O mercado antigo já serviu para diversas práticas. Destinado ao comércio local, também foi palco de outras atividades, a exemplo de ter servido como local destinado ao cinema itinerante, ou seja, vinham pessoas para a cidade no intuito de passar filmes, e o mercado por ser o local de um espaço amplo passou a servir a esta prática que reunia jovens e adultos para assistirem aos filmes. Entre as décadas de 80 e 90 serviu como clube para as festas populares e particulares da cidade. Foram muitas festas de São João, os alagoa-novenses amanheciam o dia forrozeando. O interessante é que existia uma espécie de separação por classe. Na parte de trás dentro do mercado ficavam umas pessoas que apresentavam ser mais simples, no meio do salão era aquele tumulto, nas laterais próximo dos Box que vendiam bebidas, as pessoas se aglomeravam e muitos homens ficavam a observar o momento certo para chamar a moça para dançar. Na entrada do mercado, ficava algumas pessoas que aparentemente faziam parte de uma classe mais favorecida.

cumpram a sua parte, pois conforme o artigo seguinte Art. 90 – “cada domicilio deverá conservar o lixo em depósito de madeira ou flandres, com tampa, o qual será colocado ao portão da casa ou na calçada, nos dias determinados à coleta”⁶⁸.

Viver de forma civilizada era ter um conjunto de deveres e atribuições e as pessoas deveriam contribuir para que o ambiente fosse diferente, era preciso manter a cidade limpa, o que dependia de como os moradores reagiam a essa exigência. Sabemos que quando as coisas mudam, as pessoas sentem dificuldade em acompanhar as mudanças, o que ocorria é que mesmo que se tivesse a exigência de só colocarem o lixo para fora de casa nos dias que a coleta aconteceria, era comum em locais mais afastados do centro da cidade encontrar amontoados de lixo nas ruas à espera da coleta acontecer. Enquanto isso, os cachorros faziam a festa revirando o lixo.

De acordo com depoimento de seu José Amaro eis o que ele diz sobre a coleta de lixo:

“Olhe as ruas eram muito pequenas quase não tinha lixo, quando tinha o povo jogava nos lixões perto de casa. Aqui na Batatinha tinha um lixão no final da rua onde o povo daqui jogava o lixo. O povo produzia pouco lixo, não era tanto assim. O carro do lixo só passava mais no centro, nas outras ruas o carro muito pouco passava.” (entrevista com seu José Amaro. Dezembro de 2011)⁶⁹.

Talvez essa fosse uma prática muito comum das cidades em desenvolvimento, limpar o centro e empurrar os problemas para a periferia, nesse caso aqui esquecer a periferia, pois nem o carro do lixo queria passar por lá. O local que chamamos de Batatinha tinha umas ruas pobres onde até finais da década de 1960 existiam poucas casas com energia, água encanada nem pensar. A iluminação só chegava nessa época a alguns postes até próximo onde hoje é a caixa d'água. Durante essas décadas, as ruas amargaram o esquecimento por parte de muitos governantes que por Alagoa Nova passaram, ali se criaram problemas relacionados à saúde pela falta de higiene, problemas relacionados à violência e à prostituição. Contam os mais velhos que na subida do cemitério tinha umas casas de umas “moças da vida” e ai

68 Código das posturas Municipais de Alagoa Nova, 1949.

69 Gostaríamos de deixar claro para o leitor que na época estudada não existia bairros como narra o depoente ao dizer, Batatinha. O narrador está falando do tempo passado no tempo presente. Por isso que o mesmo se reporta ao local dessa forma, ele mora na Batatinha e, para ele mesmo não tendo ainda o nome na época estudada, o lugar do qual ele fala é a Batatinha como ele conhece.

daquela moça que passasse pelo menos em frente destas casas, elas tinham medo de ficarem “faladas”, passar por ali só se fosse acompanhada pelos pais.

Depois de vermos bem brevemente um pouco de como era a situação dessas ruas, não podemos esquecer a Rua do leite, a mais extensada cidade, que também sofria com a falta da coleta do lixo, e essa era mais visitada até porque ela era a saída que dava para Alagoa Grande. De qualquer forma passavam poucos carros por ela, como ônibus que vinha de Guarabira com destino a Campina Grande uma ou duas vezes por semana.

A coleta do lixo de Alagoa Nova se fazia da seguinte forma: não era nenhum carro a motor, era um carro puxado a tração animal, era um boi grande com uma carroça grande das rodas de ferro, ele puxava essa carroça rua acima rua abaixo, era um carro da prefeitura e o funcionário também. Nessa época, alguns homens eram encarregados de fazer tal serviço. O Sr. Alcides era um deles, o conhecido Xunduca, além dele tinha Benedito Aleijado, finado Lindolfo e o seu pai, um antigo varredor de rua.

Um caso curioso aconteceu com esse carro de boi que fazia limpeza. Conta o Sr. Alcides em informação colaborada pelo Sr. Osvaldo, que aconteceu um acidente grave de atropelamento e o causador foi o carro de boi, um caso que gerou a morte de uma criança.

“ali no centro da cidade o carro matou o filho de dona Terezinha, ela era esposa de Basto Leite, que era pai de Antonio de Basto Leite, mas essa mulher não era a mãe de Antonio, ela foi a primeira esposa de Basto Leite, Antonio é filho da segunda, mas bem o menino foi para debaixo do carro, era bem novinho e o eixo passou por cima dele, matou na hora, passou por cima do pescoço, foi incrível um negocio daquele”. (entrevista com Alcides dezembro de 2011).

O que nos chama a atenção é o fato de que praticamente nem existia carro pela cidade e a criança foi atropelada por um carro de boi, cuja velocidade era mínima, até porque era conduzido devagar para fazer a limpeza. Isso nos chama a atenção também para o fato das crianças viverem à vontade, soltas pelas ruas. Como a cidade não comportava tráfego de automóveis, provavelmente as pessoas nem se importavam tanto com as crianças nas ruas. Logo, pode ter sido um descuido dos pais não perceber que a criança brincava em baixo da carroça, que provavelmente era bastante pesada e como vimos anteriormente às rodas eram de ferro e ainda por cima puxada por um boi, forte e grande, suficientes para esmagar a pobre criança.

De qualquer modo, há um indício de que a vida na cidade já não era mais a mesma, as pessoas já deveriam se cuidar em alguns aspectos, o simples ato de crianças brincarem soltas nas ruas já geravam um cuidado maior dos pais. Claro que o acidente foi uma fatalidade, mas todo cuidado era pouco, as práticas não eram as mesmas e as pessoas deveriam se adaptar ao novo estilo que estava se instaurando na cidade. Enfim, a cidade que se pensava moderna muda e as mudanças interferem no dia a dia das pessoas que encontram nesta cidade novos espaços, novos códigos, novas maneiras de pensar a saúde, de lidar com os problemas de saúde, de pensar na higiene, não só para ficar a cidade bonita, mas ordenada segundo os preceitos da civilização. Neste cenário de mudanças está a Alagoa Nova em vias de modernização. Porém, ao mesmo tempo em que encontramos nela as rupturas, encontramos as permanências e resistências de alguns hábitos que vão desde a fabricação caseira de remédios para a cura de algumas doenças como o hábito de algumas pessoas jogarem o lixo nas ruas.

E OS MORTOS COMO VÃO?

Em meio a isso tudo, ainda podemos presenciar outra preocupação que passa a fazer parte da realidade alagoanovense, o cuidado com os mortos, que passariam a ter um novo tipo de tratamento no sentido da sua locomoção até o cemitério. Na cidade era muito comum carregar o morto em redes, isso foi uma prática que perdurou durante anos, o defunto na rede pendurada por um pau de um lado ao outro e as pessoas a acompanhar o cortejo e rezando pelo defunto até chegar ao cemitério São Miguel.

IMAGEM 15



Cemitério São Miguel construído no ano de 1855. Foi construído em uma área afastada do centro urbano de Alagoa Nova, mas com o tempo a cidade foi crescendo e o mesmo foi engolido por ela. Hoje fica dentro do perímetro urbano e já é alvo de críticas pelas autoridades de plantão, por ser pequeno e não mais comportar a quantidade de enterros que ocorrem.

Esta imagem é da entrada do cemitério da cidade, neste local ainda nesta época aparentemente grande, eram enterrados todos que aqui residiam, pessoas pobres e ricas. os mais pobres ficavam em uma cova comum enquanto que os mais ricos tinham os seus mausolés e suas catacumbas que também passaria por um rigoroso controle por parte das autoridades locais, como consta no capítulo V do Código das Posturas municipais. Este cemitério quando foi construído ficava em um local afastado do centro do município, só que com o tempo a cidade foi crescendo e foi envolvendo o cemitério. Na década de 1950, por exemplo, algumas casas já estavam sendo construídas além de seus muros, indicando uma

localidade em crescimento. Nessa época já havia casas passando dos muros e ali se formava aos poucos o conhecido Bairro de Santa Luzia, popularmente Batatinha.

Mas de acordo com os artigos abaixo do código das posturas municipais:

- a. Art. 98 – A Prefeitura velará pela boa ordem e higiene dos cemitérios;
- b. Art. 99 – As licenças para construção de carneiros, mausoléu que não versarem sobre arrendamento perpétuo, terá vigência por dez anos;
 - I. § 1º- findo este prazo, poderão ser as licenças renovadas por igual tempo, mediante novo requerimento, regularizado e pago o respectivo imposto;
 - II. § 2º- todas as despesas para a legalização dos arrendamentos correrão por conta do interessado e serão pagas de acordo com a lei orçamentária;

Muita coisa nesse sentido estava mudando, era preciso ter cuidado com os mortos, já que há muito tempo não existia aquela mentalidade de que as pessoas deveriam ser enterradas nas igrejas, visto que desde muito tempo a preocupação com relação à saúde era algo presente e enterrar mortos nas igrejas era anti-higiênico. O cemitério tornou-se de suma importância para que os mortos da cidade pudessem ter um lugar para ficar longe dos vivos, por isso o cemitério foi construído em um local afastado do centro urbano. Os cuidados com o cemitério, porém, ainda eram muito precários, sem uma estrutura organizada, o que gerava o descaso com o morto que, às vezes, quando eram trazidos para o cemitério já no final da tarde, muitas vezes só eram enterrados no outro dia porque já era tarde. Dessa forma o morto ficava exposto, o que não era mais permitido.

Dona Josefa Deodata afirma isso, pois ela se lembra que uma vez chegaram com um morto no final da tarde e ele só ia ser enterrado no outro dia. Ai aconteceu o episódio mais interessante dessas entrevistas, que foi o fato do morto voltar à vida, ou seja, era muito comum enterrarem logo as pessoas que morriam. Deixaram o homem lá o dando por morto, quando na mesma noite ele voltou para casa dizendo à mulher que não tinha morrido. Segundo a Sra. Josefa Deodata era ordem dos médicos enterrarem logo, mas com o tempo e o perigo de acontecer esses casos, passaram a enterrar após 24 horas.

Com o tempo não podiam mais entrar na cidade com os mortos carregados em redes, para isso foi comprado um caixão que ficava no cemitério e toda vez que morria alguém o caixão estava ali para servir a mais um defunto, se por acaso esse morto viesse da zona rural, o caixão ia para qualquer ponta de rua buscar o defunto.

Segundo o Código das Posturas Municipais em seu Art.40 mesmo que determinadas situações pareçam inadequadas à postura moderna da cidade, assim como uma forma de fazer valer a força da busca pela higienização das cidades, era preciso ter cuidado com os mortos por conta dos males que eles poderiam causar e se tivesse morrido de alguma doença contagiosa, aí sim era que os cuidados redobravam. Quando algumas pessoas morriam de bexiga e tuberculose, os mesmos chegaram a ser enterrados em lugar ermo, que era para manter a distância, porque as pessoas tinham medo do contágio. Com o tempo, esses mortos passaram a ser enterrados no cemitério, mas o cuidado continuava, depois de enterrados procuravam não mexer mais naquela cova, pois tinham medo da propagação da doença.

Não era permitido, então, a partir de 1949, como consta no código: A condução de cadáveres de adultos e mesmo crianças em ataúde aberto; e a entrada do perímetro urbano, de redes com cadáveres. Os cuidados eram redobrados e, nesse caso, realmente as pessoas procuravam seguir tais determinações. Todos os entrevistados afirmam que tais coisas aconteciam realmente e em alguns casos afirmam sim que eles chegavam a esperar na entrada da rua até que o caixão chegasse e o morto fosse colocado nele.

Em todo o país, as mudanças no setor da higiene pública era inevitável principalmente nas cidades que procuravam manter o aspecto de cidade nova e moderna, portanto essa prática de enterrar e conduzir os mortos há muito tempo já havia mudado em algumas cidades. Em muitas cidades grandes já não se conduziam mais os mortos nas redes, essa prática aqui resistiu ao tempo, mas chegara a hora de mudar e em algumas pequenas cidades interioranas, como no caso de Alagoa Nova, começaram a surgir as medidas de mudanças com base no que já vinha acontecendo em outros lugares, dessa forma as medidas começam a se fazer presentes mediante leis proibindo tais práticas inadequadas ao viver moderno.

Em Alagoa Nova, conforme relatos de antigos moradores, essas proibições começaram a ser seguidas, pois não mais era permitido a entrada de um morto na cidade sendo carregado em rede e, para isso, como já foi dito existia o caixão bati queixo, bate bate ou bati queiro como o povo costumava chamar, para a condução dos mortos até o cemitério. Nesse caso, as pessoas que não tinham condições de comprar um caixão o utilizavam, o qual, depois de conduzir o morto ao cemitério, era guardado para um novo féretro. Outros também com melhores condições compravam um pedaço de terra ou faziam um contrato com a prefeitura para terem o direito de construir suas catacumbas, para assim enterrarem seus entes queridos.



Um enterro infantil dos anos 40, com a presença de várias crianças. As do centro da foto vestidas de anjos, para simbolizar a pureza da criança, a semelhança com os anjos, as grinaldas provavelmente confeccionadas pelos próprios moradores. Como de costume, nos dias de finados pessoas ganhavam sempre um dinheiro vendendo essas grinaldas na frente do cemitério. As mulheres bem vestidas, com vestidos brancos ou outra cor clara, já que a foto em preto e branco parecem ser todas brancas, as crianças em fileira, bem vestidas, talvez ali estivessem usando suas melhores roupas guardadas para ocasiões especiais. E, sendo assim, não podemos deixar de notar a jardineira ali parada, era ela provavelmente quem fazia o transporte das pessoas na época. E na arquitetura continuam ainda neste período o estilo das casas conjugadas com grandes portas e janelões, mesmo que anteriormente tenhamos dito que desde 1920 essas construções já estavam sendo deixadas de lado, como de fato acontecia só que estas já construídas permaneciam sem que fossem reformadas.

CAPITULO III

OS ESPAÇOS DA DIVERSIDADE, SOCIABILIDADE E DIVERSÃO

AS PRAÇAS, UM NOVO ESPAÇO DA DIVERSIDADE E DA SOCIABILIDADE.

Caros leitores, ao longo destes capítulos estamos a passear pela cidade que aos poucos passa por mudanças. Entramos num trem que nunca chegou ao seu destino e, numa viagem por um ramal fantasma, visualizamos uma cidade que era

desejada, uma cidade que mudava, mas o sonho do apito do trem nunca se realizou. A viagem não deixou de ser real e continuamos. Sendo assim, conseguimos ver uma parte desse sonho ser realizada. Se alguns sonhos se acabam outros mais virão e este veio para se realizar, a cidade começou a realizar o sonho de ter a iluminação, dessa forma acendemos a luz. A luz dita moderna, não tão mágica, importante o suficiente para iluminar outros sonhos a se concretizar. Ligamos a difusora e escutamos a sua abertura oficial de todos os dias para noticiar o que estava acontecendo nesta cidade. Estamos neste universo da cidade de Alagoa Nova, uma cidade pequena do interior da Paraíba, que aos poucos foi se modernizando na tentativa de conviver com as experiências em torno do novo. Um novo que traz mudanças no espaço urbano que interferem no cotidiano dos moradores desta comunidade, as quais se expressam sob a forma de uma nova sensibilidade.

O universo local era distante de muitas coisas e, apesar de suas limitações, passa a ser um espaço em mudanças. Já fazia parte da realidade local a iluminação da luz elétrica a motor, ali inaugurada em 1920; a instalação de uma difusora, isto no ano de 1949; cidade que já contava com muitos outros recursos essenciais: correio, cemitério, comércio ativo e outros mais que se tornaram importantíssimos para o fato de a cidade buscar a uma aproximação com o que de mais moderno existia no mundo, o suficiente para a urbe figurar no rol das cidades em sintonia com o viver moderno.

Em meio a este contexto de mudanças a cidade passa por transformações no setor urbano. Existia uma busca pela separação das casas que eram conjugadas⁷⁰, uma procura por transformar o espaço urbano em um lugar melhor para se viver. E neste contexto pensamos em observar também um novo espaço que foi aos poucos se fazendo presente dentro do espaço urbano, era a presença das praças, que serão analisadas a partir do olhar diferente do historiador que procura visualizar o que se pretendia e para o que serviam estes locais aqui tomados como objeto de estudo.

As praças fazem parte da cidade, pertence a este espaço em transformação. E as construções desses espaços públicos nos possibilitam pensar em

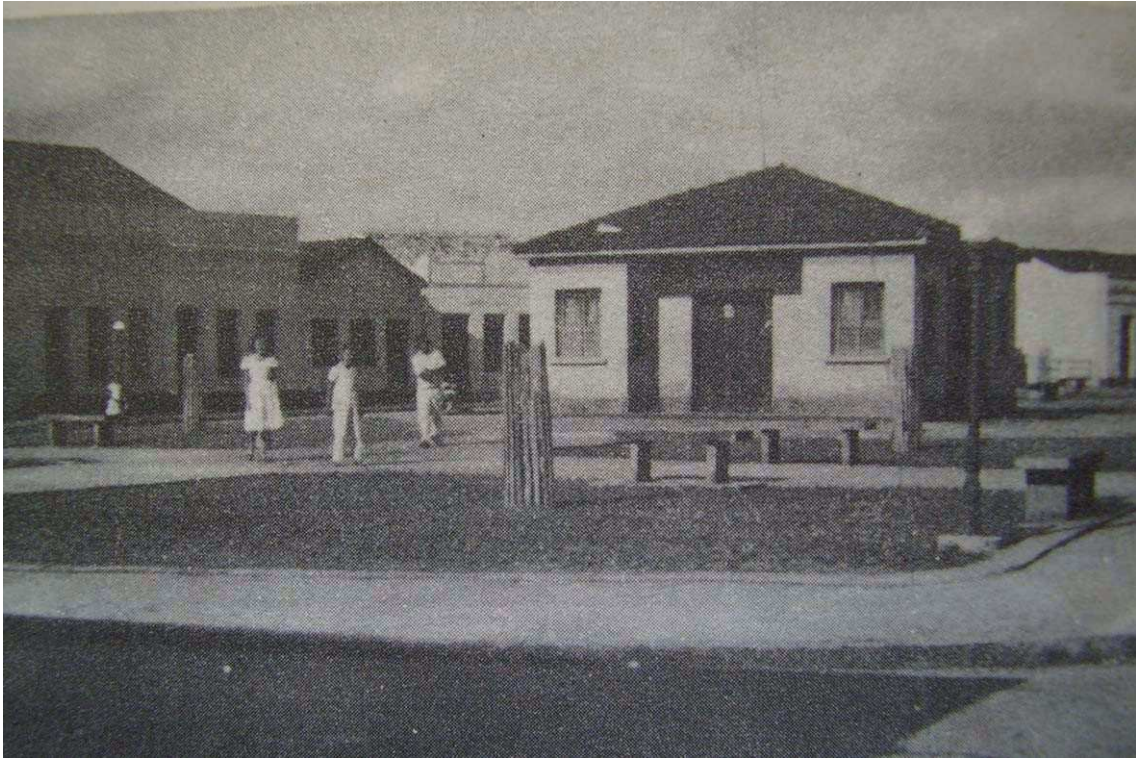
⁷⁰ Pelo menos esse tipo de transformação não ocorre no centro da cidade, as casas continuam conjugadas. O centro da cidade até os dias atuais ainda mantém esse padrão de casas conjugadas, nesse caso em meio ao contexto de transformações identificamos aí a permanência de um estilo, que vem durando ao longo dos séculos. A diferença é que neste espaço da rua central começa a surgir esse elemento novo que de certa forma traz certo embelezamento ao centro urbano, a presença das praças.

como é que eram construídos e como os mesmos eram compartilhados, adquirindo as suas significações e as suas ressignificações. Sabemos que no intuito de transformar o espaço urbano, a exemplo de grandes centros, as praças vão se fazendo presentes para proporcionar aos moradores um lazer público, seria o local dos encontros e desencontros. No universo urbano da cidade de Alagoa Nova as praças vão se tornando lugar da sociabilidade, como já foi dito anteriormente e o espaço das praças vão sendo consumidos das mais diversas formas possíveis de serem aqui analisadas.

O objetivo aqui não é de mostrar a praça unicamente como o ambiente da diversão e lazer, e sim ver como as pessoas utilizam o espaço das praças de Alagoa Nova ao longo desses anos. Dessa forma, convidamos o leitor a fazermos esta viagem como se fôssemos numa máquina do tempo aos lugares de Alagoa Nova, não para vivermos aquela realidade que foi retratada por algumas imagens, ou por algum depoimento de moradores antigos que a partir das suas lembranças nos foi permitido falar de um espaço como esse. É preciso ver com um olhar de agora, o olhar de historiadores preocupados em perceber como as pessoas vieram ao longo dos anos significando-ose os transformando-os, fazendo os mais variados usos destas praças alagoanovenses.

As imagens das quais fizemos uso não estão aqui para mostrar uma realidade, muito embora elas retratassem uma realidade vivida, visto que muitas vezes são fabricadas para atender a interesses particulares. Logo, não foram produzidas para atender aos interesses dos pesquisadores. Sendo assim, os historiadores fazem uma seleção, uma espécie de garimpagem, para atender aos seus interesses utilizando-as.

IMAGEM 17



Praça central da cidade, ao centro o antigo manteigueiro.

Esta praça, do tipo ajardinada, foi construída na década de 40, esta área foi transformada depois de ser adquirida com a demolição da antiga matriz, a consequência desta reforma foi a demolição de mais um prédio que deveria ser preservado, o coreto local. No centro encontramos o famoso manteigueiro da cidade, um prédio novo à época, quemudou o aspecto da rua central. Neste local as pessoas passaram a se reunir para as conversas, os encontros e desencontros.

De acordo com entrevista o Sr. Osvaldo afirma que

“o manteigueiro era organizado, era tipo um bar com serviço de som, o nome vem da cachorrada que os rapazes faziam, os casais de namorados que se agarravam ali perto”. (entrevista concedida em janeiro de 2012).

As falas do Sr. Osvaldo nos levam a pensar que as práticas de namoro eram como alguns mais antigos dizem, aqui e ali existiam as burlas, os jovens que tinham a oportunidade de fugir às regras nem sempre ligavam para o que os outros pensavam. Portanto, não há que generalizar: os namoros não eram simplesmente um jovem aqui e outro ali, depoimentos como este nos permitem perceber que existiam aqueles cujas atitudes atentavam contra a moral e os bons costumes sem muito ligar

para as consequências. Ainda que nesse período os pais fossem mais rígidos, e em casos de demoras desregradas o destino delas era viver fora de casa. Poderiam acontecer duas coisas: se casarem à força ou serem expulsas de casas pelos pais, se possível até se mudarem da cidade.

Sabemos que a fotografia muitas vezes foi usada para atender a interesses políticos, onde muitos gestores até tinham uma espécie de fotógrafos particulares que fizessem uso do recurso para registrar seus feitos. Por traz dessa intencionalidade foi possível observarmos como algumas praças de Alagoa Nova foram passando por essas mudanças aqui apresentadas.

IMAGEM 18



Praça de Santana década de 1940

A imagem nos remete ao universo da cidade de Alagoa Nova quando ainda era muito simples e pacata cujas áreas centrais foram transformadas em lugares atraentes, a exemplo da praça revelada na imagem, que surge como mais um ícone de modernização. É claro que a maioria das pessoas simples não tinha essa ideia de modernização, isso era muito mais na mentalidade dos gestores, estes criavam projetos de embelezamento, limpeza de ruas, alargamento das mesmas e a construção de espaços novos e modernos. Sob essa perspectiva, o que era antigo e antiquado deveria sair de cena para dar lugar a novos prédios com características mais modernas para a época. A praça era este ambiente novo, o espaço destinado às pessoas, independentemente da classe social, era para todos. E, sendo de todas as pessoas, os

consumos eram variados de acordo com as conveniências, ou seja, cada um procurava uma funcionalidade diferente, de acordo como as pessoas imaginavam: local do namoro, da prosa, do político discursar, do religioso rezar, ou orar se ele fosse protestante, enfim o lugar das múltiplas práticas sociais.

Muito embora tenhamos uma legenda identificando como era a praça ajardinada, não vemos nenhuma árvore ainda, mas podemos ver que existe uma organização do espaço, indicando tratar-se de espaços marcado pelo verde no futuro, o que de fato se concretizou, ao longo de todo o espaço da praça existiam canteiros e gradeados feitos de madeira, indicando a presença das árvores em crescimento.

Podemos ver que rodeando todo o seu espaço é possível ver que ela contava com a presença de postes de iluminação, o que nos faz pensar que a mesma tinha uma funcionalidade na noite alagoanovense. As noites que podiam não ser tão longas, mas que proporcionadas pela iluminação do espaço público da praça indicava que ali pessoas se encontravam e se relacionavam, trocando experiências e muitas vezes colocando as fofocas em dia.

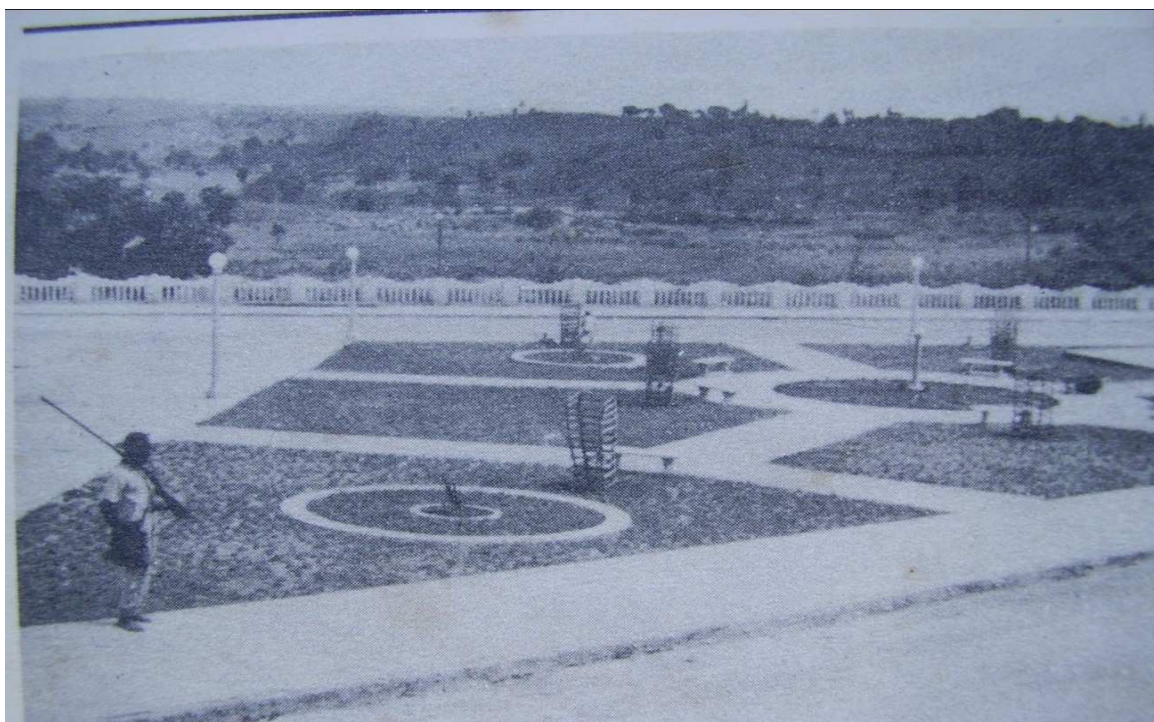
“durante o dia a gente via alguns velhos sentados a conversar, as crianças corriam de um lado para o outro, na praça, na rua, não tinha quase carro, então era tudo mais seguro. Casal de namorados era poucos até porque o povo naquela época não tinha esse namoro de hoje em dia não, esse negócio de ficar agarrado se esfregando. De noite nos finais de semana era que os casais de namorados gostavam de ficar sentados nos bancos das praças, mas com todo o cuidado que era para moça não ficar falada. Fofoca só era o que tinha, sabe como é cidade pequena.” (entrevista realizada com Josefa Deodata, dezembro de 2011).

Ainda no tocante à imagem 18, ao fundo podemos perceber a presença de um automóvel, uma espécie de ônibus destinado ao transporte coletivo e que muitas vezes era feito apenas uma ou duas vezes por semana a cidades próximas, a exemplo de Campina Grande que fica à cerca de 28 quilômetros de distância.

As casas mantêm o seu estilo simples com muitos janelões na frente, e algumas ainda demonstrando a estrutura das casas conjugadas. Todas essas casas que vemos nesta imagem já passaram por modificações, as duas primeiras do canto da imagem ainda mantêm os seus frontões, mas já não existem as grandes janelas que

indicavam uma visibilidade maior de toda a rua e a Praça, (atualmente chamada de Praça de Santa Ana), já que as casas ficam em local mais alto proporcionando uma visibilidade mais ampla do ambiente. Com o passar dos anos, em frente a essas casas, que tinham calçadas muito altas, foi construída uma varanda, melhorando assim a segurança do local, já que as calçadas altas eram um risco para as crianças e pessoas mais velhas. Ademais, varanda que reproduziu todo efeito estético a esse conjunto arquitetônico, deixando essa artéria urbana mais bonita.

IMAGEM 19



Praça de Santana 1950

A figura 19 é a imagem da mesma praça vista de outro ângulo que nos mostra o famoso cais de Alagoa Nova, essa varanda longa proporciona ao alagoanovense da época ver uma paisagem verde com algumas árvores e um canal próximo da cidade. O mesmo cais durante décadas serviu de ponto de encontro dos jovens que nos finais de semana ficavam a passear rua acima, rua abaixo. Onde há o verde ao fundo da imagem visualizamos hoje em dia a expansão da mancha urbana, surgindo ali por volta da década de 1990, um dos novos bairros alagoanovenses⁷¹.

⁷¹ Esta área acima citada era uma área verde tomada de cana de açúcar, terras do engenho de Doutor Marinho. A partir da década de 80, esses engenhos entraram em decadência e funcionando precariamente o engenho de Doutor Marinho funcionou até meados dos anos 90, década em que esse terreno começou a ser loteado para se formar ali o mais novo bairro

Nesta imagem da praça podemos ver a figura de um caçador, típico de regiões próximas de mata, onde os populares buscavam na caça o alimento que era consumido quando na falta de recursos para comprar a carne do dia a dia. A sua presença é um indício da forte ligação que a cidade tinha com o campo. Não sabemos ao certo se o homem ia para a caça ou se estava voltando da caça. Há apenas o indício de que com aquele bizaco nas costas deveria ter a munição para a caça e se voltava da caça deveria ter algumas pequenas aves, a exemplo de algumas rolinhas, talvez um preá, um teju - açú. Enfim, animais abatidos na mata próxima, servindo de complemento nos almoços e jantares da população. Ainda assim não podemos deixar de lembrar que essas caças do mato sempre foram fundamentais para que muitos companheiros pudessem desfrutar de uma cachacinha criando assim um momento de diversão e descontração, em que alguns aproveitavam para se embriagar⁷².

Na imagem seguinte, de número 20, notamos já os traços de mudanças que indicam que as árvores cresceram, proporcionando sombras e possibilitando aos passeantes momentos de convívio e sociabilidades. Também percebemos, nessa imagem 20, um contraste vivo entre o tradicional e moderno nessa Alagoa nova dos anos 1950. De um lado cidadãos desfrutando do verde da praça, ambiente arejado; de outro, um senhor a conduzir animais em sua labuta diária. De um lado, uma praça de feição moderna, ajardinada e rodeada por postes de iluminação artisticamente trabalhados e encimados por lâmpadas em forma de globo; de outro, traços de uma Alagoa Nova ainda marcada por aspectos rurais.

IMAGEM 20

alagoanovense da época. Hoje conhecido como Bairro Mario Lima.

72 De acordo com o depoimento de seu Adilino “nessa época tinha umas pessoas que gostavam de tomar uma cachacinha, mas não era como hoje em dia não, as pessoas eram mais controladas, claro que tinha uns beberrão que gostavam de perturbar, mas não como hoje não”.



Praça Santa Ana 1950

A cidade assim revela-nos um universo alagoanovense onde a ligação com o campo ainda é muito próxima, os indícios apresentados no levam a imaginar como é que era viver nesta cidade em uma época na qual encontramos os indícios da modernização e das mudanças e, ao mesmo tempo, os vestígios de uma vida rural. Isso vem reforçar a ideia de que não estarmos falando de um espaço por sua excelência moderno, falamos de um local de sociabilidade em torno do novo que foi se instaurando na cidade, que nos leva a pensar em um lugar com indícios de uma ruralidade, mas em sintonia com o moderno⁷³.

Na imagem acima apresentada visualizamos uma praça já arborizada que divide espaço entre os habitantes e alguns animais, o que indica a aproximação com o meio rural. São homens que provavelmente ficam a conversar sobre os assuntos da cidade e do mundo, e que com certeza ao verem o fotógrafo olharam para a câmera no intuito de serem registrados naquele espaço.

São vistas também algumas galinhas provavelmente de algum vizinho que as criavam soltas nas ruas, fossem para o consumo próprio ou para serem vendidas nas feiras, no intuito de conseguirem algum dinheiro para poderem comprar outro

73 “Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, a cidade grande, um forma distinta de civilização.” (Willians, Raymond. O campo e a cidade: na história da Inglaterra, 2011. P.11).

produto que não possuíam. As galinhas por muito tempo têm sido bastante utilizadas para o consumo próprio e também passaram a ser o prato principal de muitos festejos familiares: casamentos, batizados, Natal, Ano Novo, ou até quando recebiam visitas em suas casas, sem deixar de falar que no período da festa da padroeira as pessoas preparavam alguns pratos à base de galinha para serem leiloados no pavilhão da festa⁷⁴.

Ao lado, subindo a rua da praça vemos um senhor a puxar seus cavalos que provavelmente foram levados para pastarem e estavam voltando para casa depois de um dia de trabalho. A cena nos remete ao universo da cidade convivendo com a presença de animais para lá e para cá, transportando pessoas, mercadorias e servindo ainda para as grandes ou pequenas viagens que alguns moradores faziam para outras cidades.

Ao longo dos anos as praças de Alagoa Nova vão se tornando o espaço dos encontros de crianças, jovens, adultos e idosos. As crianças sempre a correr transparecendo aquela alegria, jovens a conversar e as moças a passear e a pousar, com todo o cuidado muitas delas passeavam acompanhadas de uma pessoa mais velha, o pai ou a mãe sempre a vigiar. Os relacionamentos eram controlados pelos mais velhos e moças de família não podiam ficar nas praças sozinhas com os namorados. Quando faziam esses passeios eram acompanhadas e vigiadas, o que não impedia que algumas fugissem às regras de conduta, muito embora tivessem de pagar pelo preço da não aceitação destas normas.

Uma coisa é certa, os espaços das praças se tornaram muito significativos na experiência com o moderno. Ao longo dos anos a cidade foi se expandindo e setornaram locais importantes para a sociabilidade alagoanovense. As pessoas passaram a fazer uso desses espaços e os gestores foram ao mesmo tempo tentando regular. De resto, regulamentação ao Código de Postura Municipal de 1949⁷⁵. Sob pena de multa era proibido causar danos à arborização dos jardins públicos, estes jardins públicos eram as praças já que não se têm notícias da existência de tais jardins. O verde deveria continuar presente e preservado dentro do perímetro urbano.

74 Mesmo não sendo uma cidade que se dedique à criação de galinhas de capoeira para um comércio mais amplo, no sentido de se ter um destaque a nível estadual, esta ave se tornou símbolo de uma das mais tradicionais festas existentes hoje em dia na cidade de Alagoa Nova, a Festa da Galinha. Lembrar que festas como: a Festa da Galinha em Alagoa Nova, da Laranja em Matinhas, do Bode em Cabaceiras, etc. se tornaram espécies de palanques para políticos.

75 Código das posturas municipais de Alagoa Nova, 1949.

IMAGEM 21



A moça da praça.

Praça Santa Ana, localizada na rua central de Alagoa Nova em frente ao antigo cais. O espaço arborizado dentro do ambiente urbano, a cidade em sintonia com o verde. Um espaço destinado ao lazer, as imagens fotográficas de álbuns de famílias, as moças a registrar uma época de suas vidas, a registrar mesmo que indiretamente sem se dar conta, a cidade, das casas simples da rua central, mostrando indícios de que estava mudando, as casas já não mais conjugadas, mas as calçadas continuam altas.

As praças verdes eram um convite ao entretenimento. Sentados em seus bancos as pessoas se encontravam, o jovem e a jovem se encontravam para namorar e que namoro! Às vezes era tão intenso que as pessoas passavam a reclamar, mas o que importava é perceber que desde o culto religioso que era feito na praça até ao aglomerado de pessoas a festejar com mesas de bebidas, o espaço em questão é digno de ser lembrado e de ser pensado como objeto de estudo, tomando assim as suas imagens como um recurso para a elaboração e contextualização de uma história da vida cotidiana em Alagoa Nova.

Quando pensamos em um item que nos permita perceber como é que as pessoas moravam e viviam na cidade, vemos que era preciso construir novos espaços para que as pessoas pudessem desfrutar de uma cidade que contasse com espaços para as pessoas se divertirem, ocupar seu tempo vago, se distraíndo num final de tarde do fim de semana, onde as crianças brincassem sob os olhares vigilantes dos pais, para que os namorados começassem seus relacionamentos, se declarar um para o outro, o espaço onde os fiéis se reunissem para rezar. São símbolos de um mundo moderno que permitindo as pessoas pensarem em outras coisas além do trabalho, pensarno lazer, no divertimento e na descontração. Seguindo este pensamento gostaríamos de abordar como era o divertimento desses moradores a partir da observação de como eram as festas populares desta cidade.

DAS FESTAS POPULARES

Cidades não planejadas, como a maioria de nossas urbes, vão aos poucos sendo formadas por aglomerações de casas simples, e a partir de então vão crescendo, formando ruas, até que em pouco tempo temos o aglomerado urbano, dessa forma foi crescendo Alagoa Nova.

Ao longo deste trabalho falamos de algumas transformações que a cidade passou do período de 1920 a 1960, que foram aos poucos interferindo de forma direta ou indiretamente na vida dos alagoa-novenses. Foram mudanças desencadeadas por equipamentos do desejo, assim como mudanças desencadeadas e planejadas pelas autoridades locais. Era preciso ter uma cidade mais ou menos em sintonia com os parâmetros de civilidade e da ordem. Dessa forma, pudemos observar que para isso foram criados os códigos das posturas municipais, exemplificados no trabalho com o Código de Postura de 1949, que passariam a regulamentar a forma de se portar na cidade, seguindo cuidados essenciais para viver no ambiente urbano.

Dessa forma, viver na cidade passa a ser uma prática vigiada, controlada e regulamentada. Viver na cidade implicava uma série de situações que mexiam com o dia a dia destas pessoas e isso fazia com que fosse preciso quietivessem um espaço para o divertimento e lazer. Era preciso trabalhar para o crescimento do espaço urbano, mas era preciso que essas pessoas pudessem se descontraír e, para isso, as festas populares

conseguem quebrar a rotina do dia a dia levando os alagoanovenses a novos espaços que serviam ao divertimento.

Entendemos por lazer um conjunto de ocupações as quais o indivíduo ou os indivíduos podem fazer de livre vontade. Desta maneira, as pessoas pensam em repousar, se divertir, entreter-se e entregar-se ao desejo de fazer algo que lhe faça bem, tudo de livre vontade, prática desinteressada adotada quando se trata de livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

O lazer se torna prática comum de muitos daqueles que vivem em uma rotina de trabalho, de um dia a dia exaustivo de obrigações. Assim, mesmo que não seja diariamente, as práticas de lazer, tornaram-se uma conquista no âmbito da modernidade.

Poderíamos dizer que assume diferentes significados para diferentes pessoas. Por exemplo, era muito comum pessoas dizerem que o seu lazer era ir todo final de semana à missa dominical, era uma atividade que reunia famílias e que, para muitos, foi por muito tempo considerada uma forma de lazer. O fato de ir à missa movimentava famílias inteiras que saíam aos domingos para rezarem juntos e assim quando muitas dessas famílias vinham da zona rural para a missa na cidade era uma festa, as pessoas se reuniam para caminharem juntas e neste percurso, a pé até a cidade, muitas fofocas acabavam sendo colocadas em dia, a molecada vinha pelo caminho a brincar e era aquela alegria.

Algumas pessoas consideram este tipo de atividade como lazer e dizem ser um divertimento essas idas e vindas no caminho para as missas. Mas aqui apresentamos aquilo que consideramos as festas populares de Alagoa Nova e os locais destinados a esse divertimento.

Não podemos deixar de falar que nas cidades são criados espaços para que as pessoas possam se divertir e em alguns casos esses espaços são consolidados como local efetivo do lazer humano desde muito tempo. Sabe-se que as pessoas que moram nas cidades exercem as mais diversas profissões, as quais precisam trabalhar para garantir a sobrevivência. É possível que as pessoas consigam o seu sustento do dia a dia, e nas idas e vindas após cada jornada de trabalho também necessitam do lazer, do divertimento que pode ser das mais diversas formas.

Na cidade de Alagoa Nova os divertimentos não eram tão variados, as pessoas não disponibilizavam de tamanha variedade de locais disponíveis ao lazer. Mas

mesmo não tendo tantos locais específicos, ao longo dos anos surgem inúmeras famosas festas populares, os principais divertimentos locais. Trata-se de festas que conseguem reunir diversas famílias em um mesmo espaço, contribuindo para a criação, ainda que sazonal, de espaços marcados por certa vida pública noturna.

Desde o início do século XX a cidade já vinha envolvida com algumas festas bastante conhecidas. O carnaval, por exemplo, fazia parte dos festejos alagoanovenses, pois há muito tempo as pessoas já comemoravam o carnaval na cidade. Todavia, tratava-se de uma festa bem tímida, pois “o carnaval em Alagoa Nova era discreto e de quando em quando esquecido. O estruendo, quando acontecia, se contentava com cenas de jogar laranjinhas perfumadas, talco e às vezes goma de mandioca, um produto bem regional.” (SALES. 1990. P.123).

Ainda que o carnaval não fosse tão badalado, é possível percebermos que as pessoas o festejavam e dessa forma saíam às ruas da cidade papangus e mascarados, em especial aos domingos, dia de feira na cidade. Existiu nessa época o bloco das lavadeiras que era organizado pelo Sr. Hermínio Cagado, um homem conhecido por funileiro. Nesse bloco saíam meninos pintados de preto e branco desfilando pela cidade a batucar e a cantar, a música era assim:

“Lava, lava, lavadeira
Quem te ensinou a lavar?
Foi, foi, foi foram
Os peixinhos do mar”

Um fato pitoresco e considerado profano por parte dos católicos fervorosos foi quando uma dupla resolveu satirizar saindo os dois em trajes que deram o que falar na cidade, um era uma alma penada todo vestido de branco segurada por um cordão que era levado por outra figura vestida de diabo chicoteando a alma. O demônio foi retratado da seguinte forma, chifre e cauda estava montada a situação de sacrilégio para uma cidade pequena que convivia com a forte influência da religião, levando o vigário local a reclamar em seus sermões⁷⁶.

O carnaval, uma das festas mais populares do Brasil, não passava despercebido aos olhares dos moradores, seja jogando laranjinhas ou se fantasiando de

76 SALES, 1990

papangu as pessoas se divertiam, brincavam e festejavam o carnaval. Eram comuns ainda os cânticos de alauras:

“Alauras quer dinheiro
Quem não der é “pirangueiro.”

Além do carnaval, eram muito comuns os festejos de final de ano, as festas juninas e a festa da padroeira. Todas importantes para a história de Alagoa Nova. Afinal, eram nestas festas que aconteciam as amizades, as pessoas se encontravam ou reencontravam, com várias famílias desfrutando dos festejos num intuito de se divertirem.

Uma das festividades mais populares da cidade é a festa da padroeira, que durante muitos anos aconteceu durante o mês de janeiro, muito embora o mês certo fosse o mês de julho. A festa da padroeira sempre movimentou durante anos Alagoa Nova, as pessoas se preparavam para a comemoração que acontecia na rua central e durava uma semana. A festa era dividida: uma parte religiosa e a outra social, ora chamada de festa profana pela autoridade eclesiástica.

Durante estes dias as pessoas paravam para rezar em intenção à padroeira nossa Senhora Santana e, final da festa, todos faziam a procissão de Nossa Senhora Santa caminhando pelas ruas da cidade, rezando e cantando o hino da padroeira até que chegassem novamente a matriz para definitivamente encerrar a parte religiosa. Porém, a parte social continuava, terminando algum tempo depois.

No ano de 1931, a festa em homenagem a Santa Ana, a padroeira da cidade, ocorreu entre os dias 15 a 24 de fevereiro⁷⁷. De acordo com o livro de tombo as cinco primeiras noites foram destinadas apenas aos exercícios religiosos e as cinco últimas noites foram destinadas aos festejos profanos. O sagrado e profano andavam lado a lado, a festa sem a parte profana é como se faltasse alguma coisa. As pessoas gostavam da parte religiosa, mas a grande maioria necessitava da parte profana, pois nestes dias as mesmas conseguiam se divertir.

A festa assim dividida, durante anos levou muitas pessoas às ruas durante este período e, dessa forma, as famílias do município se reuniam em torno do sagrado e do profano para nestes dias festejarem e ao mesmo tempo trocarem experiências, se

⁷⁷ Estas informações podem ser encontradas no livro de tombo da matriz, nele constam essas informações detalhadas de como ocorreu a festa neste ano. (livro de tombo, ano de 1931).

encontrarem, reverem alguns filhos da terra que moravam fora da cidade. Tradicionalmente a festa da padroeira vem mexendo com o cotidiano e a rotina da cidade, fazendo dias alegres e com muita movimentação.

A parte da festa que estava ligada ao profano mantinha a tradicional presença dos parques que faziam a alegria da meninada, que consumiam o juízo dos pais para brincarem nas canoas de madeira, no carrossel e em outros brinquedos que vinham para a cidade, não muitos, mas o pouco que se tinha já fazia a alegria da garotada.

Existiam ainda as barracas que vendiam guloseimas e outras que vendiam as bebidas, uma oportunidade de degustar algumas novidades e/ou tradicionais pratos típicos da região. Eram vendidos salgados e doces e, de todo o dinheiro arrecadado, uma parcela era destinada à Paróquia, que ao final da festa fazia questão de mostrar a população o que foi apurado. Esse dinheiro ao longo desses anos de festa sempre foi destinado à própria igreja, que aproveitava-o para pintar a igreja, para custear alguma reforma, como no caso da construção da atual matriz. Era comum utilizarem parte do dinheiro para a conclusão da obra, muito embora saibamos que além do dinheiro da festa as pessoas também se empenharam em ajudar contribuindo em outras ocasiões para o término da construção.

A festa não se restringia só a isso, consta no Livro de Ata que em algumas ocasiões a festa era invadida por figuras desumanas, elementos de má fé, pessoas de fé suspeita que procuravam insultar a Jesus em plena festa da padroeira. De acordo com o padre João Honório de Melo, como consta no Livro de Tombo, elementos de pouco senso contra a sua autoridade paroquial começaram a insultar publicamente a religião e o clero.

“Era um acadêmico de idéias aferventadas de um liberalismo vermelho e doentio, sem a mínima noção da educação social e respeito aos direitos alheios, levado pelo egoísmo de aparecer a luz, pronunciou um discurso de fogo de protesto a ação católica, nesta terra, querendo transformar essa infeliz vila, numa agencia russa. A razão de tudo isso porque eu não cedi a desejos inconfessáveis e não aprovei planos indecorosos dessa gente leviana e descriteriosas. E o que é de pasmar é que nesta terra, tudo isso haja de fato em fase de uma população intensa sem protesto, e com a plena aqui presença das autoridades locais, que assistiram despreocupadamente. Neste termo que deixo registrado, levanto o meu protesto contra a todas essas

misérias e a frieza inconfessável dos católicos que assim deixam passar em publico a sua fé e aos seus pastores sem um ato de desagrado e reparação: Deus tenha piedade desta desventura da Alagoa Nova e desta gente digna de compaixão.” (Alagoa Nova 28 de fevereiro de 1931. Padre João Honório de Melo).

Percebemos neste trecho que as pessoas não iam à festa somente com o intuito de se divertirem, muitos iam, como neste caso, com o intuito de aproveitar a ocasião para protestar, e o momento era propício, já que a cidade ficava cheia de gente. O fato é que eram poucos os que conseguiam ter uma educação melhor e conseguiam ter contatos com o que acontecia mundo afora, a exemplo do jovem cujos pensamentos de revolta e insatisfação começavam a se fazer presentes na urbe. Sempre uma minoria, mas sintonizada com o que acontecia em outras localidades, traziam para a Alagoa Nova pensamentos ligados à influência do comunismo russo, uma doutrina vista como uma ameaça à fé católica.

O curioso é vermos a insatisfação do pároco 1º a reclamar da falta de ação por parte dos moradores contra os insultos, que não sofreram protestos nem das autoridades e muito menos do povo. É provável que as pessoas, mesmo que sob forte influência católica, não estivessem nem aí para o que acontecia por pura ignorância ou porque não queriam se meter no assunto, ou também porque alguns talvez concordassem com o que estava sendo dito. Infelizmente, o padre em seu discurso inflamado não deixa muito claro o que essas pessoas diziam, mas uma coisa é certa, o que era dito estava gerando desconfiança e desconforto à autoridade religiosa, que neste momento não aceitava sofrer severas críticas em público.

A festa sempre foi um momento propício às críticas de alguns filhos da terra, que aproveitavam o momento para criticarem as instituições e/ou status quo local. Eram confeccionados jornais que circulavam na festa e esses jornais tinham como conteúdo algumas fofocas, sendo ali inseridas algumas críticas à situação local. Portanto, a festa da padroeira era um grande espaço para a diversão, lazer e sociabilidade dos alagoanovenses, fazendo com que os pais se divertissem com seus filhos nos parques, indo às barracas de cachorro quente, bebendo a sua cervejinha, batendo um papo com os amigos que reencontravam depois de muitos anos.

Segundo dona Elivete em entrevista

“Nas festas da padroeira vinha para a cidade uma quantidade grande de parques que ficavam espalhados na rua do centro, muitos ficavam ali aonde hoje é a Praça de Santa Ana. As festas eram muito animadas com muitas barracas nas ruas, algumas delas tinham a difusora, aquele alto-falante que tocavam as músicas animando o povo, ali as pessoas mandavam recados amorosos, pediam músicas para as namoradas.” (entrevista no mês de dezembro de 2011).

O pavilhão é o espaço aberto a toda a sociedade dos mais abastados aos menos favorecidos, as pessoas se divertiam, conversavam, se confraternizavam, se reencontravam. Na realidade, era o espaço da multiplicidade, onde, longe de qualquer distinção as práticas eram múltiplas. Alguns se deleitavam com as grandes mesas repletas de tira-gostos e bebidas, arrematando os pratos oferecidos a leilão que faziam parte de doações dos fiéis. Isso não quer dizer que os menos abastados também não participavam, participavam sim, com as suas táticas de burla, onde os mesmos passavam a noite toda tomando no mais uma ou duas cervejas e de vez em quando dando lances nos leilões para se apresentarem, mas com o cuidado de não arrematar nada.

Não podemos deixar de lembrar que as pessoas se divertiam durante o ano todo e não só nesta festa tão conhecida e tradicional. Ora, como a festa era somente uma semana a cada ano, não era possível que as pessoas passassem o restante do ano à espera de mais uma festa. Durante o período aqui proposto para a pesquisa, identificamos ao longo dos anos que os moradores gostavam muito de festa e era muito comum ter locais destinados ao forró pé de serra,

De acordo com seu Elias Quirino existiam na cidade alguns locais que as pessoas procuravam para se divertir, eram os pequenos clubes e/ou palhoças que faziam forró para os populares. Existia o forró de Chico Peba, o forró Antonio de Almeida e o de Antonio Gimiu, locais em que a população mais pobre se divertia todos os fins de semana.

Também havia o clube XXI de Abril, um clube de associados, que promovia festas para um público mais selecionado. Neste clube realizavam-se festas de casamentos, comemorações de carnaval e outras mais. De acordo com o Sr. Osvaldo de Lima, as pessoas lá assistiam a filmes também. Como na cidade não tinha cinema, nesse

local pessoas responsáveis pela transmissão dos filmes usavam o local para a projeção das películas.

O clube era um local de pessoas mais abastardas como indica seu José Amaro em entrevista

“Existia o clube XXI de Abril, aonde as pessoas mais ricas frequentavam, era um clube de associados. Enquanto as pessoas mais ou menos estavam no clube as pessoas mais pobres iam para as latadas se divertir no forró. Era uma época em que não existia muita briga, as pessoas tinham medo das autoridades, respeitavam, tinham policiais do que hoje em dia. “ (entrevista realizada no mês de dezembro de 2011).

IMAGEM 22



Festa de 15 anos

IMAGEM 23



O baile

IMAGEM 24



As imagens acima expressam as festas que eram realizadas no clube: a primeira imagem retrata uma festa de 15 anos onde provavelmente o pai da moça estava a posar para a fotografia e que posteriormente o mesmo iria dançar a valsa com a filha. A imagem seguinte é de um baile selecionado onde poucos podiam entrar. Pela quantidade de pessoas era uma festa particular, e pelos trajes, bem requintada, ao contrário da terceira imagem que demonstra ser uma festa de carnaval onde, aí sim a quantidade de frequentadores era bem maior e que mesmo sendo carnaval os trajes eram bem selecionados e muito mais requintados do que os que se usam hoje em dia.

A cidade não é unicamente o espaço da aglomeração de casas, onde as pessoas trabalham. Viver na cidade envolve aspectos diversos, econômicos, políticos, religiosos, dentre outros. Quem vive no ambiente urbano passa a conviver com mudanças no setor dos transportes, das comunicações e na área da saúde. Os cuidados tornam-se redobrados com relação aos problemas, mas mesmo assim é preciso compreender que as pessoas que vivem na cidade necessitam de uma válvula de escape para conseguirem superar a rotina do dia a dia, por isso o divertimento torna-se, uma prática aqui importante no sentido de levar as pessoas a viverem melhor na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui proposto tratou de uma pequena cidade do interior da Paraíba. De início, tínhamos uma proposta ousada: tratar da modernidade em um espaço tão pequeno e ao mesmo tempo atrasado se comparado a outros lugares. Mas ao longo de nossa pesquisa pudemos notar que mesmo se tratando de uma cidade tão pequena, pudemos falar em modernização da cidade aqui analisada. Claro que se tomarmos como parâmetros os exemplos de cidades grandes, não conseguimos identificar essa modernidade, mas se levarmos em conta outros parâmetros identificamos que a cidade está em sintonia com o moderno.

Ao longo dessa pesquisa fizemos uma viagem no tempo e visitamos uma cidade que não mais existe, enquanto experiência vivida. A cidade existe na memória daqueles que narram sobre suas experiências de vida. Dessa forma, acessamos as memórias de alguns moradores antigos e com base em outras documentações, a exemplo de: Livro de Atas, Código da Postura Municipal, fotografias e Livro de Tombo, conseguimos falar da experiência dos alagoanovenses em relação ao contato com o novo.

Vimos que a cidade em sintonia com o restante do mundo teve às suas portas a estação de trem. O desejo era grande, as pessoas imaginavam como seria a cidade com esse equipamento moderno. Mas o sonho se frustrou e os moradores não tiveram o direito de conviver com o equipamento do sonho coletivo, o que poderia colocar a cidade em rumos diferentes.

Vai-se um sonho chega outro. A energia veio como a luz redentora, aquela que romperia barreiras. Afinal de contas, cidade iluminada é uma cidade moderna. O equipamento chegou e passou a interferir no dia das pessoas.

Logo depois vem a difusora, outro equipamento que chegou para transformar o dia a dia dos moradores. A cidade agora iluminada, agora também estava sintonizada com o restante do mundo. A difusora chega para trazer notícias, criar oportunidades e dar espaço àqueles que quisessem demonstrar os seus talentos. Desde que não infringissem as autoridades de plantão.

Os discursos da época colocavam essas autoridades como os detentores de um saber e conhecedores de um discurso moderno e civilizador. Os mesmos colocaram em prática esse discurso com a elaboração dos Códigos das Posturas Municipais. Desse modo, estudamos o que esses gestores pretendiam para a cidade, o que se criava para que a cidade pudesse estar em sintonia com o moderno. Criou-se para esta cidade o Código das Posturas Municipais, esse conjunto de normas que passou a entrar em vigor no ano de 1949, na administração do prefeito Antonio Leal.

O código era a lei a ser cumprida. Mas nem sempre era assim, percebe-se na pesquisa que as pessoas custavam a entender o que era proposto e em alguns casos demonstravam contrariedade. O interessante é observarmos que as pessoas falam dos cuidados com relação às doenças que são facilmente transmissíveis sem ter um prévio conhecimento da existência desse conjunto de normas a seguir.

Alagoa Nova veio ao longo desses anos convivendo com as mudanças e ao mesmo tempo com as permanências de algumas práticas que persistiam em continuar. Sendo assim, identificamos como era lidar com as doenças infectocontagiosas e as medidas que os populares tomavam para conter a proliferação e o contágio. Eram medidas de isolamento que acarretavam uma separação quase que total do doente em relação ao restante da população.

Procuramos identificar como as pessoas usufruíam dos espaços de lazer. A cidade se moderniza, mas é preciso que as pessoas tenham a oportunidade e direito ao

lazer. Sendo assim, os habitantes muito ligados à tradição dos forrós se divertiam nas palhoças espalhadas pela cidade. Mas, além dessas palhoças existiam as tradicionais festas populares, como é o caso da festa da padroeira.

Mediante esses aspectos de mudanças, fizemos um trabalho sobre a cidade de Alagoa Nova-PB, a partir da década de 1920 a 1960, momento em que a cidade começou a conviver com as primeiras marcas do viver moderno.

A intenção foi investigar a cidade a partir de diferentes aspectos, tais como: o ritmo, cotidiano, o advento de equipamentos modernos e as mudanças de hábitos e costumes por eles provocados.

Diante desses aspectos, sentimos uma ausência de trabalhos sobre a cidade de Alagoa Nova-PB, uma preocupação que compartilhamos com alguns colegas de profissão desta mesma cidade. Dessa forma acredito que a nossa pesquisa preencherá essa lacuna em nível de historiografia local e por extensão contribuirá para o enriquecimento da historiografia paraibana e regional sobre a vida urbana.

FONTES ORAIS

ALBUQUERQUE, Elias Quirino de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

ALBUQUERQUE, Inacia Matias de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

ATAIDE, Aluizio Vieira de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

DEODATA, Josefa. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

LIMA, Osvaldo de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova janeiro de 2012.

LIRA, José Adilino de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova julho de 2011.

MELO, Alípio Bezerra de. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova novembro de 2011.

MORÃES, Erivam de Aquino. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova agosto de 2011.

NASCIMENTO, Alcides José do. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

SANTOS, Elivete Alves dos. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

SILVA, João Rodrigues da. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

SILVA, José Amaro da. Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

SILVA, Maria Odemia Ferreira da. . Entrevista concedida ao autor. Alagoa Nova dezembro de 2011.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Anuário Estatístico do Governo do Estado da Paraíba – 1931.

Atas da Câmara Municipal de Alagoa Nova – PB - 1920 e 1936.

Código das Posturas Municipais – Alagoa Nova – PB - 1949.

Livro de Tombo da Igreja Matriz de Santa Ana – Alagoa Nova - PB – 1931.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Morar e Viver na cidade. Campinas (1850-1900)- Mobiliário e utensílios domésticos** Eliane Morelli Abrahão. São Paulo: Alameda, 2010.

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande – 1904-1935/** Giscard Fárias Agra – Campina Grande, EDUFCEG, 2010.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** João Pessoa, Paraíba, 3ª Edição, revista 730, 1980.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo B. de (Orgs.). **Cultura e Cidades**; 1ª edição; - Campina Grande: EDUFCEG; 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Paraíba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925).** In: A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

_____. **Trem e Imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925).** Campina Grande: EUFCEG, 2006. (Coleções Outras Histórias, nº 2).

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**/ José D'assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1984.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia** / Maria Eliza Linhares Borges. – 2 ed., 1 . reimp. – Belo Horizonte: Autentica, 2008.

BRESCIANI, Stella. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**, São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Cidade e História. Seminário “Cidade: urbanismo, patrimônio e cidadania”**. USP, 2004.

_____. **As sete portas da cidade**. São Paulo: USP, 2004.

_____. **Imagens da Cidade, século XIX e XX**. ANPUH/ São Paulo – Marco Zero, FAPESP, 1993.

CABRAL FILHO, Severino. “**Água: desejo, promessa e espetáculo**”. In: _____. **A cidade através de suas imagens: Uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. Doutorado em Sociologia. João Pessoa: UFPB, 2007.

_____. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens: História/ Severino Cabral Filho**. – Campina Grande, UFCG, 2009.

CAMPOS, Cristina de; OLIVEIRA, Eduardo Romero de; GITAHY, Maria Lucia Caira. **Território e cidades: projetos e representações, 1870 – 1970**. São Paulo: Alameda, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da história: escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

_____. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: vozes, 1994 (I parte).

CHALHOUB, Sidney. “**Varíola, vacina, ‘vacinophobia’**”.In. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**/ Alain Corbin: Tradução Ligia Watanabe. – São Paulo: companhia das letras, 1987.

COULANGES, Fstel de. **A cidade Antiga**: Editora das Américas S.A. EDAMERIS. São Paulo, 1961.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Vera a cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem: memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos e emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Gilberto Leal – Caderno de anotações sobre Alagoa Nova – PB.

HALL, Peter. **A cidade da noite apavorante: reações à cidade encortçada do século XIX. Londres, Paris, Berlim, Nova York (1880-1900)**. In: HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história urbana no século XX**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

HARDMAN, Francisco Foot, **Trem fantasma: a ferrovia Madeira –Mamoré e a modernidade na selva** / Francisco FootHardman. – 2ª Ed. rev. e ampl.- São Paulo : Companhia das letras, 2005. .

KOSSOY, Boris, 1941. **Fotografia & história** / Boris Kossoy, 2ª Ed. rev. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**/ Maria Izilda Santos de matos. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MAYOL, Pierre. “ **O bairro**”, “ **A conveniência**”, “ **O bairro da Croix-Rousse**”, In: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENEZES, Lená Medeiros de. Rio de Janeiro. **Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (1902/1906)**. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (orgs.) **A cidade em debate**. São Paulo: Editora Olho D'água, 1999.

MONTENEGRO, Antonio Torres, **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na história**: 4. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998 (1ª Ed. 1961).

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima (orgs.). **Cidade e memória** / Francisco Alcides do nascimento; Regianny Lima Monte (orgs) – Teresina. PI: EDUFPI/ Imperatriz, MA: Ética, 2009.

PECHMAN, Robert Moses. **O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana**. In: Seminário de história da cidade e do urbanismo, 2. 1998, Salvador.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

_____. **“Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”** In: Revista Brasileira de história, v.27 números 53, jan-jun-2007, p.11-23.

PROST, Antoine. Doze Lições sobre história / Antoine Prost; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

RICOUER, Paul. **“Prelúdio”, “Fase documental: a memória arquivada”, A representação historiadora**”, In: RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, trad.: Alain François, Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Amara Silva de Souza. **A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque**. In: Revista Regional. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1996.

SALES, José Borges de. **Alagoa Nova: Notícias para a sua história**. Fortaleza – CE: Gráfica Editora R. Esteves TipogressoLtda, 1990.

SANTANA, Flávio Carreiro de. **Recriando espaços, inventando lugares: memória e oralidade sobre as transformações urbanas em Pombal (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, 2007.

SEVECENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Cia das letras, 1998.

SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (orgs). **A cidade em debate**. São Paulo: Editora Olho D’água, 1999.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Arrochar a titela, chambregar e criar um furdunço**. In: AGRA DO Ô, Alarconet alii. **A Paraíba no Império e na Republica**. Estudos de história social e cultural. 2. ed. João Pessoa: Editora Idéia, 2005.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Cidades e experiências modernas**/Antonio Clarindo Barbosa de Souza/ Paula Rejane Fernandes – Campina Grande, EDUFCEG, 2010.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **História da mídia regional: O rádio em Campina Grande**/ Antonio Clarindo Barbosa de Souza, Flavianny Guimarães e Goretti Maria Sampaio de Freitas. EDUFCEG/ EDUEP; Campina Grande, 2006.

SOUZA, Fabio Gutemberg R. B. de. **Territórios de confrontos. Campina Grande (1920-1945)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

VERENA, Alberti. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 236p.

